

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

Cíntia do Nascimento Silva

Contabilidade na e para a economia solidária: outras formas de contar

São Paulo

2025

Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Júnior
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Dolores Montoya Diaz
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Bruno Meirelles Salotti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Profa. Dra. Raquel Wille Sarquis
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

CÍNTIA DO NASCIMENTO SILVA

Contabilidade na e para a economia solidária: outras formas de contar

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Contabilidade e Atuária, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Pereira de Castro Casa Nova

São Paulo

2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica com dados inseridos pelo autor

Silva, Cíntia do Nascimento.

Contabilidade na e para a economia solidária: outras formas de contar /
Cíntia do Nascimento Silva. - São Paulo, 2025.
140 p.

Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2025.
Orientador: Sílvia Pereira de Castro Casa Nova.

1. Economia solidária. 2. Coletivos econômicos solidários. 3.
Contabilidade para a autogestão. 4. Contabilidade popular. 5. Contabilidade
para o bem-viver. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia,
Administração, Contabilidade e Atuária. II. Título.

Silva, C. N. (2025). *Contabilidade na economia solidária: Outras formas de contar* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Contabilidade e Atuária, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Ao meu voinho Cosmo (*in memoriam*), que
sempre me chamava de dôtora.

E à minha filha Olga, por quem não canso de
esperançar um mundo melhor

AGRADECIMENTOS

O ciclo deste doutoramento foi mais longo do que o esperado. Incluiu uma pandemia, distintos maternares, muitas incertezas, medos e lutos, mas muito aprendizado, crescimento pessoal e alegrias. O sonho científico inicial era muito mais ousado, confesso. Porém, e tendo em vista que, além desta tese resultante da jornada acadêmica, produzi um ser humano, o balanço final é incrivelmente maravilhoso, especialmente considerando que foi uma trajetória repleta de afeto e presença, mesmo quando o mundo nos exigiu isolamento. Nessa caminhada, tenho muito a agradecer.

Sou grata à minha ancestralidade, que abriu caminhos para que eu aqui chegasse, sobretudo à minha mãe, meu exemplo de força e resiliência. Agradeço ao Rafael, meu companheiro amado, que sempre me ofereceu apoio incondicional, e à minha amada filha, pelo amor novo que me ensinou e por me fazer querer ser uma pessoa melhor diariamente.

Gratidão à querida Silvia, que, além de minha mestra acadêmica, é uma amiga e companheira de esperar um mundo mais justo. Silvia, obrigada por ensinar pelo exemplo que é possível ser uma pesquisadora competente sem negligenciar os afetos.

Muito obrigada a todas, todes e todos os colegas de academia pelo apoio, pelas acolhidas e pelos compartilhamentos de artigos (rs). Um agradecimento especial às minhas queridas amigas de academia e de vida Sandra, Simone e Cida, pelas escutas acolhedoras, pelos aconselhamentos e por serem inspiradoras.

Agradeço especialmente às pessoas que contribuíram para minha pesquisa compartilhando generosamente suas vivências na economia solidária, à Universidade de São Paulo e às pessoas cidadãs paulistas por financiarem minha formação.

Silva, C. N. (2025). *Contabilidade na economia solidária: Outras formas de contar* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RESUMO

A Economia Solidária (ES) é um modo de produção, comercialização, consumo, crédito e trocas pautado pela cooperação e pela solidariedade, no qual trabalhadores(as) associados(as) livremente são detentores(as) dos meios de produção e do resultado do trabalho, e estão organizados(as) autogestionariamente. Em uma abordagem pós-desenvolvimentista, incorpora a filosofia de povos originários, o bem-viver, e, do ponto de vista sociológico-econômico, está fundamentada na perspectiva da pluralidade econômica, contrapondo-se à centralidade do princípio de intercâmbio (mercado) que alicerça o capitalismo, ao qual se apresenta como alternativa. A contabilidade desempenha um papel relevante na consolidação da autogestão e dos Coletivos Econômicos Solidários (CES), tanto ao oferecer instrumentos de prestação de contas que promovem a transparência — um dos princípios da autogestão — quanto ao prover informações úteis para orientar a tomada de decisões. No entanto, para cumprir essa função, é essencial que trabalhadores(as) compreendam as informações contábeis e se apropriem desses saberes e práticas. Considerando que a ES atua nos interstícios do capitalismo, com o qual disputa espaço, a ciência contábil também precisa ser disputada por ela, a fim de que conhecimento e ferramentas alinhadas às suas premissas sejam desenvolvidas e estejam disponíveis aos CES, potencializando-os em direção à sustentabilidade econômica e à construção do bem-viver coletivo, seus principais objetivos. Nesse contexto, esta tese buscou aprofundar a reflexão sobre possibilidades e desafios na direção da construção coletiva de uma contabilidade na e para a ES — aderente às suas premissas e de caráter emancipatório —, aproveitando, ao mesmo tempo, conhecimentos e instrumentos da contabilidade convencional que possam ser úteis aos coletivos para a efetivação de seus propósitos. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa em duas etapas, uma bibliográfica e outra teórico-empírica. Na primeira, apurou-se o estado da arte sobre a contabilidade na ES, inicialmente centrada na produção acadêmica brasileira, em uma revisão curta de literatura, que resultou na genealogia dos estudos nacionais, seguida por uma revisão integrativa da literatura internacional, na qual se destaca a produção latino-americana. Na segunda etapa, recorreu-se à estratégia metodológica da Teoria Fundamentada para coleccionar e analisar o compartilhamento das vivências de 34 pessoas envolvidas nessa economia, entre trabalhadores(as), contabilistas e pessoas mediadoras, ouvidas em entrevistas semiestruturadas. Como resultado geral, detectou-se, de um lado, uma postura mimética de contabilistas e pessoas pesquisadoras ao conectar a contabilidade à ES, transladando práticas dos empreendimentos tradicionais capitalistas de forma normativa, sem (ou com pouca) discussão sobre aderência ou pertinência dessas práticas aos princípios da ES, e, de outro lado, uma abordagem de alteridade, na qual as características dos CES e os fundamentos da ES são reconhecidos como constitutivos de uma outra realidade para a qual a (in)compatibilidade das práticas contábeis dominantes deve ser questionada sob lentes da educação popular e da contabilidade crítica. Identificou-se a presença da contabilidade nos CES para atender a duas grandes demandas: o cumprimento de conformidades societária/estatutária e fiscal e a instrumentalização de práticas da autogestão. Em ambos os casos, as funções de prestação de contas e de provimento de informações se interrelacionam. A primeira demanda tem ficado a cargo de contabilista, enquanto a segunda tem pouca atuação desse(a) profissional, sendo apoiada sobretudo por incubadoras universitárias. O uso do material produzido para conformidade nos processos de autogestão dependerá do quanto trabalhadores(as) se apropriaram da linguagem contábil e da tempestividade com que tal material é gerado, do

contrário, ganha sentido pró-forma. Por sua vez, a contabilidade para a autogestão está presente em todos os coletivos — formalizados ou não —, manifestando-se nas práxis de controle dos(as) trabalhadores(as), que servem para acompanhar as ações do grupo e seus efeitos. O nível de uso e a complexidade dessas e de outras ferramentas dependerá da estrutura do coletivo, do amadurecimento de práticas de gestão e do acesso a formações ou a assessorias para temas contábeis. Como instrumento de promoção da transparência, a contabilidade fortalece a confiança e reforça o sentimento de pertencimento e coletividade. No entanto, embora conscientes de sua importância, trabalhadores(as) enfrentam dificuldades para manter reuniões de autogestão frequentes e uma rotina de registros contínua e organizada, dado que estão imersos(as) no trabalho que garante a renda imediata. Essa realidade, somada ao tecnicismo da linguagem e das formas contábeis, representa uma barreira significativa para a apropriação da contabilidade por parte desses(as) agentes. A contabilidade popular pode assumir o papel de catalisadora do processo de apropriação contábil, especialmente se inserida nas políticas públicas de fomento à ES, sobretudo em um enlace com as incubadoras universitárias, que têm sido a principal fonte de assessoramento para a autogestão dos CES, além de laboratórios para a pesquisa contábil. Adicionalmente, se faz a proposição embrionária da contabilidade para o bem-viver, cujo objetivo é prover informações úteis para a tomada de decisões socioeconômicas solidárias orientadas ao bem-viver coletivo. Por fim, são elencadas lacunas identificadas no estudo com potencial para converterem-se em agendas de pesquisa futura.

Palavras-chave: Economia solidária. Coletivos econômicos solidários. Contabilidade para a autogestão. Contabilidade popular. Contabilidade para o bem-viver.

Silva, C. N. (2025). *Accounting in and for the solidarity economy: Alternative narratives* (PhD dissertation). Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ABSTRACT

Solidarity Economics (SE) is a mode of production, commercialization, consumption, credit, and exchange guided by cooperation and solidarity, in which freely associated workers are the owners of the means of production and the fruits of their labor, and are organized through self-management. From a post-developmental approach, it incorporates the philosophy of indigenous peoples, specifically *Buen Vivir* (good living). From a socio-economic perspective, it is grounded in the framework of economic plurality, positioning itself in opposition to the centrality of the exchange principle (the market) that underpins capitalism, which it presents as an alternative to. Accounting plays a significant role in consolidating self-management and Solidarity Economic Collectives (SECs) by offering instruments of accountability that promote transparency, a core principle of self-management, and by providing information to inform decision-making. However, to fulfill this function, workers must understand accounting information and adopt these practices and knowledge. Since SE operates within the confines of capitalism, competing with it for space, accounting science must also be contended for by SE. This is necessary so that SECs can develop and utilize knowledge and tools aligned with the SECs' premises, empowering them toward economic sustainability and the construction of collective well-being—the SECs' primary objectives. In this context, this thesis aimed to further explore the possibilities and challenges of collectively constructing an accounting for and in SE that adheres to its principles and is emancipatory, while also leveraging knowledge and tools from conventional accounting that could help collectives achieve their goals. To this end, the research was conducted in two stages: a bibliographic stage and an theoretical-empirical stage. In the first stage, the state of the art on accounting in SE was ascertained, initially focused on Brazilian academic production through a shortened literature review, which resulted in a genealogy of national studies. This was followed by an integrative review of international literature that highlighted Latin American production. The second stage employed the Grounded Theory methodological strategy to collect and analyze the shared experiences of 34 individuals involved in the SE economy, including workers, accountants, and facilitators, gathered through semi-structured interviews. In general, two distinct postures were identified. First, there is a mimetic posture among accountants and researchers when connecting accounting to SE. These individuals normatively transfer practices from traditional capitalist enterprises without (or with little) discussion regarding the adherence or relevance of these practices to the principles of SE. On the other hand, an alterity approach was found wherein the characteristics of SECs and the foundations of SE are recognized as constitutive of a distinct reality. For this reality, the compatibility of dominant accounting practices must be questioned through the lenses of popular education and critical accounting. The presence of accounting in SECs was found to serve two main purposes: ensuring compliance with corporate, statutory, and fiscal obligations and facilitating self-management practices. In both cases, accountability and information provision are interrelated functions. The former has typically been the responsibility of accountants, while the latter involves little participation from these professionals and is primarily supported by university incubators. The effectiveness of using compliance-oriented materials in self-management processes depends on how well workers have adopted accounting language and how promptly such materials are generated; otherwise, they become merely pro forma. Conversely, all collectives engage in accounting for self-management, whether formalized or not, which manifests in the workers' control practices,

serving to monitor the group's actions and their effects. The extent to which these and other tools are used, and their level of complexity depend on the collective's structure, the maturity of its management practices, and its access to training or advisory services on accounting matters. As an instrument for promoting transparency, accounting strengthens trust and reinforces a sense of belonging and collectivity. However, despite recognizing its importance, workers struggle to maintain frequent self-management meetings and an organized record-keeping routine due to their immersion in work that ensures immediate income. This reality, coupled with the technical nature of accounting language and forms, represents a significant barrier to these agents appropriating accounting. Popular accounting could play a catalytic role in the appropriation of accounting, especially if integrated into public policies that promote social enterprises (SE), particularly in conjunction with university incubators. These incubators are the main source of advisory support for the self-management of SECs and laboratories for accounting research. Additionally, this study proposes an initial model of accounting for Buen Vivir, which aims to provide useful information for socio-economic-solidarity decision-making oriented toward collective well-being. Finally, the study identifies gaps with the potential to convert into agendas for future research.

Keywords: Solidarity Economy, Solidarity Economic Collectives, Accounting for Self-management, Popular Accounting, Accounting for Buen Vivir.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição de segmentos codificados por categorias e subcategorias.....	82
Figura 2 – Nuvem dos códigos com cinco ou mais segmentos associados.....	83
Figura 3 – Modelo teórico-empírico do papel conciliatório da atuação da contabilidade popular.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro geral dos artigos centrais da tese	27
Quadro 2 – Quadro geral da produção nacional sobre contabilidade e economia solidária.....	44
Quadro 3 – Artigos que compõem a base para a revisão integrativa de literatura	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro geral do resultado das buscas para composição da base para a revisão integrativa de literatura.....	52
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

PREFÁCIO	21
1 INTRODUÇÃO	23
2 ESTRUTURA DA TESE.....	27
2.1 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	28
2.1.1 O ambiente normativo atual da contabilidade societária para coletivos econômicos solidários.....	29
2.1.2 A educação popular como condutora da práxis contábil para a economia solidária.....	32
3 CONTABILIDADE PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA À BRASILEIRA: UMA REVISÃO CURTA DE LITERATURA.....	37
3.1 INTRODUÇÃO	37
3.2 METODOLOGIA	38
3.3 A GENEALOGIA DOS ESTUDOS CONTÁBEIS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA	39
3.4 CONCLUSÃO	48
4 A CONTABILIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA	49
4.1 PONTO DE PARTIDA.....	49
4.2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	51
4.3 PERFIL DOS ARTIGOS	52
4.4 TECENDO O MAPA: DIÁLOGOS COM OS TEXTOS E A PARTIR DELES	55
4.4.1 De que economia solidária se fala?	55
4.4.2 As contabilidades abordadas.....	56
4.4.2.1 <i>Contabilidade societária e conformidade</i>	<i>57</i>
4.4.1.2 <i>Contabilidade gerencial</i>	<i>59</i>
4.4.1.3 <i>Contabilidade não convencional: outras contabilidades possíveis</i>	<i>61</i>
4.4.1.4 <i>Aspectos transversais</i>	<i>64</i>

4.5 VISUALIZANDO O MAPA E ALÉM DELE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A CONTABILIDADE NA E PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA	65
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
5 A PRESENÇA DA CONTABILIDADE NA AUTOGESTÃO DE COLETIVOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UMA VISÃO DE QUEM FAZ A ECONOMIA SOLIDÁRIA ACONTECER.....	73
5.1 SITUANDO A PESQUISA	74
5.2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: ESTRATÉGIA PARA O DIÁLOGO COM O CAMPO	78
5.2.1 Construção de evidências.....	79
5.2.2 A análise das evidências	81
5.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA PELA LENTE DAS ENTREVISTADAS	83
5.3.1 A autogestão	86
5.3.2 Fronteira e interstício com o capitalismo	89
5.4 AS CONTABILIDADES EXPERIENCIADAS NA AUTOGESTÃO DOS CES	91
5.4.1 A contabilidade para a conformidade: “as coisas corretas a serem feitas”	93
5.4.1.1 <i>Ambiente jurídico-tributário da economia solidária: “essa sensação de que a gente não se encaixa muito bem”</i>	<i>94</i>
5.4.1.2 <i>A contabilidade tributária: “descobrimo o que significa tributação na marra”</i>	<i>100</i>
5.4.1.3 <i>A contabilidade societária: “não tem como fugir”</i>	<i>101</i>
5.4.2 Contabilidade para a autogestão: “todo mundo tem que saber o que está acontecendo para poder decidir”	104
5.5 DESAFIOS PARA A PRÁTICA DA CONTABILIDADE NA ES.....	110
5.6 CONTABILIDADE POPULAR: CATALISADORA DA APROPRIAÇÃO CONTÁBIL PELOS CES	114
5.7. DIÁLOGOS ENTRE AS APRENDIZAGENS COM O CAMPO E A LITERATURA	116
5.8 REFLEXÕES FINAIS.....	120
6 CONCLUSÕES	125
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE	139

PREFÁCIO

Preciso começar esta tese compartilhando como cheguei até a Economia Solidária (ES). No meu antigo bairro de São Paulo, há alguns empreendimentos de ES. Aproximei-me de um deles desde a sua inauguração. Trata-se de um empreendimento que comercializa alimentos orgânicos e agroecológicos, fazendo uma ponte entre pequenos(as) produtores(as) da agricultura familiar e consumidores(as) da cidade. Vou chamá-lo aqui pelo nome fictício de Paineira. Porém, não foi apenas a vivência como frequentadora desse espaço que me fez escolher o tema desta tese. Relato a seguir o incidente exato que me trouxe até este caminho.

Antes de começar, meus antecedentes contabilísticos. Sou uma contadora cuja carreira profissional de mais de duas décadas se iniciou com pequenos e médios negócios em um escritório contábil, seguida por experiências em empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, nas quais se concentra a maior parte da minha trajetória como contadora, incluindo trabalhos em empresas listadas na bolsa de valores. No mestrado, retornei às minhas origens e voltei à contabilidade para pequenos negócios, enxergando aí a possibilidade de minha pesquisa contribuir para a sociedade que financiou minha formação, já que as pequenas empresas são maioria no país e seu estudo tem sido relativamente relegado. Assim, na dissertação, estudei a consultoria contábil para pequenos negócios. Durante essa jornada acadêmica, pude participar de uma iniciativa no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o qual, por dois anos, pude aplicar empiricamente o que havia pesquisado.

Voltando ao relato: durante uma conversa com uma pessoa associada ao coletivo Paineira na qual ela compartilhava certas dificuldades enfrentadas pelo empreendimento para conseguir sustentabilidade financeira, eu, munida de meu conhecimento acadêmico e de experiência prática em consultoria para pequenos negócios, e movida pelo ímpeto de colaborar para aquele projeto encantador, listei uma série de alternativas que poderiam sanar o problema reportado. Foi uma tentativa terrivelmente frustrada de ajuda. Depois de ouvir dessa pessoa o quanto aquelas orientações eram incompatíveis com as premissas da ES e de notar, por sua reação, que chegavam até a ser ofensivas, mergulhei em uma reflexão profunda sobre quais seriam as razões daquelas incompatibilidades.

Aquele diálogo me marcou profundamente, me fez pensar sobre quanto meu repertório de práticas e orientações consultivas, tão úteis para negócios do que chamarei aqui de capitalismo tradicional, poderiam ser tão pouco aplicáveis, e até mesmo hostis, a outras

realidades socioeconômicas, como a da ES, por exemplo. Nesse momento, uma grande inquietação me tomou e, quanto mais eu frequentava e participava da ES, mais essa inquietação crescia, até que percebi que ali estava o tema para esta tese.

Passei a me indagar sobre o sentido ou a função da contabilidade para essa economia, sobre como nós, profissionais da contabilidade, poderíamos efetivamente contribuir para empreendimentos autogestionários, cooperativos e solidários, tendo sido formados e formatados predominantemente para atuar em uma lógica hierarquizada, competitiva e voltada à acumulação do capital. Algo dessa minha bagagem de contadora empresarial teria utilidade para os empreendimentos econômicos solidários? Será que as ferramentas contábeis que ajudaram e ajudam a impulsionar empresas capitalistas não poderiam potencializar coletivos solidários? Se sim, como isso poderia acontecer? Quais adaptações seriam necessárias? Ou seria preciso uma abordagem completamente nova, que fosse capaz de dar conta das demandas particulares dessa outra economia? Seria a economia solidária um campo fértil para semear novos paradigmas e epistemologias contábeis? Essas e outras inquietações me tomaram, e entendi que aí estava o propósito para minha tese. Assim, abortei o projeto inicial de pesquisa e abracei a ES. As inquietações que me motivaram a fazer as pesquisas materializadas nesta tese continuam, mas agora tomam outros contornos. Como diz Paul Singer (2005), a ES é um ato pedagógico. Logo, enquanto busco, aprendo com a comunidade, na qual me vejo inserida desde então, outras formas de contar que encontrem propósito e sentido na construção de um outro mundo possível. E é esse longo aprendizado que quero compartilhar nesta tese, esperando poder responder a algumas das perguntas que me fazia quando iniciei esta trajetória, enquanto abro a possibilidade de novas indagações, para que outras pessoas também possam perseguir esse caminho.

1 INTRODUÇÃO¹

A Economia Solidária² (ES) é um modo de produção, comercialização, consumo, crédito e troca pautado pela cooperação, solidariedade e autogestão, no qual trabalhadores(as) associados(as) livremente são detentores(as) dos meios de produção e do resultado do trabalho (Singer, 2022), o qual adquire conotações distintas que transcendem o mero ganho financeiro (Coraggio, 2011). As práticas econômicas da ES estão subordinadas às pessoas e à comunidade, expressando seu aspecto fundamentalmente social, que contempla povos e comunidades que rejeitam a lógica utilitarista de mercado (Gaiger, 2021b) e engloba um conjunto amplo de ações coletivas voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento territorial por meio de novas estratégias (Silva & Carneiro, 2016).

Ela tem se apresentado como uma saída para populações desfavorecidas obterem trabalho, renda e dignidade (Coraggio, 2013; Gaiger, 2015; Singer, 2022), sobretudo em momentos de crise econômica (Lemaître & Helmsing, 2012; S. P. Silva, 2018). No entanto, a exacerbação de exclusões socioeconômicas e do desequilíbrio ambiental das últimas décadas, resultantes do capitalismo, levou à retomada de discussões e lutas por alternativas, no bojo de um ativismo em favor de uma “globalização contra-hegemônica” (Santos & Rodríguez, 2005, p. 24). Nesse contexto, a ES se coloca como uma das alternativas (Ahmed, 2015; Santos & Rodríguez, 2005), que, em uma abordagem pós-desenvolvimentista, incorpora a filosofia de povos originários: o bem-viver (Acosta, 2016).

Os Coletivos Econômicos Solidários (CES) representam um dos campos em que a ES se manifesta, assumindo distintas configurações, como associações, cooperativas, sociedades mercantis etc., além da própria informalidade no plano jurídico, realidade de muitos empreendimentos, tradicionais ou solidários, no país. Neles, trabalhadores e trabalhadoras associados(as) realizam o trabalho sob gestão democrática: a autogestão.

E, assim como outras entidades, demandam informações contábeis, seja para cumprir exigências de conformidade, seja para apoiar a gestão. Em um contexto autogestionário, a contabilidade torna-se instrumento de transparência, que, por sua vez, promove a confiança.

¹ Este trabalho foi realizado com apoio parcial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código Financeiro 001, e com apoio do Programa de Excelência Acadêmica (Proex/Auxpe) nº 23038.011259/2021-97. Esse apoio foi destinado à assinatura da licença do software de análise de dados qualitativos MAXQDA, versão de estudante, por dois anos.

² Nesta tese, assume-se como ES o conjunto de práticas e a perspectiva conceitual que se desenvolvem na América Latina. Para compreender as diferenças e semelhanças entre a ES em proposta latino-americana e a ES europeia, recomenda-se a leitura do trabalho de S. P. Silva (2025).

Porém, para que isso aconteça, é necessário que as pessoas trabalhadoras compreendam e se apropriem do conhecimento e das informações contábeis (Almeida, 2006; Morgado, 2008; Santos et al., 2024).

Sobre a contabilidade na autogestão, os poucos estudos nacionais sobre o tema apontam dificuldades das pessoas trabalhadoras de se apropriarem da contabilidade, sobretudo por conta de um baixo nível de escolaridade, além da pouca familiaridade com a gestão. Há poucos(as) profissionais da contabilidade especializados no segmento, e as incubadoras universitárias ocupam um relevante papel no assessoramento dos CES, inclusive para assuntos contábeis e fiscais (Almeida, 2006; Morgado, 2008; Nascimento, 2016; Santos et al., 2024). Alguns trabalhos apresentam práticas da educação popular como estratégias que facilitam a apropriação contábil (Nascimento, 2016; Santos et al., 2024). Mas, no geral, a pesquisa contábil brasileira para a ES ainda está centrada na prática contábil pela perspectiva da(o) contabilista³, com baixa incidência sobre as práticas contábeis próprias dos coletivos e de suas pessoas trabalhadoras, com algumas exceções (Carneiro, 2013; Jesus, 2012; Maragni et al., 2021, Nascimento, 2016)

Nesse sentido, e alicerçada na educação popular freiriana, desponta a potente proposição conceitual, realizada pelas colombianas Gallón Vargas et al. (2020), de uma contabilidade popular, como prática pedagógica, política e social que reafirma e ressignifica os conhecimentos e as práticas contábeis dos CES, visando atender suas necessidades situadas e gerar condições para emergirem novas práxis. E, nessa perspectiva, Gómez-Zapata et al. (2021) reconheceram dois sentidos que pessoas trabalhadoras da ES conferem à contabilidade, que se entrelaçam e se tensionam: os sentidos vinculados ao conhecimento contábil comum e dominante – que são “muitas vezes necessários e adquirem valor e sentido para as organizações ao estarem imersas no sistema capitalista” (p. 246) – e os sentidos que podem ser construídos e transformados, fruto da ação coletiva, da reflexão crítica sobre a prática, da conscientização e da transformação subjetiva no escopo da contabilidade popular.

Partindo do exposto e considerando que a contabilidade tem sido instrumento histórico de potencialização e legitimação das práticas capitalistas (Bryer, 2006), que sua história recente está emaranhada no desenvolvimento do capitalismo (Chiapello, 2007), que seu desenvolvimento técnico e científico tem se dado em função de suas demandas e sob sua lógica (Cooper, 2015), há que se questionar se – e espera(ança)r que – seus saberes e instrumentos poderiam instrumentalizar e potencializar experiências sob lógicas distintas da maximização do capital individual. Desse modo, e observando que a ES atua nos interstícios do capitalismo,

³ O termo “contabilista” refere-se a contadores e contadoras e a técnicos e técnicas contábeis, conforme decreto que regulamentou a profissão no país (Decreto-Lei nº 9.295, 1946).

com o qual disputa espaço (Gaiger, 2023; Singer, 2001), a ciência contábil também precisa ser disputada por ela, a fim de que conhecimento e ferramentas contábeis alinhadas às suas premissas sejam desenvolvidas e estejam disponíveis aos CES, potencializando-os em direção à sustentabilidade econômica e à construção do bem-viver coletivo, seus principais objetivos.

Porém, para iniciar reflexões nesse sentido, é preciso ter em conta que a prática contábil dominante, manifestada em ferramentas e instrumentos de gestão, normativas contábeis e ambiente jurídico que as influenciam, na formação docente e discente, na produção científica e nas vivências profissionais, todas sob hegemonia do capitalismo e de seus valores, molda modos de pensar e agir de profissionais e pesquisadores(as) da contabilidade, ainda que inconscientemente. Assim, a tarefa de pesquisar uma contabilidade na e para a economia solidária exige de quem o faz uma postura de alteridade, na qual se reconhece a abordagem de algo distinto daquilo para o qual se tem treino, formação ou talvez referências práticas.

Diante do exposto, o objetivo desta tese é aprofundar a reflexão sobre possibilidades e desafios na direção da construção coletiva de uma contabilidade na e para a economia solidária, portanto aderente às suas premissas e de caráter emancipatório, com aproveitamento crítico de conhecimentos e instrumentos da contabilidade convencional que possam ser úteis aos CES em busca de seus propósitos. Tal objetivo é sintetizado na busca por respostas à seguinte questão: Quais possibilidades e desafios emergem da construção coletiva de uma contabilidade na e para a economia solidária? Para respondê-la, quatro objetivos específicos foram traçados, a saber:

- 1) Conhecer o estado da arte da pesquisa científica sobre a contabilidade no universo da economia solidária, a fim de oferecer novas perspectivas sobre a literatura existente e traçar uma agenda para pesquisas futuras.
- 2) Compreender de que maneira as pessoas trabalhadoras/associadas/cooperadas percebem e vivenciam a contabilidade ao autogerirem os CES de que participam, com o intuito de mapear desafios e oportunidades para a construção coletiva de outras formas de contar.
- 3) Refletir a partir das vivências do campo, e sob uma abordagem crítica da contabilidade, quais as potências e limites da prática contábil convencional nos CES e à luz das premissas da Educação Popular.
- 4) Propor uma conciliação entre a contabilidade para a autogestão e a convencional que seja capaz de pavimentar o caminho na direção da construção coletiva de outras formas de contar.

A pesquisa sobre a ES se justifica à medida que essa economia tem sido apresentada como uma alternativa de enfrentamento das precarizações das relações de trabalho e como uma proposta de construção de outra realidade socioeconômica solidária. Globalmente, o tema tem despertado a atenção acadêmica e de diversas áreas do conhecimento, sobretudo as ciências sociais e a economia (Duque et al., 2021; Gonzales-Torres et al., 2023; S. P. Silva, 2018). No entanto, a atenção dada a ele pela academia contábil ainda é parca (Gonzales-Torres et al., 2023). Ampliar a atenção às incidências da contabilidade em outras práticas socioeconômicas, como a ES, implica colocar a ciência contábil e seus(suas) agentes em posição ativa no debate e na construção de novos mundos possíveis, mais justos e equilibrados.

Ademais, tomando como base o arcabouço sociológico-econômico de Polanyi (2000), imaginar possibilidades contábeis em uma perspectiva de pluralidade econômica, como é o caso da ES (Santana E., 2014; Gaiger, 2021b), tem o potencial de se colocar como uma oportunidade fecunda para o surgimento de novas epistemologias contábeis, oferecendo um contraponto ao desenvolvimento recente da contabilidade, que foi calcado na hegemonia do princípio de intercâmbio (mercado). E esse movimento pode contribuir para o avanço da ciência contábil de forma geral.

Além desta introdução, esta tese contém outros cinco capítulos. O segundo dedica-se a apresentar a estrutura da tese, que é construída no formato de três artigos centrais, escritos de forma a serem independentes, porém interconectados pelo propósito de atingir os objetivos descritos nesta seção. Adicionalmente, apresenta bibliografia complementar útil para a compreensão do enlace entre os textos na sequência. No terceiro capítulo, apresenta-se uma genealogia da produção nacional sobre contabilidade e economia solidária por meio de uma revisão curta de literatura. No quarto, amplia-se a perspectiva em uma revisão integrativa da literatura científica internacional, que mapeia, sintetiza e dialoga criticamente com os achados dos artigos identificados. No quinto, se apresenta a maneira pela qual as pessoas trabalhadoras/associadas/cooperadas percebem e vivenciam a contabilidade na autogestão dos CES de que participam e os desafios e oportunidades que emergem dessas experiências para a construção coletiva de outras formas de contar. Por fim, no sexto e último capítulo, as reflexões resultantes do processo desta pesquisa são costuradas a fim de demonstrar como os objetivos iniciais traçados foram alcançados e sustentam a tese pretendida.

2 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese foi construída no formato de três artigos⁴ centrais, portanto, estruturados de maneira independente entre si no que toca às suas escritas. Porém, esses artigos se complementam e se entrelaçam no propósito conjunto de atender aos objetivos apresentados na introdução. O Quadro 1 demonstra aspectos gerais desses trabalhos – cuja íntegra se apresenta nos capítulos seguintes – detalhando título, objetivo específico, abordagem de pesquisa, estratégia metodológica e fontes de dados ou evidências, além de observações que podem apresentar informações adicionais.

Quadro 1 – Quadro geral dos artigos centrais da tese

	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
Título	“Contabilidade para a economia solidária à brasileira: uma revisão curta de literatura”	“A contabilidade na economia solidária: uma revisão integrativa de literatura”	“A presença da contabilidade na autogestão de coletivos econômicos solidários: uma visão de quem faz a economia solidária acontecer”
Objetivo	Construir uma genealogia dos estudos brasileiros sobre a contabilidade e a economia solidária que antecedem esta tese	Apurar o estado da arte da pesquisa científica sobre a contabilidade no universo da Economia Solidária (ES), a fim de oferecer novas perspectivas sobre a literatura existente e traçar uma agenda para pesquisas futuras	Compreender de que maneira as pessoas trabalhadoras percebem e vivenciam a contabilidade ao autogerirem os Coletivos Econômicos Solidários (CES) de que participam, a fim de mapear desafios e oportunidades para a contabilidade enquanto campo de conhecimento e técnicas.
Abordagem	Documental	Documental	Qualitativa e interpretativa
Estratégia metodológica	Revisão curta de literatura	Revisão integrativa de literatura de (Torraco, 2005)	Teoria Fundamentada (<i>Grounded Theory</i>) (Charmaz, 2009)
Fonte de dados ou evidências	Teses, dissertações e artigos publicados em revistas acadêmicas	Plataformas eletrônicas compiladoras de periódicos e artigos científicos	Entrevistas semiestruturadas com 34 pessoas atuantes na ES
Observações		Este artigo foi submetido a uma revista internacional e está em segunda rodada de revisão	

Fonte: Elaboração própria.

⁴ As diretrizes para teses sob essa configuração estão apresentadas em: <https://www.fea.usp.br/contabilidade/pos-graduacao/informacoes-aos-alunos/normas-de-formatacao-de-dissertacoes-e-teses>.

O primeiro artigo apresenta uma curta cronologia da produção acadêmica nacional sobre contabilidade e economia solidária, sobretudo dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. O segundo amplia essa perspectiva e, somado ao primeira, representa um ponto de partida para o trabalho empírico seguinte, na medida em que apresenta o estado a arte da pesquisa científica sobre contabilidade na ES, mapeando os estudos e sintetizando-os de forma crítica e integrada. Além disso, tem por objetivo propor uma nova compreensão da literatura existente, como pressupõe a revisão integrativa de literatura (Torraco, 2005), e oferecer uma ampla lista de lacunas e potenciais temáticas para pesquisas futuras.

O terceiro artigo atua em uma das lacunas identificadas no segundo e, por meio da Teoria Fundamentada, centra-se nas evidências colecionadas no campo e nas experiências nele vividas pelas pessoas. Com o objetivo inicial de compreender como a contabilidade está inserida na autogestão dos CES, na percepção de um amplo e variado grupo de pessoas atuantes na ES, como trabalhadoras, contabilistas e mediadoras, o artigo levanta possibilidades e desafios atuais para o campo contábil direcionado aos CES, à ES e à construção coletiva de outras formas de contar.

O desenvolvimento integral desses artigos em direção ao cumprimento de seus propósitos é apresentado nos capítulos seguintes. Porém, antes, uma bibliografia que complementa e amplia o referencial e os estudos evocados neles se faz necessária e é apresentada na sequência.

2.1 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Nos CES, a contabilidade tem a função de prestação de contas da autogestão, em cumprimento ao princípio da transparência. Para os coletivos formalizados, a produção de informações contábeis com esse fim ocorre por profissional da contabilidade que as constrói conforme normativas contábeis exigidas ao formato jurídico do coletivo. Por essa razão, conhecer o atual ambiente normativo da contabilidade brasileira aplicável aos CES é insumo imprescindível para as reflexões que esta tese pretende suscitar. Além disso, as informações contábeis são (ou podem ser) usadas como guias para as decisões coletivas no processo autogestionário, sejam elas elaboradas por contabilistas, por outras assessorias ou pelas próprias pessoas dos coletivos. Para isso, no entanto, as pessoas trabalhadoras do coletivo precisam se apropriar da linguagem contábil, e a educação popular tem sido apontada pela literatura como a estratégia didática adequada nas formações em contabilidade orientadas a essa apropriação (Gallón Vargas et al., 2020; Nascimento, 2016; Santos et al., 2024). A fim de garantir que ambas

as temáticas sejam devidamente tratadas no conjunto desta tese, elas são apresentadas nas subseções seguintes.

2.1.1 O ambiente normativo atual da contabilidade societária para coletivos econômicos solidários

A contabilidade denominada societária, financeira ou estatutária é o campo de atuação contábil em que se produzem demonstrações ou reportes contábeis de uma entidade, como balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa e notas explicativas, dentre outras, orientadas a informar usuários(as) externos(as) a ela sobre seu estado patrimonial e financeiro e seu desempenho, a fim de apoiar a tomada de decisão desses(as) usuários(as) sobre a entidade que reporta. Embora possam ser preparadas por qualquer pessoa com letramento contábil, a exigência de que sejam preparadas e assinadas por um(a) profissional da contabilidade se dá por imposição legal (Lei nº 10.406, 2002), por pressão institucional ou como chancela para confiança (Morgado, 2008).

Essas demonstrações são elaboradas seguindo convenções, princípios e padrões chamados de Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA), que são representados pelo conjunto de normas contábeis produzidas por instituições reguladoras com poder para tal. No Brasil, o principal órgão regulador que edita normas contábeis é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que regula a profissão contábil. Além dele, órgãos reguladores setoriais também podem fazer o mesmo, como o Banco Central do Brasil (Bacen), que dita a contabilidade de instituições financeiras e afins, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), responsável por ditar a contabilidade para as empresas que negociam no mercado de capitais, dentre outros. Cabe destacar que o CFC, ao regular a profissão, dita a contabilidade formal a ser adotada pela maioria das entidades brasileiras, que são as que não possuem um órgão regulador setorial, o que abrange as pequenas e médias empresas.

E embora tais demonstrações também possam ser preparadas (e utilizadas) por e para todos os CES, é sobre os formalizados que normalmente recai a obrigação de sua elaboração por contabilista habilitado(a). Nesse caso, o formato jurídico de sua constituição repercute no tipo de demonstração que será apresentado, assim como nas normas contábeis que deverão ser seguidas em sua confecção. Para o caso de CES com atuação em segmentos ou atividades econômicas não sujeitas a regulação setorial, suas demonstrações seguirão as Normas

Brasileiras de Contabilidade (NBC), as Interpretações Técnicas Gerais (ITG) e as Orientações Técnicas Gerais (OTG) emitidas pelo CFC.

Quando os CES são constituídos como cooperativas, devem seguir a *ITG 2004: Entidade Cooperativa* (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2017), quando for uma associação, seguirá o *ITG 2002 (R1): Entidade sem Finalidade de Lucros* (CFC, 2015), ambas complementadas pela *NBC TG 1000: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas* (CFC, 2016) ou pelas normas completas (NBC TG) (CFC, n.d.) para aspectos não abordados nas ITGs. Ao se constituírem como sociedades empresariais, adotarão em suas demonstrações as normas pertinentes ao seu porte e atividade, entre as quais: *NBC TG 1002: Contabilidade para Microentidades* (CFC, 2021b), *NBC TG 1001: Contabilidade para Pequenas Empresas* (CFC, 2021a), *NBC TG 1000: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas* (CFC, 2016) ou o conjunto completo de normas (NBC TG) (CFC, n.d.), além de terem que observar exigências de legislações às quais estejam submetidos.

A NBC TG 1000 e o conjunto completo de NBC são normas para empresas com finalidade lucrativa e estão alinhadas ao padrão das chamadas normas internacionais, conhecidas por IFRS⁵, como resultado de um processo de convergência a esse padrão inaugurado no Brasil no final de 2007, com a promulgação da Lei nº 11.638 (2007), no contexto de um movimento para padronização e harmonização da produção de relatórios contábeis de diversas jurisdições no mundo, a fim de fomentar o fluxo internacional de capitais e responder a crises financeiras do capitalismo (Arnold, 2012).

O posicionamento político-econômico que embasa essas normativas pode ser observado em, dentre outros fatores, sua estrutura conceitual, documento que guia o desenvolvimento e a aplicação do conjunto completo de normas. Nela se declara explicitamente que os relatórios produzidos sob suas diretrizes são destinados às demandas informacionais de investidores(as) e credores(as), a fim de apoiar suas decisões sobre compra e venda de títulos patrimoniais (ações) ou de dívidas (debêntures) e oferta de crédito (International Accounting Standards Board [IASB], 2018). Sendo a profissão contábil regulamentada, como já dito, profissionais da área devem estudar e seguir as normas técnicas editadas pelo CFC, que são traduções ao português brasileiro, com alguma adaptação, das normas internacionais, escritas originalmente em inglês britânico. Com isso, a prática dominante da contabilidade brasileira renova sua posição de instrumento capitalista no âmbito da formação de profissionais, considerando que a área acadêmica contábil brasileira incorporou um discurso de superioridade

⁵ IFRS é a sigla para International Financial Report Standard, que são normas contábeis internacionais produzidas e publicadas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

de tal padrão internacional frente a práticas domésticas anteriores, e que exerce uma relevante influência sobre a prática profissional ao moldar, além de novos(as) profissionais, o discurso dominante da área contábil (Homero Junior, 2017a, 2019).

Essas normas e sua áurea discursiva alcançam diretamente os CES formalizados, tanto os que assumem formatos de sociedades empresariais quanto aqueles que se constituem como cooperativas ou associações, visto que, para esses últimos casos, embora se tenha ITG específicas para cada arranjo formal, elas são obrigatoriamente complementadas pelas NBC TG 1000 ou conjunto completo de NBC TG. Logo, impõe-se aos CES uma contabilidade pensada e construída sob uma lógica e para atender demandas alheias a eles.

Embora a adesão dessas normas contábeis padronizadas sob um modelo internacional subordinado ao mercado financeiro global ainda seja baixa na prática contábil de profissionais e escritórios contábeis – sobretudo aqueles voltados a entidades de pequeno ou médio porte, o que levou o CFC a produzir duas normas estritamente domésticas voltadas a esse público (Silva et al., 2024) –, a influência delas sobre o discurso acadêmico (Homero Junior, 2019) pode alcançar os CES e a ES por meio das pesquisas científicas (ou da falta delas) da área ou mediante o envolvimento de docentes e discentes contábeis em incubadoras universitárias, que, ainda que de forma inconsciente, podem mimetizar pensamentos e práticas dominados pelo discurso hegemônico dessa contabilidade societária para realidades que exigem uma abordagem de alteridade.

E, se diante de todo o exposto, a conclusão fosse que essas normas (im)postas aos CES não servem, restaria ainda a pergunta: que modelo alternativo reivindicar? Se as questões de vácuo jurídico⁶ para a ES fossem superadas, estariam os(as) praticantes da contabilidade, pesquisadores(as) e participantes da ES preparados(as) também para preencher o vácuo normativo contábil? Esse é mais um campo fecundo para o desenvolvimento contábil na ES.

Ademais, um exercício necessário ao tratar dessa contabilidade para os CES é olhar para essas demonstrações além de seus propósitos de conformidade, que as confinam em modelos padronizados e descompassados com os princípios da ES. O balanço patrimonial, por exemplo, com sua equação que evidencia que tudo que se tem (aplicações do recurso) veio de algum lugar (origem do recurso), em um equilíbrio materializado no método de partidas dobradas – cuja origem pessoas historiadoras não conseguem precisar, mas que existe há mais tempo do que o capitalismo (Schmidt & Gass, 2018) –, gera informações úteis à autogestão, como: capacidade de honrar compromissos, o resultado do trabalho e dos meios para produzi-lo, os recursos

⁶ Sobre essa questão, ver a tese de Pita (2020)

financeiros necessários para manter a atividade no curto prazo etc. Ao migrar da contabilidade societária para a contabilidade para gestão, em um movimento que naturalmente inclui os coletivos informais, a prática de construção, ajustes e adaptações⁷ de forma situada à realidade do CES e de seu território e com as pessoas trabalhadoras (Gallón Vargas et al., 2020), talvez emergjam propostas que respondam àquelas perguntas anteriormente feitas. Ou ainda, talvez se conclua que as responder não é uma demanda urgente para as pessoas praticantes da contabilidade para a autogestão. Reflexões sobre essas e outras questões contábeis na ES podem ganhar potência se pensadas em conexão com premissas da educação popular.

2.1.2 A educação popular como condutora da práxis contábil para a economia solidária

A educação popular é o conjunto de práticas educacionais que se desenvolvem fora do ambiente escolar formal e por meio de diversos atores sociais, alçadas pela pedagogia social, enquanto teoria geral. A pedagogia social apresenta várias correntes e tradições pelo mundo, mas sua origem está fundada na ideia de comunidade em contraposição ao individualismo e, portanto, em uma concepção de educação atrelada à sociedade, ao coletivo (R. Silva, 2018).

No Brasil, Paulo Freire é o teórico expoente da área e, ainda que não tenha feito referências ao termo “pedagogia social” em seus escritos, produziu reconhecidas contribuições à educação popular, também nomeada como “educação comunitária” ou “educação social”, a depender do contexto (Gadotti, 2012; R. Silva, 2018). No grande campo da pedagogia, a educação popular tem como um de seus princípios originários, segundo Gadotti (2012): “a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular” (p. 7).

De acordo com Gadotti (2012), o caráter emancipatório das educações popular e comunitária se apresenta quando educadores(as) “procuram integrar os sujeitos à sociedade, não o fazem mecanicamente: integram para transformar a sociedade na qual são integrados.” (p. 12). O autor destaca que a educação popular (e a comunitária) contempla o formal e o não formal, bem como o escolar e o não escolar, ressaltando que o que a diferencia da educação escolar é “a valorização dos espaços informais” e o reconhecimento “da riqueza metodológica da informalidade” (p. 9). R. Silva (2018) aponta que essa característica é muitas vezes associada a uma ideia equivocada e pejorativa de informalidade, de modo que evita essa dicotomia entre

⁷ Para CES que nunca fizeram um balanço patrimonial, a estratégia do balanço perguntado pode ajudá-los a dar o primeiro passo em sua construção. Sobre isso, ver o trabalho de Severo et al. (2017).

educação formal – a escolar – e informal – a popular –, referindo-se às educações popular, comunitária e social como outras educações.

Brandão e Assumpção (2009) lembram que “a educação é, em si mesma, uma forma de poder” e apresentam a educação popular como aquela realizada sem a intenção de estabelecer-se como dominante, na qual as pessoas educadoras estão comprometidas com “um projeto histórico de humanização libertadora por meio do trabalho político do povo” (p. 44).

Singer (2005) apresenta a própria ES como um ato pedagógico, na medida em que ela propõe uma nova prática social e um novo entendimento dessa mesma prática, tendo seu ensino promovido no Brasil fundamentalmente por educadores(as) e incubadoras, cuja efetividade do ensinar encontra-se na estreita conexão entre fundamentos teóricos – formadores(as) – e aplicação prática (participantes da ES), em uma perspectiva freiriana, na qual docentes e discentes têm suas experiências igualmente valorizadas. Ainda para o autor, os saberes progressos das(os) participantes da ES, construídos em suas vivências de lutas e resistências a opressões impostas pelas desigualdades do capitalismo, são valorizados, ao mesmo tempo que se propõe a sua superação pela solidariedade.

Gadotti (2009) argumenta que as práticas e os conceitos fundantes da ES estão intimamente ligados a uma educação transformadora, visto que educar para a cooperação forma participantes que compreendem e administram adequadamente seus CES. Trata-se do que o autor chama de “formação para a gestão colaborativa” (autogestão) e de uma “formação política” das trabalhadoras e trabalhadores. Ambas são uma necessidade real da ES, considerando que na sociedade capitalista somos forjados(as) para a gestão vertical e hierarquizada, a heterogestão, sem incentivos a práticas decisórias coletivas e à cooperação, e considerando o intuito transformador desse movimento pedagógico.

A primeira inclinação para reunir a educação popular, a ES e a contabilidade aparece na dissertação de Almeida (2006), uma pioneira no Brasil em estudar a contabilidade na autogestão de CES. Ainda que a autora não tenha mencionado a educação popular, ela apontou a urgência por uma “didática para transmissão do conhecimento em contabilidade apropriada à realidade social dos trabalhadores” da ES (p. 93), com a adoção de metodologias que promovessem uma mudança de cultura entre elas(eles), sensibilizando-as(os) para a importância da compreensão da contabilidade como instrumento de autonomia. Segundo ela, para que contabilistas pudessem ser figuras formadoras na ES, a própria formação acadêmica em contabilidade precisaria ser orientada ao desenvolvimento de habilidades como a sensibilidade, a capacidade de ouvir e dialogar, de transmitir conhecimento em linguagem adequada e de aprender com o

campo (troca de saberes), o que para Almeida (2006) significaria uma formação contábil baseada na realidade brasileira e sensível às questões sociais.

Porém, essa conexão explícita entre contabilidade, ES e educação popular se dá dez anos depois, em outra dissertação sobre a temática, escrita por Nascimento (2016), e é renovada cinco anos depois com a dissertação de Santos (2021). Em ambos os trabalhos, as autoras apontam a educação popular como estratégia adequada para que as trabalhadoras e trabalhadores dos CES se apropriem dos saberes e conhecimentos contábeis.

De forma ainda mais contundente, Gallón Vargas et al. (2020) propõem uma contabilidade popular. A contabilidade popular é fundamentada na educação popular e se apresenta como um conceito em construção e como uma prática que parte do reconhecimento do contexto e da história do CES e de sua comunidade. Assim, reconhece e integra os saberes e práticas contábeis contextualizados, que, por meio da reflexão crítica, são ressignificados conforme dificuldades, necessidades e propósitos dos coletivos. As autoras sintetizam:

La contabilidad popular como práctica pedagógico-política y social busca resignificar las prácticas contables en las organizaciones de economía solidaria desde la educación popular y la práctica pedagógica como ejes centrales para generar las condiciones que permitan reafirmar, ressignificar y emerger nuevos conocimientos y prácticas contables, a partir de la experiencia subjetiva y colectiva, lo dialógico y lo solidario como formas de conocer y de relacionamiento⁸ (Gallón Vargas et al., 2020, p. 75).

Dando continuidade ao desenvolvimento da contabilidade popular como conceito e práxis, o mesmo grupo de pesquisadoras critica o que chama de prática bancária da contabilidade, em uma referência a Paulo Freire e ao conceito de educação bancária (Freire, 2019). Na prática bancária de contabilidade, contabilistas são as(os) detentoras(es) do conhecimento contábil transmitidos às pessoas trabalhadoras da ES, supostamente vazias desse saber. Em contrapartida, na contabilidade popular (prática não bancária da contabilidade), os saberes, os sentidos e as práticas contábeis frutos da experiência de agentes populares e sociais são reconhecidos e valorizados.

Assim, a conexão entre a contabilidade para a ES e a educação popular se firma e se mostra potente, principalmente como estratégia adequada para conduzir processos de

⁸ Tradução feita pela inteligência artificial Deepseek: “A contabilidade popular como prática pedagógico-política e social busca ressignificar as práticas contábeis nas organizações de economia solidária, tendo a educação popular e a prática pedagógica como eixos centrais para gerar condições que permitam reafirmar, ressignificar e emergir novos conhecimentos e práticas contábeis. Isso se dá a partir da experiência subjetiva e coletiva, do diálogo e da solidariedade como formas de conhecer e de se relacionar” (Gallón Vargas et al., 2020, p. 75).

apropriação contábil por trabalhadores(as) e de consolidação da autogestão, sobretudo nas incidências da contabilidade popular.

3 CONTABILIDADE PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA À BRASILEIRA: UMA REVISÃO CURTA DE LITERATURA

Resumo: Este artigo oferece uma revisão curta da literatura da produção acadêmica brasileira sobre a contabilidade para a economia solidária, literatura representada por teses, dissertações e artigos publicados em revistas acadêmicas disponíveis no Catálogo e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em buscas realizadas até julho de 2025. A genealogia dos estudos localizados remonta a uma cronologia entre 1995 e 2025, com duas grandes fases de quinze anos cada. Na primeira, a contabilidade produzida por contabilistas é o foco e tem papel de prestação de contas para a transparência dos coletivos econômicos solidários. Demandas por adaptações e ajustes de conteúdo e linguagem para que relatórios contábeis sejam compreensíveis para as pessoas trabalhadoras desses coletivos são destacadas. Na fase seguinte, observa-se uma tendência de incluir práticas próprias dos coletivos econômicos solidários e refletir sobre a apropriação que pessoas trabalhadoras realizam de saberes e práticas contábeis a partir da educação popular. No geral, cooperativas da economia solidária são mais estudadas do que outras formatações, o estudo de caso é a estratégia metodológica prevaiente e há uma predominância de estudos sobre coletivos representados por grupos marginalizados. Essa genealogia revela também a importância das incubadoras universitárias na economia solidária, tanto no avanço do assessoramento técnico dos coletivos econômicos solidários quanto no fomento de pesquisas acadêmicas, visto que o incremento nos estudos dos últimos quinze anos ocorre a partir de experiências de incubação.

Palavras-chave: Revisão curta de literatura. Economia Solidária. Contabilidade. Coletivos Econômicos Solidários. Contabilidade popular. Educação Popular.

3.1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) é um modo de produção, comercialização e trocas pautado pela cooperação, solidariedade e autogestão, no qual trabalhadores e trabalhadoras são donos(as) dos meios de produção do trabalho e partilham entre si os resultados deste (Singer, 2022). Ela engloba um conjunto grande de práticas coletivas, como feiras, fóruns, agências de fomento e apoio, além dos Coletivos Econômicos Solidários (CES), constituídos por

trabalhadores(as) associados(as) sob diversos arranjos para atuação em variadas atividades econômicas e sociais (Gaiger, 2009).

Em comum com outras entidades, os CES demandam informações contábeis, tanto por prestação de contas como parte da transparência, elemento essencial da autogestão, quanto para apoiar a tomada de decisões de trabalhadores(as) (Almeida, 2006). No entanto, a contabilidade dominante imposta e/ou à disposição desses coletivos tem suas práticas e desenvolvimento técnico-científico embasados e emaranhados nas premissas capitalistas de acumulação de capital, maximização de lucro e competição (Cooper, 2015) – segundo o princípio de intercâmbio/mercado –, contrários às premissas da ES – apoiadas no princípio da pluralidade econômica (Gaiger, 2021b; Santana E., 2014;). Portanto, os CES e a ES requerem uma contabilidade aderente às suas premissas.

Porém, enquanto no Brasil e no mundo a ES e os CES têm sido amplamente estudados, com destaque nas ciências sociais e econômicas (Duque et al., 2021; Gonzales-Torres et al., 2023; S. P. Silva, 2018), eles ainda são timidamente tratados pela academia contábil (Gonzales-Torres et al., 2023). Uma evidência desse quadro está no volume de pesquisas sobre contabilidade e economia solidária produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* nacionais (menos de uma dezena de pesquisas sobre o assunto distribuídas em trinta anos), assim como também é parco o número de artigos publicados em revistas acadêmicas sobre a temática.

Considerando esse contexto, essa revisão de literatura busca oferecer uma genealogia dos estudos brasileiros em ES e CES, com o foco em contabilidade. Para isso, são levantados e brevemente discutidos os estudos elaborados e/ou publicados até julho de 2025. Além de mapear os estudos já desenvolvidos, o intuito é também propor uma agenda de futuro para o tema.

O restante deste artigo está organizado da seguinte maneira: no tópico seguinte é apresentada a metodologia, para, em seguida, se indicar a genealogia dos estudos contábeis sobre ES. Nas conclusões são discutidas as diversas fases dos estudos em CES, para que sirvam de base para estudos futuros sobre o tema.

3.2 METODOLOGIA

Este artigo oferece uma Revisão Curta de Literatura (RCL) da produção acadêmica brasileira sobre a contabilidade para a ES, literatura representada por teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* nacionais, localizadas no Catálogo de

Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e por artigos publicados em revistas acadêmicas localizados no Portal de Periódicos da Capes. Compõem esta curta revisão as dissertações, teses e artigos disponibilizados em tais plataformas até julho de 2025.

3.3 A GENEALOGIA DOS ESTUDOS CONTÁBEIS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O primeiro trabalho no Brasil a tratar das especificidades da contabilidade em sua função de apoiar a autogestão foi a dissertação de mestrado de Michels (1995), dedicada a cooperativas agrícolas. Para o autor, a contabilidade, nesse contexto, precisaria de ajustes que passavam por: estruturar demonstrações contábeis de forma que pudessem ser compreendidas pelas pessoas cooperadas, enriquecendo-as com gráficos e tabelas comparativas, de maneira que pudessem notar os efeitos positivos ou negativos das decisões anteriores; e usar os canais de comunicação das cooperadas para divulgação de balancetes mensais. Além disso, o autor também evocava a necessidade de normas contábeis específicas para as cooperativas, com aplicação de conceitos referentes à qualidade da informação, o que se fez tempos depois de seu trabalho.

O estudo seguinte é proposto por Almeida (2006), que, em sua dissertação de mestrado, mergulhou nos (de)usos da contabilidade na autogestão de uma cooperativa da ES. Para a autora, as trabalhadoras, ou cooperadas, no caso, representam um novo grupo de usuários da informação contábil, que apresenta necessidades específicas que derivam da autogestão. Ela constatou que, embora as trabalhadoras daquele empreendimento tivessem consciência da importância da contabilidade na autogestão, a linguagem contábil estava distante de suas realidades, sobretudo por serem pessoas com pouca instrução formal e com, em suas palavras, “insuficiente familiaridade com a linguagem de negócios” (p. 104), o que impedia que as informações geradas pela contabilidade fossem efetivamente assimiladas e usadas na autogestão.

Partindo de um olhar da contabilidade financeira ou societária, ela aponta demandas para que a contabilidade possa ampliar sua função social nos CES, dentre as quais: propiciar às trabalhadoras a utilização e a assimilação dos instrumentos contábeis existentes e criar relatórios específicos para os coletivos, permitindo o uso permanente e atualizado; adaptar o conteúdo dos relatórios contábeis à linguagem apropriada à realidade social das trabalhadoras; e mudar a postura tanto das profissionais da contabilidade quanto de pessoas que oferecem

formações a essas trabalhadoras, para que estimulem o uso da contabilidade e sensibilizem-nas para a sua importância. Além disso, a autora aponta a necessidade de: formações que apliquem didáticas e linguagens adequadas, para que o conhecimento contábil seja apropriado pelas trabalhadoras; legislações compatíveis com a ES, assim como normas contábeis; e repensar a formação contábil, de modo que prepare futuras contadoras para lidar com realidades diferentes das relações capitalistas.

Partindo desses trabalhos, a tese de Morgado (2008) incorpora o repertório de governança corporativa ao olhar para a autogestão e sua conexão com a contabilidade. O autor debruça-se sobre critérios de criação de confiança no processo de comunicação de informações econômico-financeiras. Por meio de estudo de múltiplos casos, ele entrevistou pessoas em cargos de direção do que chamou de empresas solidárias e especialistas, além de observar a realização de algumas assembleias. Seus achados tratam da confiança das pessoas trabalhadoras nas informações compartilhadas no âmbito da autogestão. Ele aponta que são critérios para o estabelecimento da confiança: a transparência na divulgação de informações e de controles internos, cuja implantação por empresas solidárias ainda é um desafio; as formalidades em torno da profissão contábil, que faz com que se confie mais em quem as produziu do que na mensagem em si, inclusive porque constatou a dificuldade de as pessoas trabalhadoras se apropriarem da informação contábil e do conhecimento de gestão, o que bloquearia a participação; e o próprio ambiente institucional da empresa solidária, que é fundado em princípios de cooperação, solidariedade e confiança.

Olhando para a formação de pessoas formadoras em temáticas de contabilidade na ES, Leal e Casa Nova (2009) apresentam a experiência de uma oficina pautada nas técnicas dramáticas do teatro do oprimido e da vivência de papéis aplicada a uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), como uma busca por novas metodologias capazes de superar as resistências à temática contábil encontrada entre formadoras(es) de áreas técnicas do núcleo de gestão, que, além da contabilidade, costumam incluir áreas do direito, economia, administração, engenharia de produção e ciências sociais. Durante a prática, trabalharam-se as opressões percebidas e manifestadas pelas(os) participantes, sintetizadas nos seguintes questionamentos abordados na oficina:

“Nós, técnicos [da contabilidade], somos oprimidos pelos [outros] formadores que, preconceituosamente, acham que nossas ciências são inúteis na ES, além de nos acusarem de burocratas e servidores do Capital” e “Nós, técnicos [gestão], somos opressores com relação aos [outros] formadores. Nossas áreas afastam os outros, seja pela linguagem que usamos, seja pelos setores e tipos de organização que atendemos majoritariamente” (Leal & Casa Nova, 2009, p. 11).

Para as autoras, a aplicação do teatro do oprimido em conjunto com a vivência de papéis facilitaria diálogos, esclarecimentos de situações conflitantes e a compreensão de pontos de vista distintos, representando uma abordagem favorável para tratar as questões de contabilidade, autogestão e ES.

Investigando uma associação formada por famílias da agricultura familiar, Jesus (2012) disserta sobre a adequação de informações fornecidas na demonstração de resultado ao modelo decisório de grupos organizados sobre fundamentos da economia solidária. O autor constata que, para a maior parte dos(as) associados(as) entrevistados(as), informações sobre receitas, custos, despesas e lucro não são consideradas mais relevantes do que outras informações não econômicas para a tomada de decisões econômicas. Segundo o autor:

Boa parte das atividades desenvolvidas pelos agricultores não são movidas pela racionalidade econômica de modo que as informações econômico-financeiras assumem um papel secundário em seus processos decisórios apesar de ter sido verificado em todos os casos um mínimo de preocupação com o aspecto econômico por razões óbvias (Jesus, 2012, p. 127-128).

Desse modo, é possível inferir, a partir de seus achados, a limitação da contabilidade ao expressar a realidade de um coletivo exclusivamente pelo viés objetivo e do que pode ser quantificado monetariamente, dado que, na tomada de decisão dessas pessoas trabalhadoras, os elementos decisórios tomam dimensões distintas e imersas em subjetividades.

Estudando a mesma associação investigada por Jesus (2012), Carneiro (2013) analisa a influência de políticas públicas nas práticas de controle gerencial de empreendimentos da economia solidária. O autor reconhece a presença de controles internos prévios na figura de fluxo de caixa e controles de mensalidades recebidas, que são ampliados por meio da implementação de um sistema de controle elaborado por estudantes participantes da ITCP que incubava a associação. Ele conclui que a inserção em mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são determinantes para a adoção de instrumentos de controle gerencial. O trabalho dessa dissertação foi convertido em publicação em periódico científico no ano seguinte (Carneiro et al., 2014).

Diferentemente dos trabalhos anteriores, esses dois últimos estudos não se centram em informações produzidas por contabilistas, mas miram as informações econômico-financeiras fundamentalmente produzidas pelas pessoas trabalhadoras ou pelo empreendimento, ainda que elaboradas com apoio da assessoria de ITCP. Nessa mesma linha, Nascimento (2016) estudou

o efeito de formação em contabilidade ofertada a dezesseis cooperativas sob incubação universitária e inaugurou, nesta cronologia, a conexão explícita entre contabilidade, ES e conceitos e práticas da educação popular, esta última manifestada nos processos da incubadora.

Em sua dissertação, Nascimento (2016) aplicou um quase-experimento para comparar os efeitos de uma formação sobre o entendimento das informações contábeis pelas pessoas cooperadas. A formação foi baseada nos controles de gestão do coletivo (folha de ponto, livro-caixa, folha de pagamento e livro-fundo) e não contemplou demonstrações contábeis como balanço patrimonial e demonstração do resultado, que são feitas apenas para cumprimento de conformidade, não sendo utilizadas pelas pessoas cooperadas. Seus resultados não indicam mudanças significativas entre os conhecimentos prévio e posterior à formação. No entanto, seu trabalho inova ao tratar da contabilidade na autogestão não a partir das demonstrações contábeis preparadas por contabilistas, mas ao abordar aquela contabilidade realizada pelas pessoas membras dos empreendimentos econômicos solidários, compreendidas, então, como produtoras de (conhecimento de) contabilidade, por vezes moldados pelo saber científico vindo de incubadoras universitárias, mas que criam e recriam ferramentas e controles. Desse modo, o foco deixa de ser as demonstrações em si e passa a ser a revelação contábil:

a revelação da informação contábil deve ser feita de modo a ser compreendida e interpretada pelos associados. Isso significa que pode ocorrer a necessidade de criar outras formas e controles que possibilitem a interpretação dos fatos contábeis (Nascimento, 2016, p. 94).

Nesse aspecto, Nascimento (2016) argumenta que a responsabilidade da contabilidade seria a de promover a transparência, que, unida a uma percepção de utilidade, repercute em motivação e solidifica a relação das pessoas cooperadas com o empreendimento. Por fim, a autora argumenta que, dada a alta rotatividade entre as pessoas cooperadas e a baixa escolaridade delas, a manutenção de oficinas recorrentes é necessária.

Em se tratando de criações contábeis para a ES, Macêdo (2019) propõe um modelo de balanço social para empreendimentos econômicos solidários tomando por base uma compilação das diversas diretrizes existentes no momento de sua pesquisa sobre essa ferramenta para empresas tradicionais. O intuito do relatório, conforme a autora, é evidenciar as diversas ações desses empreendimentos nas várias dimensões da sustentabilidade (ambiental, cultural, social e econômica). Em seu estudo, o modelo proposto foi aplicado em uma cooperativa da ES. Porém, a falta de dados registrados foi um limitador da sua confecção plena. Seu trabalho converteu-se em artigo publicado no ano seguinte (Macedo et al., 2020).

Seguindo na mesma direção de Nascimento (2016), Santos (2021) realizou um estudo de caso em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis sob incubação universitária e aponta a abordagem da educação popular como estratégia mais adequada para que cooperados(as) com baixa escolaridade se apoderem da autogestão. Em seu trabalho, a ES é apontada, pela primeira vez no contexto desta cronologia, como uma alternativa ao capitalismo, ampliando assim uma visão em torno de uma alternativa de geração de trabalho e renda para pessoas marginalizadas por ele. Tomando como ponto de partida que o trabalho associado e a autogestão são processos emancipatórios, seus achados indicam que o espaço de trabalho coletivo favorece o ensino e a aprendizagem mútua e coletiva, e que é nele que a apropriação do conhecimento contábil ocorre, por meio do próprio trabalho realizado e das relações emanadas dele, mas, principalmente, mediante formações ofertadas por incubadoras sobre cooperativismo e autogestão, sobretudo quando cooperados(as) se identificam como gestores(as) do empreendimento.

Enquanto o processo de incubação alavanca a apropriação do saber contábil, Santos (2021) aponta alguns obstáculos, como a falta de familiaridade com processos e documentos contábeis, administrativos e financeiros das pessoas cooperadas e sua baixa escolaridade, corroborando o que foi citado por Almeida (2006), além da falta de marco regulatório para a ES e de profissionais da contabilidade capacitados para lidar com esse tipo de empreendimento. Sua dissertação foi divulgada em publicação em periódico científico (Santos et al., 2024).

A formação em contabilidade também é o foco do estudo de caso apresentado no artigo de Maragni et al. (2021), envolvendo pessoas com deficiência intelectual que encontraram na ES uma oportunidade de reinserção socioeconômica e de (re)construção de suas identidades, suplantando os estereótipos limitantes vinculados a suas deficiências. Diferentemente dos outros trabalhos sobre formações para pessoas trabalhadoras da ES, nesse estudo a ação formativa ocorre fora do processo de incubação universitária. Como balanço final da experiência, as autoras e os autores pontuaram três lições do campo: a importância de abandonar ideias pré-concebidas e estereotipadas sobre o potencial de envolvimento e aprendizagem das(os) trabalhadoras(es), no caso estudado pessoas com deficiência intelectual; a valorização das “lutas da vida” como fonte de conhecimento e relevância; e o poder da alfabetização contábil-financeira situada e contextual. Assim, concluem que, para que a educação contábil-financeira seja empoderadora, ela deve ser contextualizada, ter sentido e ser construída com a participação de todas e todos atores, a fim de possibilitar mudanças sociais, e que os CES, por meio de sua forma de funcionamento, têm sido um espaço de aprendizagem para a construção

desse tipo de conhecimento e para o desenvolvimento de tecnologias contábeis (Maragni et al., 2021).

O último trabalho que se conseguiu localizar até o momento de redação desta tese é o de Rocha (2022), que é dedicado a refletir sobre demandas contábeis do que a autora chama de microempreendedores solidários. Trata-se majoritariamente de produtores de artesanato, informais ou formalizados como Microempreendedores Individuais (MEI) principalmente, e que participam de um fórum estadual da ES. A partir de uma pesquisa-ação envolvendo a oferta de formação em contabilidade para esse público, cujo conteúdo foi criado a partir de suas indicações coletadas em formulários, a autora aponta a expressividade de pessoas interessadas em conhecer a contabilidade para a gestão, e que a maioria já conhecia a área de alguma forma, mas não a aplicava. Ela reporta que a falta de tempo para maturação do saber e a carência de recurso financeiro são impeditivos para que conhecimentos contábeis sejam incorporados na autogestão desses coletivos. Sua pesquisa retoma o olhar da contabilidade sob o viés do profissional da contabilidade, mas inova ao incluir agentes até então não mencionados, apesar de serem representativos na ES: os informais ou formalizados como figuras individuais. Seu trabalho suscita a reflexão sobre o olhar formalista com que profissionais e acadêmicos percebem a relação entre contabilidade e empreendimento, atrelando comumente a primeira aos contornos jurídicos do segundo, o que, embora faça sentido quando se trata da contabilidade para a conformidade, exclui aqueles cuja existência não foi chancelada pelas instituições de Estado.

O Quadro 2 apresenta uma visão geral dessa produção, indicando ano, autoria, tipo, metodologia e principais achados:

Quadro 2 – Quadro geral da produção nacional sobre contabilidade e economia solidária

Ano	Autoria	Título	Tipo	Metodologia	Principais achados
1995	Michels, Valdir	<i>Contabilidade e gestão de cooperativas de produção agrícola: uma contribuição à análise das funções da contabilidade como sistema de informações no auxílio da autogestão e formação de capital</i>	Dissertação - Universidade de São Paulo	Pesquisa documental	Levanta demandas da contabilidade de cooperativas para que suas pessoas associadas possam exercer a autogestão, sendo elas: a estruturação de demonstrações, de tal modo que associados(as) possam interpretá-las, uso de gráficos e tabelas, divulgação detalhada nos canais de comunicação das pessoas associadas, para apresentar os principais eventos econômicos, e a necessidade de normatização contábil para o setor,

Ano	Autoria	Título	Tipo	Metodologia	Principais achados
					considerando conceitos teóricos de qualidade da informação.
2006	Almeida, Edir A.	<i>Contabilidade e autogestão um estudo sobre a dimensão contábil</i>	Dissertação – Universidade de São Paulo	Estudo de caso (cooperativa de produção de artes metálicas de São Paulo)	As pessoas associadas de cooperativas autogestionárias são um novo grupo de usuários da contabilidade com demandas específicas para a área: necessidades de adaptação da linguagem e das demonstrações, criação de relatórios específicos, sobretudo aqueles de uso constante, didática apropriada para formação permanente de associados(as), nova postura de profissionais da contabilidade e legislação específica. O trabalho também aponta a necessidade de revisão da formação de profissionais contábeis.
2008	Morgado, Flávio	<i>Confiança na comunicação de informações econômico-financeiras: o caso das empresas de autogestão</i>	Tese – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Bibliográfica e entrevistas	Reduzem a confiança das pessoas trabalhadoras nas informações contábeis a dificuldade da implementação de controles internos e a pouca compreensão das demonstrações. Confia-se mais na figura do profissional contábil do que na informação contábil, que não é compreendida, e o ambiente de cooperação da empresa autogestionária, por si, é promotor de confiança. Por fim, a adaptação dos relatórios a fim de torná-los compreensíveis, as formações adequadas para as pessoas trabalhadoras e a redução de jargões técnicos por contabilistas são recomendados.
2009	Leal, Dodi e Casa Nova, Silvia	“Métodos dramáticos aplicados a intervenções socioeducativas de autogestão e contabilidade”	Artigo – <i>Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)</i>	Estudo de caso (oficina formativa em uma ITCP de São Paulo)	Proposição do uso do teatro do oprimido em conjunto com a vivência de papéis como metodologia para a formação de pessoas formadoras de incubadoras para a ES, como facilitadoras de diálogos, esclarecimentos de situações conflitantes e a compreensão de pontos de vista distintos.

Ano	Autoria	Título	Tipo	Metodologia	Principais achados
2012	Jesus, Marcelo	<i>A mensuração do resultado econômico e a economia solidária: a demonstração de resultado frente às novas realidades econômicas e sociais</i>	Dissertação – Universidade Federal do Paraná	Estudo de caso (associação de produtores rurais sob incubação universitária) documental e entrevistas	Identificação de três níveis de uso de informações tipicamente apontadas em demonstrações de resultado (receitas, custos, lucratividade) pelas famílias produtoras rurais para orientar suas decisões: (1) não usa informações desse tipo; (2) embora utilizem, consideram questões de qualidade de vida e bem-estar comunitário; e (3) em menor número, utiliza essas informações, sobretudo preço e lucratividade. Conclui que fatores subjetivos têm grande peso na orientação das decisões, prevalecendo sobre informações estritamente econômicas.
2013	Carneiro, Leandro	<i>A institucionalização das práticas de controles em empreendimentos de economia social e solidária</i>	Dissertação – Universidade Federal do Paraná	Estudo de caso (associação de produtores rurais sob incubação universitária) Documental e Observações	A participação em políticas públicas como Programa Nacional de Alimentação Escolar representa mecanismos coercitivos, na perspectiva da teoria institucional, que forçam os empreendimentos a ampliarem e aprimorem suas práticas de controles.
2014	Carneiro et al.	“Práticas de controle em empreendimentos solidários: estudo de caso a partir da perspectiva institucional”	Artigo – <i>Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional</i>	Derivado da dissertação	
2016	Nascimento, Letícia	<i>O ensino contábil para empreendimentos econômicos solidários: um estudo na incubadora social da Universidade Federal de Goiás</i>	Dissertação – Universidade de São Paulo	Experimento baseado em formação em contabilidade para dezesseis cooperativas sob incubação universitária; entrevistas	Apresenta a educação popular como estratégia adequada para a formação de pessoas trabalhadoras de CES e expõe que contextos de muita rotatividade de trabalhadores(as) requerem formações recorrentes para que sejam efetivas.
2019	Macêdo, Janicleia	<i>Interações sociais e ambientais evidenciadas no balanço social da Cooperuc – Bahia</i>	Dissertação – Universidade Federal do Vale do São Francisco	Documental e estudo de caso	Proposição de um modelo de balanço social a ser utilizados por empreendimentos econômicos solidários para evidenciar suas ações sociais e ambientais, principalmente.
2020	Macedo et al.	“Propositura de balanço social direcionado à sustentabilidade em Empreendimentos	Artigo – <i>Organizações Rurais & Agroindustriais</i>	Derivado da dissertação	

Ano	Autoria	Título	Tipo	Metodologia	Principais achados
		Econômicos Solidários (EES)”			
2021	Maragni, Felipe Genta et al.	“Healthily Crazy business! Solidarity Economy and Financial Education as Emancipation Tools for the Mentally ill”	Artigo – <i>Revista Innovar</i>	Estudo de caso (oficinas formativas)	A educação contábil-financeira, sob premissas da educação popular, é empoderadora quando ocorre de forma situada e é construída com a participação de todas as pessoas envolvidas. Os CES são espaços de aprendizagem para a construção desse tipo de conhecimento e para o desenvolvimento de tecnologias contábeis.
2021	Santos, Evelyn	<i>Educação popular: a contabilidade como ferramenta de consolidação da autogestão na cooperativa de produção de material reciclável de Tangará – Coopertan</i>	Dissertação – Universidade do Estado do Mato Grosso	Estudo de caso (cooperativa de produção de materiais recicláveis de Mato Grosso), entrevistas e questionários	A contabilidade é ferramenta de consolidação da autogestão quando a apropriação do conhecimento contábil pelas pessoas trabalhadoras se alicerça nas premissas da educação popular. As aprendizagens se dão nos espaços e pelas relações de trabalho.
2024	Santos et al.	“Contribuição da educação popular na consolidação de empreendimentos solidários”	Artigo – <i>Revista de Estudos Interdisciplinares</i>	Derivado da dissertação	
2022	Rocha, Silvia	<i>A contribuição da contabilidade para gestão de pequenos empreendimentos solidários: pesquisa com os trabalhadores do Fórum de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro</i>	Dissertação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Pesquisa-ação em formações de contabilidade para pessoas membras de fórum regional e observações	A falta de tempo e de recursos financeiros são impeditivos para que pessoas de pequenos empreendimentos solidários se apropriem de conhecimento ou de ferramentas contábeis.

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 2 consolida um entendimento de um interesse crescente sobre o tema, que tem sido representado por pessoas pesquisadoras em diferentes instituições, majoritariamente públicas, estaduais e federais, em diferentes regiões do país, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, com uma predominância no Sul e Sudeste. Esse esforço tem se consolidado também em publicações em revistas, sobretudo interdisciplinares, nacionais e regionais. Em seu conjunto, esses estudos pavimentam um caminho promissor em torno de outras formas de contar.

3.4 CONCLUSÃO

Nessa genealogia dos estudos brasileiros sobre contabilidade e ES dos últimos trinta anos, nota-se que os trabalhos desenvolvidos nos primeiros quinze anos abordam o tema a partir da contabilidade elaborada por contabilistas, tendo papel de prestação de contas, o que promove a transparência e a confiança. No entanto, aponta-se a necessidade de adaptações de relatórios e ajustes de linguagem que tornem os relatórios contábeis compreensíveis para as pessoas trabalhadoras desses coletivos, de modo que possam exercer a autogestão.

Depois desse período, observa-se uma tendência de incluir na reflexão as práticas próprias dos CES e refletir sobre estratégias adequadas para a apropriação de saberes e práticas contábeis pelas pessoas trabalhadoras. Nesse caso, são estudos majoritariamente elaborados em contexto de incubação universitária, cujas práticas formativas se fundamentam em premissas da educação popular.

Emerge no período mais recente a relação entre contabilidade, ES, CES e educação popular, gerando um potencial de formação e de produção de saberes contábeis. Esse parece ser um caminho promissor para estudos futuros, com o potencial de promover uma aproximação de saberes práticos do campo com saberes acadêmicos.

No geral, cooperativas da ES são mais estudadas do que outras formações jurídicas, o estudo de caso é a estratégia metodológica prevalecente e há uma predominância de estudo de coletivos representados por grupos marginalizados. Existe, portanto, uma prevalência de estudos qualitativos, com evidências construídas a partir de entrevistas, seja com pessoas especialistas, seja com pessoas participantes de CES.

Essa genealogia revela também a importância das incubadoras universitárias na ES, tanto no avanço do assessoramento técnico dos CES quanto no fomento de pesquisas acadêmicas, visto que o incremento de estudos dos últimos quinze anos ocorre a partir de experiências de incubação.

4 A CONTABILIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA⁹

Resumo: Com o objetivo de mapear o estado da arte da pesquisa científica sobre a contabilidade no universo da economia solidária e reinterpretar a produção existente, realizou-se uma revisão integrativa de literatura a partir de buscas em diversas bases de dados, identificando-se quinze artigos, posteriormente submetidos a análise. De modo geral, tais artigos abordam a contabilidade em suas vertentes societária e gerencial, mas se destacam aqueles que a exploram de forma não convencional. Como contribuição, argumenta-se que há duas abordagens distintas para conectar a contabilidade à economia solidária: uma mimética e outra de alteridade. Na primeira, transladam-se aos coletivos econômicos solidários práticas das empresas capitalistas, normativamente e sem discussão sobre aderência destas às premissas da economia solidária. Na segunda, os fundamentos da economia solidária são reconhecidos como formadores de outra realidade para a qual se precisa questionar (in)compatibilidades das práticas contábeis dominantes e se requisita a criação de novas práxis. Essa segunda abordagem é subdividida em dois grupos, um mais reformista, que propõe ajustes à contabilidade tradicional e adequação às demandas dos coletivos econômicos solidários, e outra mais disruptiva, que propõe uma concepção de contabilidade popular alicerçada na educação popular. A partir da incipiência e da marginalidade das publicações acadêmicas contábeis acerca de realidades econômicas solidárias, comunitárias e populares se propõe uma agenda para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Coletivos econômicos solidários. Economia solidária. Contabilidade. Abordagem mimética. Abordagem de alteridade.

4.1 PONTO DE PARTIDA

A Economia Solidária (ES) é um modo de produção, comercialização e trocas pautado pela cooperação e pela autogestão de suas(seus) trabalhadoras(es) associadas(os) (Singer, 2002b) que tem sido apontada como uma alternativa ao capitalismo neoliberal das últimas décadas (Ahmed, 2015; Loh & Shear, 2015), ganhando destaque em momentos de sucessivas crises econômicas (Lemaître & Helmsing, 2012; Loh & Shear, 2015; S. P. Silva, 2018), quando

⁹ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada na conferência internacional do Qualitative Research and Critical Accounting – Latin America (QRCA) 2024. Esta última versão foi submetida a uma revista científica internacional e está em segunda rodada de revisão.

representa uma saída para populações desfavorecidas obterem trabalho, renda e dignidade. Suas práticas econômicas estão subordinadas às pessoas e à comunidade, o que expressa seu aspecto fundamentalmente social, contemplando povos e comunidades que se recusam a vivenciar a lógica utilitarista de mercado (Gaiger, 2021b). Engloba um conjunto grande de práticas coletivas que objetiva a inclusão social e o desenvolvimento territorial a partir de novas estratégias (Silva & Carneiro, 2016).

Os Coletivos Econômicos Solidários (CES) assumem iniciativas com motivação econômica (objetivos empresariais), permeadas pela solidariedade (objetivos sociais), com vistas a formas justas de distribuição dos resultados alcançados (Gaiger, 2008) e em meio a relações de trabalho repletas de significados que transcendem o aspecto apenas do ganho financeiro (Coraggio, 2011). Além disso, assumem diferentes formatos jurídico-organizativos, como cooperativas, associações, empresas, coletivos informais etc., podendo gerar inclusive novas formas jurídicas, como afirma Laville (2023). Em comum com outras entidades, os CES demandam informações contábeis tanto para atender conformidades estatutárias quanto para apoiar a gestão. No entanto, apresentam especificidades com as quais a contabilidade deve lidar. Em um contexto autogestionário, como é o caso desses coletivos, para que a participação democrática no processo decisório ocorra, é necessária a compreensão de todas as pessoas envolvidas quanto às informações sobre os empreendimentos, inclusive as informações contábeis (Almeida, 2006; Santos, 2021).

Historicamente, a contabilidade tem sido instrumento de legitimação e potencialização das práticas capitalistas hegemônicas (Bryer, 2006; Chiapello, 2007, 2017), com seu avanço técnico e científico imbricado no próprio desenvolvimento do mercado (Cooper, 2015). Considerando a disparidade de princípios econômicos fundamentais entre a ES (reciprocidade) e a economia de mercado (intercâmbio) (Gaiger, 2021b; Polanyi, 2000), e que os CES operam dentro da economia dominante, emergem questões sobre se e de que forma a contabilidade também poderia instrumentalizar e potencializar os CES, o que implicaria revisar e questionar as próprias práticas, teorias e saberes contábeis quando destinados à ES, popular e alternativa (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021).

Um primeiro passo importante no sentido dessa reflexão é compreender quanto a academia contábil ocupou-se do tema. Por isso, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: Qual o estado da arte da pesquisa científica sobre a contabilidade no universo da economia solidária? Buscou-se, com isso, oferecer novas perspectivas sobre a literatura existente e traçar uma agenda para pesquisas futuras. Para isso, foi realizada uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL) como estratégia para mapear, sintetizar e revisar criticamente a

literatura (Torraco, 2005), a partir de buscas por artigos científicos publicados em revistas das bases Web of Science (WoS), Scopus, SciELO, Redalyc e outras.

As pesquisas sobre a ES e os CES vem se consolidando nos últimos anos em diversas áreas, com destaque para as ciências Sociais e a economia (Duque et al., 2021; Gonzales-Torres et al., 2023; Silva & Carneiro, 2016), em função desses empreendimentos representarem uma alternativa de desenvolvimento frente à economia capitalista neoliberal e suas consequências negativas. Porém, os estudos da área contábil ainda são raros (Gonzales-Torres et al., 2023). Pesquisar a contabilidade na ES se justifica, por um lado, pela demanda existente por informação e apoio contábil aderentes às suas premissas econômicas e sociais (Almeida, 2006; Santos, 2021), e, por outro, porque os aprendizados desse campo têm o potencial de apoiar a construção de outras formas de pensar e estruturar a contabilidade (Gallón Vargas et al., 2020). Assim, o conhecimento sobre a temática precisa ser sintetizado e revisto criticamente, a fim de gerar subsídios para pesquisas futuras que objetivem a construção e operacionalização de novos modelos contábeis para a ES, bem como para outros tipos de empreendimento.

O restante deste capítulo é organizado da seguinte maneira: a seguir, são apresentados o percurso metodológico para levantamento sistemático e análise integrativa da literatura levantada, o perfil dos artigos localizados, o mapeamento desses achados, as proposições feitas a partir do diálogo e das reflexões com os textos e, por fim, as considerações finais, que se encerram com uma proposição de agenda para pesquisas futuras.

4.2 PERCURSO METODOLÓGICO

O material que compõe esta RIL foi levantado em julho de 2024 e é formado por quinze artigos publicados em revistas científicas presentes nas seguintes bases: WoS, Scopus, SciELO, Redalyc, Busca Integrada da Universidade de São Paulo (USP) e Base de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹⁰. Comumente, em trabalhos desse tipo, as buscas restringem-se a plataformas como a WoS e/ou Scopus e a artigos associados a algum qualificador, como prestígio da revista ou números de citações associados. Inicialmente, seguiu-se o caminho tradicional, porém, diante do baixíssimo volume de estudos encontrados, o que por si é um elemento a ser discutido, as plataformas consultadas foram

¹⁰ CAPES é o acrônimo para Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. Atua na expansão e consolidação dos programas de pós-graduação stricto sensu (mestrados e doutorados, acadêmicos e profissionais) em todos os estados brasileiros. É responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação em todas as áreas de conhecimento no Brasil, atribuindo-lhes notas de 3 a 7.

expandidas e não foram restringidas revistas. Na Tabela 1 está apresentada a síntese desse processo, com base, amplitude, comando de busca e quantidades encontrada, eliminada e final.

Tabela 1 – Quadro geral do resultado das buscas para composição da base para a revisão integrativa de literatura

Base	Amplitude	Comando de busca	Quantidade		
			Encontrada	Eliminada	Final
WoS	Global	“accounting” AND “solidarity” AND econom* em Título, Resumo e Palavras-chave	39	36	3
Scopus	Global	“accounting” AND “solidarity” AND econom* em Título, Resumo e Palavras-chave	56	53	3
SciELO	Global	“accounting” AND “solidarity” AND econom* em todos os campos	6	4	2
Redalyc	Iberoamericana	“contabilidade” AND “economía solidaria” em Todos os campos	182	175	7
Busca Integrada USP	Global	“accounting” AND solidar* no Assunto	42	38	4
Periódicos Capes	Nacional	“contabilidade” AND “solidária” em Todos os campos	3	2	1
Duplicidades eliminadas entre bases					-5
Total					15

Fonte: Elaboração própria.

Os trabalhos foram analisados e codificados com apoio do software de análise de dados qualitativos MAXQDA (Kuckartz & Rädiker, 2019), a fim de atender o propósito de uma RIL, que é gerar um modelo ou um quadro conceitual a partir da literatura sintetizada, oferecendo novas perspectivas sobre o tema estudado e sinalizando as principais contribuições e os aspectos críticos, como omissões, deficiências e problemas (Torraco, 2005).

4.3 PERFIL DOS ARTIGOS

Os artigos selecionados foram publicados entre 2009 e 2023, com predominância de pesquisas e pesquisadoras(es) da América Latina, particularmente da Colômbia, com sete trabalhos, dos quais três apresentam uma parceria entre três pesquisadoras. O grupo de artigos dessa RIL é detalhado no Quadro 3.

Quadro 3 – Artigos que compõem a base para a revisão integrativa de literatura

Título do Artigo	Pessoas autoras	Revista	Ano	País/ Região	Q- Capes*
“Revisión bibliométrica de la literatura sobre economía social y solidaria en las áreas de economía, econometría, finanzas, negocios, gestión y contabilidad”	Gonzales-Torres et al.	<i>Inquietud Empresarial</i>	2023	Global	..**
“Identificación de debilidades que afectan a organizaciones del sector de la economía popular y solidaria”	Goyes García et al.	<i>Conrado</i>	2022	Equador	..**
“Contabilidad popular: sentidos y experiencias en organizaciones sociales y comunitarias de la vereda Granizal (Bello, Antioquia, Colombia)”	Gómez-Zapata, et al.***	<i>Innovar</i>	2021	Colômbia	A3
“Healthily Crazy Business! Solidarity Economy and Financial Education as Emancipation Tools for the Mentally Ill”	Maragni et al.	<i>Innovar</i>	2021	Brasil	A3
“Contabilidad popular: una alternativa socio-práxica para resignificar las prácticas contables en las organizaciones de economía solidaria de Colombia”	Gallón-Vargas et al.***	<i>Contaduría Universidad de Antioquia</i>	2020	Colômbia	B1
“La contabilidad de gestión y la generación de valor en el sector de la economía solidaria. Caso Fondo de empleados de Manizales (Colombia)”	Gómez Sánchez, J. A.	<i>Revista Espacios</i>	2018	Colômbia	C
“Empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela incubadora tecnológica de cooperativas populares de uma instituição de ensino superior em Minas Gerais”	Martins et al.	<i>Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional</i>	2018	Brasil	B3
“Regulación contable en el sector solidario de Ocaña”	García et al.	<i>Revista Ingenio</i>	2016	Colômbia	..**
“La contabilidad en propuestas de economía solidaria y alternativa”	Rodríguez-Triana et al.***	<i>En-Contexto</i>	2016	Colômbia	..**
“Metodologias de custeio e preço de venda: um estudo sobre as práticas dos empreendimentos econômicos solidários”	Nascimento et al.	<i>Revista Ambiente Contábil</i>	2016	Brasil	B3
“Efectos financieros en una cooperativa colombiana por la implementación de estándares internacionales de información financiera para las pyme en su balance de apertura”	Castaño-Rios et al.	<i>Cuadernos de Contabilidad</i>	2014	Colômbia	B1
“Las NIIF y su impacto en las cooperativas en Colombia a diciembre 31 de 2011”	Rendón Alvarez et al.	<i>Cuadernos de Administración</i>	2013	Colômbia	B1

Título do Artigo	Pessoas autoras	Revista	Ano	País/ Região	Q- Capes*
“La actitud de las empresas de economía solidaria frente a la divulgación de información sobre sostenibilidad desde el prisma de la teoría de los stakeholders o grupos de interés”	Rosselló, P. H., e Salvà, A. S.***	<i>Revista de Contabilidad</i>	2011	Espanha	-**
“La normativa contable aplicable a las entidades de comercio justo: una propuesta de mejora”	Salvà, A. S. e Rosselló, P. H.***	<i>Ciriec-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa</i>	2010	Espanha	B1
“Métodos dramáticos aplicados a intervenções socioeducativas de autogestão e contabilidade”	Leal, D. T. B. e Casa Nova, S. P. C.	<i>Repec: Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade</i>	2009	Brasil	-**

Fonte: Elaborado pela autora. * Qualis Capes: sistema de classificação de periódicos em que a avaliação como A1 é a mais elevada, seguido por A2; B1; B2; B3; B4; B5; C, avaliação no quadriênio na data da publicação; ** -: Sem avaliação no Qualis Capes; *** Parcerias.

Com base na análise do Quadro 3, a revista colombiana *Innovar* é que mais publicou sobre o tema, com dois artigos, e a única com Qualis Capes A do grupo de periódicos. A maioria das publicações (9) foram feitas em revistas com qualificador igual ou menor do que B3 ou sem classificação, sugerindo se tratar de um tema marginal na área contábil. Destaca-se que alguns desses nove estudos apresentam fragilidades metodológicas, tais como premissas apresentadas sem evidências na literatura e métodos pouco descritos, dificultando para quem lê relacionar claramente as evidências empíricas com as conclusões apresentadas. Optou-se por mantê-los nesta RIL por causa do parco número de trabalhos localizados e por problematizar tais vulnerabilidades.

Quanto ao perfil epistemológico da base, quatro artigos (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021; Maragni et al., 2021; Rodríguez et al., 2016) têm abordagens críticas e sinalizam suas bases epistemológicas claramente, enquanto os demais trabalhos têm enquadramentos alinhados à tradição de pesquisa positivista ou pós-positivista, embora não se autodeclararem como tal. No âmbito metodológico, o conjunto apresenta uma diversidade de técnicas empregadas, sendo mais recorrentes o estudo de caso (6), seguido por questionários e análises documentais (3), ensaios teóricos (2), pesquisa-ação (1), bibliometria (1), dialógico-conversacional (1) e estatística (1). As parceiras de pesquisa Gallón-Vargas, Gómez-Zapata e Rodríguez-Triana são as autoras mais prolíficas, com três artigos publicados.

Embora o interesse acadêmico pela ES tenha se expandido em diversas áreas das ciências sociais desde meados do século XX (Duque et al., 2021; Silva & Carneiro, 2016), podendo ser rastreado em centenas de artigos, o exíguo volume de estudos encontrados para

esta RIL sugere que, no universo das ciências contábeis, o interesse pelo tema é relativamente recente e o desenvolvimento de pesquisas encontra-se em estado incipiente, ou, ainda, que tal produção pode estar ocorrendo em outros ambientes, sem culminar em publicações em revistas científicas.

4.4 TECENDO O MAPA: DIÁLOGOS COM OS TEXTOS E A PARTIR DELES

Tendo em vista a variada dispersão territorial dos estudos desta revisão e que há diferentes visões conceituais acerca da ES (Gaiger, 2017), se faz necessário começar este diálogo apresentando as definições de ES presentes nos artigos revisados para, em seguida, tratar da forma como a contabilidade está inserida neles.

4.4.1 De que economia solidária se fala?

Diferentemente do caso brasileiro¹¹, na Colômbia e no Equador a ES tem marcos legais em nível nacional e as definições presentes nessas normativas são evocadas na maioria dos estudos dessas regiões. Castaño-Rios et al. (2014) resumem os princípios fundamentais da ES no marco colombiano, Ley nº 454/1998, como solidariedade, cooperação, participação e ajuda mútua; administração democrática, participativa, autogestionária e empreendedora; propriedade associativa e solidária dos meios de produção; dentre outros. No caso equatoriano, Goyes García et al. (2022) referenciam a Ley Orgánica de Economía Popular y Solidaria, de 2011, apresentando a ES como “um conjunto de práticas de produção, comercialização, consumo e que buscam a satisfação de necessidades e desenvolvimento integral do ser humano e da comunidade, sustentada por valores de cooperação, solidariedade, democracia, igualdade e sustentabilidade” (p. 33), orientada para a busca pelo bem viver e bem comum (p. 36).

Gallón Vargas et al. (2020) extrapolam as definições legais e apresentam a ES e a economia alternativa como práticas que desafiam a realidade mimetizada pelo capitalismo, se opondo aos postulados clássicos e neoclássicos da economia. Segundo elas, trata-se de uma aposta do plano econômico, social e político, visto que suas perspectivas “reconfiguram as relações verticais, utilitárias, coisificadas e a exaltação da individualidade autorreferencial na

¹¹ Em 23 de dezembro de 2024, foi promulgada no Brasil a Lei nº 15.068 (2024), conhecida como Lei Paul Singer, que dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes). Até o momento de redação deste artigo, tal dispositivo não havia sido regulamentado.

construção de subjetividades e intersubjetividades, onde solidariedade e comunidade determinam novos sentidos de identidade e de relação com a realidade” (p. 186).

Sem marcos legais até o período desta busca, os trabalhos brasileiros fundamentam a ES em referências teóricas, comungam da visão do economista brasileiro Paul Singer e dialogam com as características anteriormente referenciadas por Castaño-Rios et al. (2014). Alguns trabalhos apresentam-na como uma alternativa ao capitalismo (Maragni et al., 2021; Martins et al., 2018), enfatizando o foco nos indivíduos e no enfrentamento de dinâmicas geradoras de desigualdades e marginalizações, por exemplo a reinserção socioeconômica e a (re)construção de identidades de pessoas portadoras de deficiências intelectuais (Maragni et al., 2021).

Os estudos espanhóis de Rosselló e Salvà (2011) e Salvà e Rosselló (2010), únicos trabalhos fora da América Latina, apresentam os CES como atuantes em atividades mercantis com objetivos de interesse geral em favor de coletivos desfavorecidos, prevalecendo os objetivos sociais sobre os econômicos, aproximam os CES das entidades tradicionais sem finalidade lucrativa e destacam o comércio justo.

De forma geral, há uma convergência de características, como atividade econômica orientada para uma função social, cooperação/mutualismo e gestão democrática; ademais, os trabalhos latino-americanos partilham de uma concepção de ES muito próxima. Destaca-se a inclusão do bem viver no caso equatoriano, termo que passou a fazer parte da constituição daquele país em 2008 e que, segundo Acosta (2016), trata de uma ideia em construção que pressupõe “harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidade, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua” (p. 45).

4.4.2 As contabilidades abordadas

A maioria dos trabalhos (9) pode ser enquadrada dentro do escopo das contabilidades societária (ou financeira) e gerencial. A primeira se ocupa em gerar informações que satisfaçam as demandas informacionais de usuários externos às organizações (Iudícibus et al., 2005), com o propósito de prestação de contas, seja por deliberação da entidade (transparência), seja por obrigação legal, sendo elaborada a partir de exigências regulatórias, enquanto a segunda volta-se para o atendimento das demandas internas das organizações, preocupando-se em gerar as informações requisitadas pela gestão para a tomada de decisões cotidianas e de longo prazo (Gilio & Costa, 2016; Iudícibus et al., 2005).

Em outros trabalhos (4), a contabilidade é abordada de forma “não convencional”, de maneira heterodoxa (Rodríguez et al., 2016), como contabilidade situada e popular, enquanto prática político-pedagógica (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021), baseada em preceitos da educação popular (Maragni et al., 2021; Gómez-Zapata et al., 2021).

Por fim, dois estudos tratam de assuntos diversos: uma bibliometria (Gonzales-Torres et al., 2023) e um sobre técnicas para formação em contabilidade a partir de expressões da dramaturgia (Leal & Casa Nova, 2009). Tendo em vista a análise do conjunto de artigos sob diretriz da RIL, foram identificadas duas abordagens em relação à maneira de tratar a contabilidade no contexto da ES: uma mimética e outra de alteridade.

Na abordagem mimética, embora sejam apresentadas características e particularidades da ES ou dos CES, as práticas ou ferramentas contábeis tratadas ou propostas aos empreendimentos solidários são as tradicionais adotadas em organizações capitalistas, indicadas de forma normativa, sem que se discuta a aderência destas às premissas fundamentais da ES ou a sua pertinência às realidades dos CES, em uma postura de mimese, que assume por premissa, por vezes implícita, que se tais práticas atendem às demandas das empresas do mercado, logo, serão úteis às organizações solidárias.

Na abordagem de alteridade, as pessoas autoras partem das características dos CES e dos fundamentos da ES para reconhecer outras realidades, para as quais se questiona a (in)compatibilidade das práticas de contabilidade dominantes. Essa postura é subdividida em dois grupos: um mais reformista, que prescreve ajustes à contabilidade tradicional a fim de adequá-la às demandas dos CES; e outro mais disruptivo, que propõe a concepção de uma contabilidade popular enquanto prática político-pedagógica alicerçada na educação popular, e advoga a cocriação de possibilidades contábeis com as pessoas dos CES.

4.4.2.1 Contabilidade societária e conformidade

Os trabalhos direcionados à contabilidade societária focam conformidades regulatórias e, por vezes, tangenciam aspectos de conformidade fiscal e estatutária. Efeitos da adoção da norma internacional para pequenas e médias empresas, a IFRS for SMEs, têm destaque (Castaño-Rios et al., 2014; García et al., 2016; Rendón Alvarez et al., 2013). Além deles, aparecem discussões sobre o resultado solidário (Salvà & Rosselló, 2010); o relatório de sustentabilidade (Rosselló & Salvà, 2011); e a importância de incubadoras acadêmicas como

apoio contábil para os empreendimentos de menor porte, especialmente quando há participação de discentes em contabilidade (Martins et al., 2018).

Castaño-Rios et al. (2014), García et al. (2016) e Rendón Alvarez et al. (2013) estudam empreendimentos colombianos, na maioria cooperativas de poupança e crédito, obrigados à prestação de contas ao órgão regulador do setor solidário daquele país, exigência que é amplamente cumprida (García et al., 2016). Castaño-Rios et al. (2014) simulam a adoção inicial da IFRS for SMEs em uma cooperativa e apontam impactos negativos no patrimônio líquido da entidade, com possível efeito na diminuição do bem-estar de associados, situação confirmada por Rendón Alvarez et al. (2013), com 187 empreendimentos estudados. Ambos sugerem que, para lidar com o problema, as cooperativas poderiam mudar o modelo de participação dos cooperados a fim de se encaixar na norma contábil, apesar do descompasso entre a normativa e a realidade do empreendimento solidário. Diante desse cenário, Rendón Alvarez et al. (2013) adotam uma postura resignada, recomendando a capacitação da equipe contábil como forma de acomodar a questão, enquanto Castaño-Rios et al. (2014) posicionam-se criticamente, afirmando que “o modelo [da norma contábil] foi desenhado em um contexto totalmente diferente da lógica que implicam os princípios solidários de este tipo de entidades no país” (p. 452), e resgatam a literatura internacional que discute a improcedência dessa adoção para cooperativas sem fins lucrativos. García et al. (2016) e Castaño-Rios et al. (2014) também tratam da capacitação em normas contábeis, porém, diferentemente de Rendón Alvarez et al. (2013), colocam o foco nos(as) associados(as) ou cooperados(as), em consonância com o aspecto da autogestão nos CES, assumindo que a compreensão das normas e suas implicações no empreendimento são requisitos para a gestão democrática eficiente (Castaño-Rios et al., 2014).

Salvà e Rosselló (2010) propuseram evidenciar os componentes solidários separadamente dos demais resultados na demonstração de resultado de importadoras e lojas espanholas atuantes no comércio justo. Esses componentes são os gastos com ações de sensibilização, com treinamentos ofertados e com o prêmio (valor acima do mercado pago aos produtores para formar o preço justo). Essa proposta é direcionada para empreendimentos daquela cadeia de comércio justo cujas características se alinham ao que popularmente no Brasil se conhece por Organizações Não Governamentais (ONG), e a proposição feita é bastante similar à atual diretriz contábil brasileira direcionada a esse público, a ITG 2002 (CFC, 2015). Os CES da cadeia representados pelos produtores não foram analisados, levando a contribuições exíguas para a contabilidade da ES se pensada na visão latino-americana dessa economia. Em outra parceria, Rosselló & Salvà (2011) propuseram a existência de semelhanças

entre os princípios e critérios da ES, visão europeia, com os da responsabilidade social e defenderam que a divulgação de relatórios de sustentabilidade poderia aumentar a legitimidade desses empreendimentos frente às principais partes interessadas, ou *stakeholders*, como escrevem.

De caráter normativo, a pesquisa de Martins et al. (2018) mapeia as obrigações contábeis e fiscais de dois CES brasileiros de pequeno porte, que, por terem sido constituídos como associações, devem atender a exigências do terceiro setor, embora tais empreendimentos não se confundam com o caráter filantrópico do segmento. O estudo destaca que a presença de discentes de contabilidade nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP)¹² pode colaborar para os empreendimentos em suas dificuldades contábeis, dentre as quais ressaltam o desconhecimento dos CES quanto às obrigações acessórias a serem cumpridas (Martins et al., 2018). Nota-se, nesse caso, o efeito da lacuna jurídica brasileira para a ES, já mencionada anteriormente, sobre a realidade cotidiana dos CES e o papel da contabilidade em conformar tal vazio institucional em nome da conformidade fiscal-societária.

A exceção do artigo de Castaño-Rios et al. (2014) com abordagem de alteridade reformista, os trabalhos voltados à contabilidade societária apresentam uma postura mimética ao tratar das dificuldades ou desafios desses empreendimentos para estar em conformidade com normas contábeis obrigatórias, sem discutir ou refletir profundamente sobre a aderência ou pertinência desses conjuntos normativos às premissas fundamentais da ES, visto que as normas contábeis internacionais, as IFRS, adotadas nos países dos artigos sintetizados, são orientadas para demandas informacionais dos mercados globais financeiro e de capitais (IASB, 2018). Embora a conformidade seja importante para os CES, e embora profissionais da contabilidade devam seguir normas regulatórias, a postura exclusivamente mimética pode impedir (ou retardar) uma discussão profissional e acadêmica que culmine na proposição de normas aderentes a esses coletivos, além da cobrança por mudança aos órgãos reguladores contábeis, enquanto a postura de alteridade tem o potencial de abrir caminho para esse movimento.

4.4.1.2 Contabilidade gerencial

Assim como a maioria dos estudos da contabilidade societária, os da área gerencial tratam dos temas contábeis para a ES em uma postura mimética. Ferramentas, técnicas,

¹² As ITCP são projetos de extensão universitária. O trabalho de Pereira e Silva (2024) apresenta a importância dessas incubadoras para a ES.

linguagens e literaturas do campo empresarial são deslocadas, sem ajustes, ao CES e sem críticas quanto à aderência às realidades deles.

Gómez Sánchez (2018), por exemplo, ao estudar um fundo de empregados, indica que a contabilidade gerencial não tem ajudado a agregar valor ao empreendimento e propõe o uso do modelo de cadeia de valor e do Balanced Score Card (BSC), sugerindo indicadores a serem implantados. Sua crítica geral concentra-se no que ele considera mau uso ou uso insuficiente de indicadores por parte do CES, o que o impediria de ter uma visão abrangente de si, não conhecendo em profundidade as suas deficiências e as suas causas. Dentre as recomendações ofertadas, chama a atenção a proposição de um instrumental explicitamente estruturado para lógicas de acumulação de capital, como o Economic Value Added (EVA) e a cadeia de valor de Porter, cujo fim é agregar valor econômico a uma entidade para gerar vantagem competitiva no escopo da competição capitalista. No entanto, a vantagem em uma competição de mercado não é (ou não se espera que seja) uma preocupação de um CES, cuja base está na cooperação (Singer, 2002b).

Goyes García et al. (2022) listaram as fraquezas que afetariam a gestão empresarial de CES. A gestão contábil representaria a terceira maior fraqueza e as recomendações gerais passam pela implementação de controles internos no modelo COSO¹³, de auditoria interna, ou, no campo contábil, de sistemas de informação com certificações, sem abordar a possível variedade de portes e complexidades dos empreendimentos, informação ausente no artigo. Tendo em vista que a economia solidária acolhe desde empreendimentos muito pequenos, rudimentares e informais, até empreendimentos de maior porte e complexidade, como indústrias e cooperativas financeiras, as recomendações precisariam ao menos ponderar essa diversidade, do contrário poderiam representar sugestões desproporcionais. Além disso, Goyes García et al. (2022) não deixaram claro como as fraquezas listadas foram levantadas, concentrando esforço em explicar aspectos metodológicos do modelo estatístico usado para hierarquizá-las. Essa ausência de informação, associada à falta de ponderação mencionada, fragilizam as proposições do trabalho.

Métodos de custeio usados por CES para formar o preço justo são estudados por Nascimento et al. (2016), que identificaram ser o método de custeio variável o mais conhecido, ainda que sua aplicação, quando utilizado, ocorra parcialmente. Além disso, observaram que nenhum dos métodos, comumente conhecidos na contabilidade de custos, é usado por

¹³ Criado em 1992 pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), é um guia de princípios e boas práticas de controle interno, com foco na produção de relatórios financeiros confiáveis e na prevenção de fraudes.

empreendimentos que lidam com preços formados por um agente externo com certo nível de poder. O trabalho Nascimento et al. (2016) destaca-se por tratar de um elemento típico da ES: a formação do preço justo, embora a discussão sobre a aderência dos métodos tradicionais de custeio às especificidades da ES, bem como sobre os elementos subjetivos inerentes a essa formação de preço, não seja examinada.

Nas pesquisas de Goyes García et al. (2022) e Gómez Sánchez (2018) não se nota a indicação de diálogos com o CES e seus agentes a fim de reconhecer as urgências e demandas das pessoas sobre as técnicas e ferramentas contábeis estudadas. As inferências, os diagnósticos e as recomendações são feitas partindo exclusivamente do conhecimento científico produzido na área contábil hegemônica, sem proposição de avaliação ou reflexão a respeito da pertinência ao universo da ES. Outro ponto crítico notado nos trabalhos gerenciais é a aparente irrelevância dada à gestão democrática ou à autogestão, em contrassenso com o objetivo essencial da área, que é atender as demandas informacionais específicas da gestão interna de uma entidade (Gilio & Costa, 2016; Iudícibus et al., 2005).

Apesar da contabilidade gerencial permitir uma flexibilidade em termos de técnicas e práticas, diferentemente da contabilidade societária, que está atrelada a normas regulatórias, essa maleabilidade não é observada nos estudos, tanto no sentido de possibilidade de busca de adaptações das ferramentas gerenciais quanto de novas proposições que satisfaçam demandas autogestionárias dos CES em suas especificidades. Em vez disso, manifesta-se a postura mimética de traslado de práticas e linguagem tradicionalmente utilizadas nas empresas capitalistas para os CES, sem a reflexão crítica sobre possíveis incongruências.

4.4.1.3 Contabilidade não convencional: outras contabilidades possíveis

As pesquisas de Rodríguez Triana et al. (2016), Gallón Vargas et al. (2020), Maragni et al. (2021), Gómez-Zapata et al. (2021) têm em comum uma abordagem crítica sobre o papel da contabilidade nos CES, sobre as ideias e práticas hegemônicas acerca da área e sobre a tensão entre as práticas dominantes e as características fundantes da ES. Essas pessoas autoras também compartilham a valorização dos saberes e práxis das pessoas que tornam a ES real e reivindicam a legitimidade de outras formas de construção do conhecimento e do fazer contábil, representando a síntese da postura aqui chamada de alteridade.

A utilidade da contabilidade para os CES passa pela medição e avaliação de desempenho e pela evidenciação de recursos e obrigações das atividades econômicas, de forma a permitir

decisões de curto, médio e longo prazo, campo de atuação comum às contabilidades societária e gerencial. No entanto, esses empreendimentos demandam uma contabilidade própria (Rodríguez Triana et al., 2016), uma contabilidade popular e alternativa, na qual “a informação é analisada sob as necessidades dos processos, das realidades concretas e com uma abordagem solidária, categorias que não são funcionais às tradicionais lógicas empresariais e financeiras como são conhecidas” (p. 193), e que implique outras formas de valorização, visto que nem todos recursos ou atividades são determinados por um valor de mercado ou pela busca por rentabilidade (Gómez-Zapata et al., 2021).

Avançando a proposição de uma contabilidade popular, Gallón Vargas et al. (2020) a apresentam como uma concepção em construção, dado seu aspecto situado, e como prática político-pedagógica, ética e social que busca “reafirmar e ressignificar os conhecimentos e práticas contábeis que as organizações desenvolvem para responder suas necessidades e gerar condições para que outras práticas situadas possam emergir com as organizações de economia solidária e a partir da educação popular” (p. 71). Na sequência, Gómez-Zapata et al. (2021) aplicaram a proposta em um estudo empírico e realçam que a contabilidade popular só pode ser compreendida por meio de um processo intersubjetivo, dialógico e participativo com as pessoas e as organizações. Enfatizaram também a importância da práxis para tornar visíveis os múltiplos sentidos que as pessoas nas organizações dão à contabilidade. Considerando os sentidos que as(os) participantes da ES deram à contabilidade na pesquisa, as autoras assinalam duas perspectivas que se entrelaçam e se tensionam: os sentidos vinculados ao conhecimento contábil comum e dominante – que são “muitas vezes necessários e adquirem valor e sentido para as organizações ao estarem imersas no sistema capitalista” (p. 246) – e os sentidos que podem ser construídos e transformados, fruto da ação coletiva, da reflexão crítica da prática, da conscientização e da transformação subjetiva no escopo da contabilidade popular.

Como prática pedagógica, essa contabilidade se desenvolve sob a égide da educação popular, a qual é por si mesma política, dada a intencionalidade de formar sujeitos protagonistas da prática educativa e pedagógica, capazes de refletir criticamente sobre ela (Gallón Vargas et al., 2020). Nessa perspectiva, Gómez-Zapata et al. (2021) expressam essa conexão no que nomeiam como concepção não bancária da prática contábil, em uma referência a Paulo Freire e ao conceito proposto por ele de educação bancária (Freire, 2019). Na concepção bancária da prática contábil, contabilistas são as(os) detentoras(es) dos conhecimentos contábeis e os transmitem aos agentes da ES, vazios desse saber. Em contrapartida, na contabilidade popular, os saberes, os sentidos e as práticas contábeis frutos

da experiência de agentes populares e sociais são reconhecidos e valorizados, e tais agentes são reconhecidos como dotados(as) de capacidade de geração de conhecimento (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021; Rodríguez Triana et al., 2016).

Embora não usem a expressão “contabilidade popular”, a experiência apresentada por Maragni et al. (2021) é convergente com ela. Ao relatar a formação em finanças e contabilidade oferecida a pessoas de CES na cidade de São Paulo, no Brasil, as pessoas autoras pontuam a importância de abandonar ideias pré-concebidas e estereotipadas sobre o potencial de envolvimento e aprendizagem das(os) trabalhadoras(es); a valorização das “lutas da vida real” (p. 216) como fonte de conhecimento; e a relevância e poder da alfabetização contábil-financeira situada e contextual, para que seja empoderadora e possibilite mudanças sociais. Para Maragni et al. (2021), os CES e suas formas de funcionamento têm sido um espaço de aprendizagem frutífero para a construção e desenvolvimento de tecnologias contábeis.

Outro aspecto congruente nos trabalhos que abordam a contabilidade de forma não convencional está na reflexão das pessoas autoras sobre suas formas de ver a contabilidade e o impacto de suas bagagens epistemológica e profissional, muitas vezes orientadas às práticas contábeis dominantes. Maragni et al. (2021), por exemplo, relatam a surpresa ao perceberem que, diferentemente do que imaginavam, as(os) participantes do treinamento já traziam consigo algum conhecimento contábil, e Gómez-Zapata et al. (2021) compartilham a reflexão sobre a dificuldade de se separar do conhecimento acadêmico internalizado, o que, sem discussão contextual, pode levar ao uso de práticas de contabilidade incompatíveis com as racionalidades e significados dos empreendimentos da ES, e evocam a necessidade de ressignificar as suas próprias práticas e conhecimentos.

Por fim, não se trata de descartar as práticas da contabilidade convencional, visto que elas estão incluídas nos sentidos que as pessoas participantes da ES dão à contabilidade (Gómez-Zapata et al., 2021), e sim, como esclarecem Gallón Vargas et al. (2020), de “reconhecer suas limitações na autogestão, controle, tomadas de decisões e fins políticos e comunitários” (p. 66) e ressignificar essas práticas de forma coletiva, ou seja, com as pessoas que participam dos CES. Ao reconhecer os saberes desenvolvidos pelas pessoas nas organizações, esses estudos apontam a contabilidade popular como campo de potencialidades para a cocriação, por contabilistas e agentes da ES, de outras maneiras de fazer e pensar a contabilidade (Gómez-Zapata et al., 2021; Maragni et al., 2021).

4.4.1.4 Aspectos transversais

Alguns temas apareceram de forma transversal e perpassaram os artigos com ambas as posturas, mimética e de alteridade, sendo eles: a formação e a produção acadêmica do conhecimento contábil voltado à ES e a segmentos populares.

A formação enquanto instrução ou caminho para educar-se é um tema ora direcionado a participantes das organizações, associados(as) ou cooperados(as), ora direcionado a pessoas formadoras desses(as) participantes, ora no âmbito da formação de contabilistas. Porém, os papéis das pessoas formadoras e das formandas ou da própria formação em si ganham contornos distintos em função da abordagem e do enfoque epistemológico do estudo. Por exemplo, Maragni et al. (2021) e Gómez-Zapata et al. (2021), a partir da abordagem de alteridade, desenvolveram suas pesquisas embasadas em experiências formativas para participantes de CES e entendem o processo formativo nas premissas da educação popular. Logo, descrevem o processo como dialógico e de aprendizagem mútua, no qual formadores(as) e formandos(as) são igualmente importantes na jornada. Já Rendón Alvarez et al. (2013) e García et al. (2016), com estudos de postura mimética, tratam do tema de forma mais tradicional, com foco no conteúdo da capacitação, as normas contábeis.

Leal e Casa Nova (2009) também discorreram sobre o tema, propondo a utilização do método dramático do teatro do oprimido em conjunto com a vivência de papéis como práticas de intervenção socioeducativa que contribuem para a superação de resistências à temática contábil encontrada entre formadoras(es) da ES que advêm de outras áreas do conhecimento. Para as autoras, a aplicação da técnica facilita os diálogos, o esclarecimento de situações conflitantes e a compreensão de pontos de vistas distintos, representando uma abordagem favorável para tratar as questões de contabilidade, autogestão e ES. A detecção de resistências à contabilidade por agentes que atuam como mediadores de CES sob incubação universitária é um achado interessante que fortalece a defesa de Martins et al. (2018) pela participação de discentes de contabilidade em tais projetos de extensão.

O último aspecto que atravessa a temática revisada é a atenção diminuta que a economia solidária tem recebido da academia contábil quando comparada a outras áreas do conhecimento em que o tema se apresenta estabelecido e consolidado, como as ciências sociais e econômicas. Esse cenário foi constatado no amplo estudo bibliométrico de Gonzales-Torres et al. (2023) e é reforçado pelos achados encontrados por esta pesquisa.

4.5 VISUALIZANDO O MAPA E ALÉM DELE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A CONTABILIDADE NA E PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como uma contribuição, com o potencial de informar a pesquisa futura no tema, a partir da leitura atenta e crítica dos artigos que compuseram esta RIL, foi possível identificar duas posturas ou abordagens ao tratar da contabilidade voltada para a ES: a mimética e a de alteridade. Refletir sobre de que maneira essas abordagens, se reconhecidas como tal, podem se entrelaçar e dar espaço a uma contabilidade potencializadora dos CES é o exercício que se propõe a seguir.

Como visto, grande parte dos artigos miméticos tratam da contabilidade societária, campo de atuação contábil no qual se produz relatórios seguindo regras regulatórias para atender conformidades legais e estatutárias, exigida dos empreendimentos formalizados. Do ponto de vista pragmático, contabilistas devem acatar as normas contábeis de seus reguladores locais. Portanto, debruçar-se sobre dificuldades de aplicação de normas contábeis, como o despreparo técnico de preparadores das demonstrações (Rendón Alvarez et al., 2013), efeitos da adoção das IFRS (Castaño-Rios et al., 2014; García et al., 2016; Rendón Alvarez et al., 2013) e o desconhecimento de obrigações formais pelos CES (Martins et al., 2018), é legítimo, mas insuficiente. A resiliência da prática regular da profissão precisa encontrar a reflexão sobre a pertinência e os sentidos da informação contábil produzidos sob a égide de normas contábeis voltadas para o mercado (como é o caso da IFRS for SMEs, utilizada pelos empreendimentos estudados), quando submetidas aos CES.

Porém, para que se possa perceber discrepâncias entre o que pede a norma contábil e a realidade do empreendimento econômico solidário, como notaram Castaño-Rios et al. (2014) e Rendón Alvarez et al. (2013), e gerar demandas aos seus reguladores por uma norma específica ou, no mínimo, mais aderente à ES, acadêmicos e profissionais precisam conhecer em profundidade as características e princípios da ES e as normas contábeis exigidas dos CES em seus países, ao menos incorporando a postura de alteridade em sua expressão reformista. Cabe realçar que conhecer e aplicar as exigências legais para a ES pode ser especialmente desafiador em contextos como o brasileiro, no qual não há (ainda) regulamentação do setor e no qual os CES assumem variados formatos jurídicos e organizativos, cada qual sujeito a regulamentações próprias, em um ambiente tanto jurídico quanto econômico que não os acolhe (Pita, 2020) para viabilizar suas atividades formalmente, como evidenciou o trabalho de Martins et al. (2018).

Embora o caráter normativo da contabilidade societária possa ser uma razão plausível, passível de confirmação empírica em estudos futuros, para o comportamento mimético desse campo, ele precisa ser conscientemente reconhecido, especialmente no domínio acadêmico, a fim de que se possa identificar as incompatibilidades entre as normativas em vigor e as realidades das transações socioeconômico-solidárias dos CES, para que se possa levantar demandas específicas, pensar alternativas e propor a construção de normas contábeis aderentes à ES e afins, em uma migração da postura mimética para a de alteridade.

Mesmo livre da rigidez normativa da contabilidade societária, os estudos de contabilidade gerencial revisados também apresentam uma postura mimética, e os motivos para tal abordagem podem estar na naturalização de um fazer e pensar contábil dominados pela lógica da acumulação de capital, da competição e da gestão hierarquizada, que é observada nas recomendações por controles, métodos, sistemas e protocolos gerenciais (Goyes García et al., 2022; Nascimento et al., 2016) e no uso de expressões comuns a empresas convencionais com finalidades lucrativas (Gómez Sánchez, 2018), por vezes, incompatíveis ou limitados para os CES, seus objetivos sociais e econômicos-solidários e suas práticas autogestionárias.

No entanto, a contabilidade gerencial, com sua flexibilidade e seu foco em atender necessidades informacionais de usuários internos (Gilio & Costa, 2016), estaria mais bem posicionada para adaptar as ferramentas úteis às empresas capitalistas para a realidade dos CES, além de criar relatórios e ferramentas próprios. Para isso, seria necessária a flexão de uma tendência mimética a uma abordagem de alteridade, sem a qual as resistências à contabilidade mencionadas por Leal e Casa Nova (2009) seguiriam se manifestando indefinidamente.

Outra potência para a área gerencial sob abordagem de alteridade seria materializar a conexão entre as informações geradas pela contabilidade societária e as pessoas trabalhadoras ou cooperadas dos CES, na medida em que pode adaptar e traduzir os relatórios regulatórios para uma linguagem e formatos que façam mais sentido para os agentes envolvidos na autogestão, visto que tais relatórios, tal como são originalmente, não são compreendidos (García et al., 2016), sendo relatórios cuja apreensão se faz necessária para que gestão democrática participativa efetivamente ocorra (Almeida, 2006; Santos, 2021).

Por sua vez, a contabilidade popular, ancorada nas premissas da educação popular, tal como proposta por Gallón Vargas et al. (2020) e Gómez-Zapata et al. (2021), carrega o máximo da expressão da abordagem de alteridade e pode ser catalisadora dos processos de (re)flexão de uma postura mimética para a de alteridade descritos anteriormente. Além disso, seu caráter situado, que valoriza os saberes e a práxis das pessoas nos CES, e que reivindica a legitimidade de outras formas de construção do saber (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021;

Rodríguez Triana et al., 2016), abriria novas rotas em direção a inovações contábeis que atendessem demandas da ES e de outras realidades que desafiam a lógica dominante do capitalismo.

Contudo, a proposição da incorporação de uma postura de alteridade e de práticas da contabilidade popular se esvaziaria sem a discussão conjunta da formação em contabilidade. A dificuldade, consciente ou não, de buscar linguagens e referências particulares à ES ou, até mesmo, de compreender suas práticas mais viscerais, como a autogestão ou a gestão democrática participativa, possivelmente deriva de uma formação acadêmica orientada para empresas capitalistas, além da própria prática profissional dominante direcionada a elas. Até em pesquisas que se preocupavam com esse conflito entre o que se aprende na formação contábil (contabilidade hegemônica) e que é demandado na ES sob perspectiva da educação popular pesquisadoras(es) relataram os desafios de se desprender de práticas tão enraizadas na profissão (Gómez-Zapata et al., 2021; Maragni et al., 2021).

A capacidade de compreender outras dinâmicas além daquelas exclusivas da lógica da racionalidade econômica clássica, de pensar novos instrumentos contábeis compatíveis com realidades socioeconômicas distintas (Rodríguez Triana et al., 2016) e de superar narrativas de conhecimento internalizadas, em vez de fomentá-las (Gómez-Zapata et al., 2021), são competências necessárias para uma formação crítica que poderia impulsionar o interesse de estudantes em empreendimentos solidários, comunitários e populares e de habilitar melhor profissionais no trato com essas iniciativas (Almeida, 2006).

Emerge então a demanda por pesquisas sobre o quanto a formação acadêmica contábil tem sido (ou não) capaz de promover uma reflexão crítica em seus(suas) estudantes quanto às questões socioeconômicas reais (Almeida, 2006) e à compreensão de lógicas cooperativas e solidárias. Na esfera da pesquisa científica, a área contábil pouco tem se dedicado às questões da ES quando comparada a outras áreas do conhecimento (Gonzales-Torres et al., 2023) e, nesse sentido, caberia às universidades, aos programas de pós-graduação, aos congressos e às revistas científicas fomentar ou acolher pesquisas sobre a temática e sua diversidade ontoepistemometodológica. A extensão universitária também poderia re(a)presentar uma estratégia de fomento à formação e à pesquisa contábeis sensíveis à ES, a exemplo das ITCP de universidade brasileiras, desde que seja incentivada a participação de discentes de contabilidade nesses projetos, como retrataram Martins et al. (2018).

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo inicial de apresentar o estado da arte da pesquisa sobre contabilidade e ES, nesta RIL foram mapeados, sintetizados e analisados criticamente quinze artigos publicados em revistas científicas, localizados nas bases WoS, Scopus, SciELO, Redalyc e outras, em uma busca limitada ao mês de julho de 2024. Tais trabalhos foram publicados entre 2009 e 2023 e são produções majoritariamente latino-americanas, com destaque para a Colômbia, com sete artigos, o que pode estar relacionado ao fato de o país ter a mais antiga regulação do setor solidário dentre o conjunto de realidades dos trabalhos levantados.

Em função do baixo volume de artigos localizados, optou-se por não aplicar restrições em termos de qualificadores de periódicos, o que implicou a utilização de pesquisas com fragilidades metodológicas mencionadas ao longo desta revisão. O parco volume de artigos publicados e a significativa representação destes em revistas de baixo (ou ausente) qualificador (9 de 15) sugere que o tema da ES na contabilidade é pouquíssimo explorado e, quando feito, tem ocupado espaços marginais no universo das publicações científicas. Como exceção, destaca-se a revista colombiana *Innovar* da Universidad Nacional de Colombia com elevado qualificador e maior número de publicações realizadas.

Apurou-se uma convergência latino-americana na concepção de ES, calcada essencialmente na solidariedade, no mutualismo, na cooperação e na autogestão das pessoas trabalhadoras. Igualmente patente foi que a maioria dos estudos se dedica à contabilidade em suas vertentes tradicionais, como a área societária (6), orientada à conformidade regulatória, e a área gerencial (3), a qual se volta para o atendimento das demandas internas das organizações. Além deles, se destacam artigos que abordam a contabilidade de forma “não convencional” (4), em conexão com a educação popular, uma bibliometria e um estudo sobre técnicas da dramaturgia como estratégia formativa em contabilidade e autogestão.

A partir da análise crítica desses artigos, foram notadas duas abordagens distintas em termos de formas de conectar a contabilidade à ES: uma abordagem mimética e uma abordagem de alteridade. Na primeira, apesar dos estudos apresentarem características e especificidades dos CES, a maneira como a contabilidade é proposta para a ES consiste em transladar práticas dos empreendimentos tradicionais capitalistas, de forma normativa, sem discussão sobre aderência ou pertinência dessas práticas às premissas da ES. Na segunda, na abordagem da alteridade, as características dos CES e os fundamentos da ES são reconhecidos como formadores de uma outra realidade para a qual é preciso questionar a (in)compatibilidade das práticas de contabilidade dominantes. Essa segunda abordagem é subdividida em dois grupos:

um mais reformista, que prescreve ajustes à contabilidade tradicional a fim de adequá-la às demandas dos CES; e outro mais disruptivo, que propõe uma concepção de contabilidade popular enquanto prática político-pedagógica, alicerçada na educação popular.

As pesquisas no escopo das contabilidades societária e gerencial apresentam abordagem mimética, à exceção do trabalho de Castaño-Rios et al. (2014), de abordagem de alteridade e reformista. Observa-se nelas a replicação da linguagem, das ferramentas e das preocupações teórico-práticas de uso típico em dinâmicas de mercado capitalistas. Há concentração de estudos sobre CES financeiros (cooperativas de poupança e crédito), formalizados e de porte considerável, e a evocação de literaturas e termos comuns ao campo contábil financeiro. Também se nota a ausência da problematização da capacidade de aplicação de determinados controles pelos CES, ainda que pertinentes, considerando a diversidade desses empreendimentos em termos de tamanho ou porte, acesso a recursos para a implementação de ferramentas ou processos etc.

Em todos os trabalhos em que a contabilidade é tratada de forma “não convencional” observou-se a abordagem de alteridade. A concepção de uma contabilidade popular é apresentada (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021; Rodríguez Triana et al., 2016) enquanto conceito em construção, e consiste em uma prática político-pedagógica de caráter social e ético, embasada nas premissas da educação popular. Portanto, reconhece e valoriza os saberes dos praticantes da ES. Nesse sentido, busca: (1) compreender as práxis das organizações solidárias, que incluem práticas contábeis dominantes, dado que esses empreendimentos atuam no sistema capitalista, e ressignificá-las de forma situada e com as pessoas participantes dos CES; e (2) abrir-se para novas possibilidades ontoepistemológicas e para a cocriação de novas contabilidades com as pessoas que fazem a ES acontecer. Embora não use o termo, tais premissas podem ser detectadas no trabalho de Maragni et al. (2021), o que sugere a presença da contabilidade popular em distintos territórios e realidades, como o exemplo reportado por Silva et al. (2023), e com nomes diversos, representando um campo fértil para estudos vindouros.

São limitações desta revisão o próprio volume de trabalhos localizados, bem como as fragilidades metodológicas observadas em alguns deles, como os publicados em periódicos de baixo ou nenhum qualificador Qualis-Capes. Desse modo, os artigos revisados apresentaram pesquisas com concentração territorial, com maioria de aportes do contexto colombiano, de empreendimentos formais e de porte considerável, atuantes principalmente em atividades financeiras de crédito e poupança.

Considerando a incipiência da pesquisa contábil para a ES e as questões suscitadas pela leitura orientada pela detecção de abordagens mimética e de alteridade nos estudos sintetizados e analisados nesta RIL, um conjunto de lacunas é percebido com potencial de conversão em pesquisas futuras, a saber: (1) o efeito do ambiente jurídico-regulatório para a ES nas práticas da contabilidade dos CES, tanto em com contextos como o brasileiro, de lacunas jurídicas e tributárias para o setor, quanto no colombiano, de regulação para o setor solidário consolidada – aqui se soma a possibilidade de estudos que contrastem essas realidades, em termos de lições aprendidas, desafios e conquistas; (2) a compreensão das práxis de autogestão de trabalhadores(as) da ES e o desenvolvimento de novas tecnologias sociais contábeis por eles(elas) nos CES; (3) o levantamento das demandas contábeis específicas dos CES em sua diversidade – atividades, tamanho, ciclo de vida, níveis de amadurecimento na autogestão, perfil de trabalhadores(as) etc. – e a reflexão sobre quais demandas seriam passíveis de serem atendidas pelo instrumental contábil tradicional, o que necessitaria de adaptação e o que demandaria novas construções; (4) a linguagem contábil na relação entre trabalhadores(as) da ES, a contabilidade como agente de aproximação ou distanciamento da área contábil com a autogestão; (5) o mapeamento de outras práticas da contabilidade popular e comparações com a experiência e proposições colombianas (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021); (6) a busca por novas ontoepistemologias contábeis capazes de reconhecer, mensurar e evidenciar as transações socioeconômicas-solidárias oriundas das práticas solidárias, comunitárias e coletivas, e de outros elementos subjetivos importantes para a ES e seus participantes, e os enlaces com a educação popular nesse processo, em uma contabilidade do bem-viver; (7) a adaptação ou proposição de novos métodos de custeio, cujos componentes formadores de custo considerem os princípios fundantes da ES, bem como modelagem de métodos capazes de apoiar a formação do preço justo de venda, dado seu elemento subjetivo; (8) a formação e educação em ciências contábeis e suas implicações na aproximação ou distanciamento entre contabilidade, contabilistas, participantes da economia solidária e de setores populares; (9) o rastreamento de trabalhos produzidos sobre contabilidade e ES que não repercutem em publicações em periódicos acadêmicos e investigação dos motivos e significados dessa ausência; e, por fim, (10) a realização de estudos empíricos sobre os efeitos das abordagens mimética e de alteridade propostas neste artigo na atuação contábil orientada à ES, bem como a ampliação do escopo desta revisão, com a inclusão de outros tipos de trabalhos acadêmicos, como teses, dissertações e monografias. A possibilidade de alianças de pesquisas entre grupos de diferentes contextos históricos, sociais e geográficos também se mostra grávida de possibilidades para os estudos futuros.

Desse modo, se propôs a releitura da produção científica contábil para a economia solidária, reconhecendo as abordagens mimética e de alteridade como influenciadoras da forma como o tema é tratado e do potencial de inovação epistemológica a que cada pesquisa se dispõe. Adicionalmente, se sugere a necessária (re)flexão da abordagem mimética para a de alteridade da contabilidade para a ES, especialmente no campo da contabilidade gerencial, que, dada a sua flexibilidade, estaria mais bem posicionada para adaptar relatórios da contabilidade societária à linguagem de trabalhadores(as) dos CES e criar relatórios próprios à autogestão. Tal (re)flexão se consolidaria com a incorporação das práticas da contabilidade popular e com a revisão do papel da academia contábil na formação de contabilistas e pesquisadores(as) sensíveis à realidade socioeconômica de seus territórios e capazes de compreender realidades plurais, solidárias, cooperativas e baseadas no bem-viver.

5 A PRESENÇA DA CONTABILIDADE NA AUTOGESTÃO DE COLETIVOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UMA VISÃO DE QUEM FAZ A ECONOMIA SOLIDÁRIA ACONTECER

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi identificar a inserção da contabilidade, enquanto conjunto de saberes e ferramentas que geram informações apoiadoras de decisão, na autogestão dos coletivos econômicos solidários a partir das vivências de 34 pessoas atuantes na economia solidária, entre trabalhadoras, contabilistas e mediadoras, analisadas seguindo diretrizes da Teoria Fundamentada. Como resultado, identificou-se a presença da contabilidade para atender duas grandes demandas: o cumprimento de conformidades societária/estatutária e fiscal e a instrumentalização de práticas da autogestão. Em ambos os casos, as funções de prestação de contas e de provimento de informações se interseccionam. A primeira demanda tem ficado a cargo de profissional contabilista, enquanto a segunda tem pouca incidência dessa, sendo apoiada principalmente por incubadoras universitárias. O uso dos materiais produzidos para conformidade na autogestão dependerá do quanto trabalhadores(as) se apropriaram da linguagem contábil e da tempestividade com que são gerados, do contrário, ganham sentido pró-forma. Por sua vez, a contabilidade para a autogestão está presente em todos os coletivos, formalizados ou não, nas práxis de controles de trabalhadores(as) que servem para acompanhar as ações do coletivo e o efeito delas. O nível de uso e a complexidade dessas e de outras ferramentas dependerão da estrutura do coletivo, do amadurecimento de práticas de gestão e do acesso a formações ou a assessorias para temas contábeis. Como instrumento de promoção da transparência, a contabilidade fomenta a confiança e reforça o sentimento de pertencimento e coletividade. No entanto, embora tenham consciência da importância da contabilidade, trabalhadores(as) têm dificuldades de manter reuniões de autogestão frequentes e rotina de registros contínua e organizada, dado que estão imersos(as) no trabalho que garante a renda imediata, que, somado ao tecnicismo da linguagem e das formas contábeis, representa uma barreira para essas pessoas se apropriarem da contabilidade. Como forma de catalisar esse processo, sugere-se a atuação de um contabilista popular, com conhecimentos em economia solidária, educação popular e contabilidade crítica, a quem caberia o papel de intermediar as outras práticas contábeis com o coletivo, promover formações com vistas à autonomia e cocriar relatórios alinhados às premissas dessa economia junto com os(as) trabalhadores(as). Porém, dada a escassez de profissionais contábeis especializados em cooperativismo solidário e de recursos nos coletivos econômicos solidários, a implementação dessa prática contábil na

economia solidária requisitaria sua inserção em políticas públicas, que, enlaçada à presença das incubadoras nos coletivos econômicos solidários, tornar-se-ia uma oportunidade fecunda para o fortalecimento da economia solidária. Também são indicadas reflexões para que a contabilidade amplie sua incidência na economia solidária e é sugerida a construção coletiva de uma contabilidade para o bem-viver.

Palavras-chave: Economia solidária. Coletivos econômicos solidários. Contabilidade para a autogestão. Contabilidade popular. Contabilidade para o bem-viver.

5.1 SITUANDO A PESQUISA

A contabilidade, como um instrumento de comunicação, conta a história de uma entidade, sobretudo sua história econômico-financeira, por meio de uma linguagem própria, com o objetivo de que essa comunicação apoie decisões de pessoas (usuárias da informação) sobre a entidade cuja história é contada (passado), a fim de que possa servir de bússola na construção de futuros imaginados. Ou, descrita de forma clássica, ela é uma ferramenta de apoio à gestão de qualquer tipo de entidade, tendo por objetivo fundamental “prover informação útil para a tomada de decisões econômicas” (Iudícibus, 2009, p. 5).

Como campo da ciência social aplicada, suas práticas, técnicas e teorias estão em constante revisão, a fim de que tenha função (aplicação) para agentes de uma sociedade em permanente transformação. Sendo assim, sua evolução se mescla à evolução histórico-econômica da sociedade. Suas ideias influencia(ra)m o pensamento político, econômico e sociológico. Chiapello (2007) exemplifica essa influência sustentando que o desenvolvimento do capitalismo está enraizado em noções contábeis. Além disso, a contabilidade tem sido instrumento histórico de potencialização e legitimação das práticas capitalistas (Bryer, 2006), com seu próprio desenvolvimento técnico e científico se confundindo com o desenvolvimento do mercado (Cooper, 2015).

Sua execução centra-se na evolução do patrimônio, cujo incremento ocorre, principalmente, pelo resultado positivo das atividades-fim da entidade e sob um alinhamento ao pensamento econômico neoclássico. Tal incremento, o lucro, confunde-se com a própria razão de ser de uma empresa. Hendriksen e Van Breda (2010), por exemplo, apresentam a maximização do lucro como medida de sucesso de empreendimentos capitalistas. Nesse cenário, o principal usuário da informação contábil é o “*homo economicus*”, que a utiliza para

orientar suas decisões (racionais) em busca da acumulação (infinita) de capital individual, em uma lógica de competição.

A Economia Solidária (ES), por sua vez, tem princípios fundantes opostos ao racional capitalista, baseando-se na: cooperação, autogestão, produção, comercialização e crédito pautados na solidariedade, com partilha de resultados entre trabalhadores e trabalhadoras que são detentores(as) dos meios de produção (Singer, 2022a). Suas práticas econômicas estão subordinadas às pessoas e à comunidade, expressando seu aspecto fundamentalmente social, contemplando dessa forma povos e comunidades que se recusam a vivenciar a lógica utilitarista de mercado (Gaiger, 2021b). Assim, incorpora a preocupação com o meio ambiente, que, em uma abordagem pós-desenvolvimentista, é vista de forma integral (Acosta, 2016).

Atuando nos interstícios do capitalismo (Gaiger, 2023; Singer, 2001), a ES é apresentada por muitos como uma alternativa a ele (Ahmed, 2015; Santos & Rodríguez, 2005), com o qual, portanto, disputa espaço. A contabilidade, cujos saberes e artefatos têm instrumentalizado as empresas capitalistas, também é um campo a ser disputado pela ES, a fim de que conhecimento, saberes e ferramentas contábeis alinhadas às suas premissas sejam desenvolvidas e estejam disponíveis para os Coletivos Econômicos Solidários¹⁴ (CES), potencializando-os em direção à sustentabilidade econômica e à construção do bem-viver coletivo, seus principais objetivos.

No contexto da ES, os(as) principais usuários(as) de informações contábeis de um CES são seus(suas) trabalhadores e trabalhadoras, que a usarão para orientar a autogestão (Almeida, 2006). Outros(as) usuários(as) potenciais dessas informações são: o governo, para orientação de políticas públicas de fomento a essa economia, para regulação da atividade e para fins de tributação; entidades apoiadoras dos coletivos, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), para avaliar o resultado de suas ações; credores e financiadores de CES e projetos de ES, para avaliação de crédito; a comunidade de que o CES faz parte; a própria sociedade como um todo; dentre outros. Nesta pesquisa, concentro-me na contabilidade para a autogestão, portanto, nas demandas informacionais de trabalhadores e trabalhadoras dos coletivos, especialmente aqueles com até vinte pessoas associadas, que são a maioria no Brasil (Silva & Carneiro, 2016).

¹⁴ Na literatura sobre a ES, é comum o uso do termo Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para se referir ao que eu chamo neste trabalho de CES. Optei por deixar de usar a palavra “empreendimento” depois de observar no campo incômodos de participantes da pesquisa em relação ao termo, que lhes soava empresarial ou lhes remetia a um imaginário de empreendedorismo neoliberal. Em seu lugar, uso a palavra “coletivo”, por algumas razões: é o termo utilizado por algumas entrevistadas para se referir aos seus grupos; evoca a ideia de coletividade, tão cara a esses grupos; e, por fim, é uma expressão capaz de incluir grupos informais, que são representativos na ES brasileira hoje.

A prática da autogestão implica a tomada de decisão coletiva de trabalhadores e trabalhadoras do CES. Para que seja exercida efetivamente, eles(as) precisam ter acesso e compreender todas as informações disponíveis sobre o coletivo (Singer, 2022), inclusive as contábeis (Almeida, 2006; Nascimento, 2016; Santos et al., 2024). Essas decisões podem ser apoiadas por informações e ferramentas de gestão, dentre as quais aquelas produzidas pela contabilidade.

Os coletivos formalizados são expostos obrigatoriamente a uma contabilidade formal, que produz relatórios baseados em normas contábeis criadas essencialmente para empresas capitalistas¹⁵, que serão analisados e aprovados pelas trabalhadoras e trabalhadores, ao menos, uma vez por ano, além de passarem a lidar com obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias. Esse contexto conecta os coletivos forçosamente a um(a) profissional da contabilidade. A incorporação do uso de informações contábeis na autogestão propicia a avaliação da sustentabilidade financeira do CES, a fim de garantir a geração de renda (Rocha, 2022), sobretudo considerando os desafios de atuarem em meio à economia capitalista, por vezes hostil. Assim, esses e essas agentes precisam se empoderar da história que a contabilidade conta e dos instrumentos que produzem tal comunicação.

Desse modo, considerando a incongruência de princípios fundantes da ES em relação à princípios da economia capitalista que fundamentaram o desenvolvimento da contabilidade hegemônica imposta aos CES, tanto por práticas dominantes quanto por obrigação legal, e considerando que tais práticas são fundamentalmente pensadas para estruturas heterogestionárias, se faz necessário refletir sobre a pertinência e os limites das práticas contábeis hegemônicas para a ES e idear novas possibilidades epistemológicas de saberes contábeis. Como um passo inicial nessa direção, busco compreender neste estudo como a contabilidade está inserida na ES, sobretudo na autogestão dos CES. Para isso, direciono esforços para responder à seguinte questão: “De que maneira as pessoas trabalhadoras/associadas/cooperadas percebem e vivenciam a contabilidade ao autogerirem os CES de que participam?”. Adicionalmente, objetivo levantar demandas latentes para a

¹⁵ As demonstrações contábeis dos CES formalizados são preparadas seguindo Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), Interpretações Técnicas Gerais (ITG) e Orientações Técnicas Gerais (OTG) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão regulador da profissão contábil. Quando esses coletivos são constituídos como cooperativas ou associações, essas demonstrações seguem respectivamente a *ITG 2004: Entidade Cooperativa* (CFC, 2017) e a *ITG 2002 (R1): Entidade sem Finalidade de Lucros* (CFC, 2015), ambas complementadas pela *NBC TG 1000: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas* ou pelas normas completas (NBC TG) para aspectos não abordados nas ITG. Essas NBC são normas contábeis feitas para empresas com finalidade lucrativa, alinhadas a normas internacionais, direcionadas às demandas informacionais de investidores e credores e à facilitação da circulação do capital globalmente.

contabilidade, enquanto campo de conhecimento, saberes e técnicas, a partir das experiências de quem torna a ES real.

Tendo em vista o que afirma Paul Singer (2005), que a “Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a” (p. 19), e a necessidade de uma abordagem de alteridade, em contraponto a uma postura mimética ao tratar da contabilidade na e para a ES, tal como propus no capítulo anterior, para responder à questão da pesquisa, recorro à estratégia metodológica da Teoria Fundamentada (TF), por se centrar no campo, permitindo-me construir proposições teóricas a partir, sobretudo, das experiências, dos saberes e das práticas compartilhados pelas pessoas que tornam a ES real, aqui representadas por 34 pessoas entrevistadas, entre trabalhadoras e trabalhadores, contabilistas e pessoas mediadoras.

Diante da exacerbação de exclusões e do elevado grau de vulnerabilidade dos excluídos gerados pelo capitalismo neoliberal, a reflexão e busca por novos modos de organização econômica e social se reacendem (Santos & Rodríguez, 2005). A ES é uma dessas propostas e tem sido pesquisada globalmente em diversas áreas do conhecimento, destacando-se as ciências sociais e a economia (Duque et al., 2021; Gonzales-Torres et al., 2023; Silva, 2018), enquanto ainda é timidamente tratada nas ciências contábeis (Gonzales-Torres et al., 2023). Ao debater incidências da contabilidade a outras práticas socioeconômicas, a área e seus(suas) agentes assumem um lugar ativo na construção de novos mundos possíveis, mais justos e equilibrados. Além disso, compreender as necessidades contábeis latentes da ES, especialmente a partir de seus princípios fundantes, convida-nos ao desenvolvimento de novas epistemologias contábeis, e esse movimento contribui para o desenvolvimento da ciência contábil de forma geral.

Estudos anteriores dedicaram-se a compreender a contabilidade no contexto da autogestão de cooperativas da ES, especialmente sob processos de incubação universitária e por meio de estudos de caso (Almeida, 2006; Carneiro et al., 2014; Jesus, 2012; Michels, 1995; Nascimento, 2016; Santos et al., 2024). Neste estudo, avanço e atualizo o debate, incluindo a diversidade de coletivos e agentes e empregando a TF como estratégia metodológica, de forma a concentrar-me nas experiências e práticas dos(as) agentes, em linha com a concepção de contabilidade popular (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021).

A seguir, apresento as estratégias metodológicas para construção e análise das evidências; os sentidos que a ES assume para as pessoas entrevistadas; e as experiências com a contabilidade nos CES. Começo este último tópico com as percepções acerca da contabilidade

voltada para as conformidades societária e fiscal, e sua interação com o ambiente jurídico-tributário da ES. Na sequência, apresento como a contabilidade se manifesta na autogestão, os desafios para a prática da contabilidade na ES e a contabilidade popular como estratégia para lidar com eles. Por fim, sintetizo os aprendizados oriundos dessas experiências, integrando-os à literatura prévia, e faço minhas reflexões finais.

Destaco que optei por escrever na primeira pessoa do singular por considerar o formato mais condizente com a reflexividade intrínseca à abordagem metodológica que emprego¹⁶. Adicionalmente, realço que, deste ponto em diante, farei as generalizações requeridas no texto no feminino, pressupondo referência à pessoa, substantivo feminino, envolvida, e usarei a palavra “trabalhadora” para me referir a quem trabalha para dar vida ao CES, seja como cooperada, associada ou sob qualquer outra configuração.

5.2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: ESTRATÉGIA PARA O DIÁLOGO COM O CAMPO

Construo esta pesquisa sob uma abordagem qualitativa e interpretativa, a fim de captar o entendimento dos significados atribuídos às realidades percebidas pelas pessoas inseridas no contexto estudado, buscando padrões nesses significados (Gephart, 1999) que ajudem a compreender essas realidades. Emprego a estratégia metodológica da TF – Grounded Theory, em inglês –, que é um processo analítico e sistemático de coleta e análise interativa das evidências do campo (Goddard, 2017) e que, de forma abdutiva, “serve como um modo de aprendizagem sobre os mundos que estudamos e como um método para a elaboração de teorias para compreendê-los” (Charmaz, 2009, p. 24).

Destaco que o desenho deste estudo foi aprovado pelo Conselho de Ética da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e envolveu principalmente entrevistas, além de observações e análise documental, que são as formas mais comuns de coleta ou construção de evidências em TF (Hesse-Biber & Leavy, 2010). As pessoas que participaram do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

¹⁶ Na escrita acadêmica do meu campo, ainda é comum e exigido, na maioria das vezes, uma escrita impessoal, em terceira pessoa, que é tida por “científica”, sugerindo o distanciamento objetivo entre a pesquisadora e o objeto pesquisado. Uma influência ainda forte do positivismo na pesquisa contábil brasileira, assunto para o qual recomendo consultar Homero Junior (2017b). Habituada a esse formato de escrita, compartilho que a escolha por escrever na primeira pessoa do singular e em uma linguagem acessível às pessoas fora do campo contábil, sem pecar no rigor científico, me custaram um trabalho adicional.

5.2.1 Construção de evidências

Realizei 34 entrevistas semiestruturadas e em profundidade a fim de captar as vivências e experiências de pessoas envolvidas na realidade pesquisada. Elas aconteceram entre março de 2022 e abril de 2025 e geraram quase 24 horas de áudio, que foram integralmente transcritas. Entrevistei dezoito trabalhadoras de CES – doravante chamadas de participantes, e uma delas foi entrevistada mais de uma vez (março de 2022 e março de 2025); cinco contabilistas que atendem esse público; e onze mediadoras¹⁷, que são docentes, pesquisadoras e consultoras engajadas com a ES. Apresento a síntese do perfil das entrevistadas na sequência.

O grupo de participantes é formado por dezesseis mulheres e dois homens, que identifiquei de P1 a P18. São majoritariamente atuantes no estado de São Paulo (15), além de uma de Minas Gerais e duas do Rio Grande do Sul. Uma dessas últimas atua em um CES com ramificações que passam por Ceará, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Minas Gerais, além do seu estado de origem. Com exceção de quatro participantes, todas têm formação superior em áreas diversas, como jornalismo, psicologia, artes, audiovisual, publicidade, filosofia e, com mais recorrência, geografia e ciências sociais. Duas possuem formação em administração. Elas representam doze coletivos distintos, que se autodenominam como de ES, sendo uma rede informal, que congrega diversas iniciativas, e os demais formalizados como: associações (6), cooperativas (3); e microempresa (2). Dentre eles, há um coletivo que representa uma cadeia produtiva formada por diversas cooperativas e associações. Esses CES atuam como mercearia e hortifrúti de orgânicos e agroecológicos (5); rede feminista com produtoras de alimentação, artesanato, produtos agroecológicos e cultural (4); serviços de entrega em plataforma digital (3); tecnologia (1); alimentação (1); produção agrícola (1); cadeia de produção têxtil em algodão orgânico (1); distribuição de produção agrícola (1); e produção artesanal de materiais lúdico-pedagógicos (1). De forma geral, são coletivos com até vinte trabalhadoras majoritariamente.

Além disso, as participantes somam experiências prévias com outras iniciativas da ES, como grupos de consumo solidários e compras coletivas, cooperativas de catadoras de recicláveis, organização de feiras solidárias, formações etc. Algumas mulheres do grupo ocupam ou ocuparam cargos de liderança em organizações de representação nacional ou

¹⁷ Inicialmente, eu utilizava o termo “especialistas” para me referir a esse grupo. No entanto, ao longo da pesquisa, aprendi com as pessoas envolvidas na ES o peso simbólico das palavras, especialmente no que tange a conotações de hierarquias de poder e de saber. Por essa razão, passei a usar a expressão “mediadoras”.

regional da ES ou de CES e apresentam histórico de iniciar e fomentar diversos outros CES ou ações da ES, além daqueles nos quais atuavam no momento da entrevista. Há no grupo uma agente popular da ES da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), órgão do governo federal vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nesses últimos casos, essas participantes também compartilharam vivências no papel do que chamo aqui de mediadoras.

O grupo de contabilistas é composto por quatro pessoas contadoras e uma técnica em contabilidade, que identificarei de C1 a C5. São quatro homens e uma mulher, com atuação centralizada no estado de São Paulo, à exceção de uma que atua no Rio Grande do Sul. São profissionais que representam quatro escritórios de contabilidade, dos quais dois são especializados em CES que atendem principalmente cooperativas de catadoras de recicláveis e de costureiras; um no terceiro setor, que atua oferecendo formações para pessoas da ES; e um de atuação tradicional, mas com um CES em sua clientela. Há uma contabilista que atua de forma autônoma, além de ser participante de um CES. Nesse caso, ela compartilhou suas vivências nos dois papéis: contabilista e participante.

O grupo de mediadoras tem sete homens e quatro mulheres, identificadas de M1 a M11. Com maior dispersão pelo território nacional, esse grupo é formado por pessoas que atuam na Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Mato Grosso, quatro delas em São Paulo, duas no Rio Grande do Norte e duas no Rio de Janeiro. Há uma gestora de política pública para a ES, uma consultora informal, duas assessoras em organização da sociedade civil e as demais são acadêmicas, envolvidas com pesquisas e projetos de extensão, principalmente incubadoras, direcionadas à ES. Todas têm graduação e mestrado, enquanto algumas têm doutorado ou pós-doutorado, em áreas diversas, como ciências sociais, geografia, administração, química, engenharia, economia, direito, contabilidade e educação. As mediadoras que possuíam experiência como participantes de CES também compartilharam suas vivências nesse papel.

O roteiro de entrevista semiestruturada contou com cinco blocos de questões: o primeiro com indagações sobre a entrevistada, o segundo sobre sua relação com a ES, o terceiro sobre a (auto)gestão dos CES, o quarto sobre percepções acerca da contabilidade e, por fim, o quinto sobre a relação dos CES e pessoas com a área contábil. O primeiro e o segundo blocos foram comuns aos três grupos de agentes ouvidas, assim como o questionamento, ao final da entrevista, se havia algo que não tinha sido perguntado sobre o qual a entrevistada quisesse falar. Os demais blocos de questões eram direcionados a grupos específicos, conforme a pertinência. Nesse roteiro inicial, cujo detalhamento apresento como apêndice, inseri novas

questões ou ajustei as iniciais conforme fui me aproximando da saturação das categorias teóricas identificadas, como pressupõe a TF (Charmaz, 2009).

Selecionei as pessoas que contribuíram para a pesquisa inicialmente por acessibilidade, o que explica a representatividade do estado de São Paulo, seguida pela adoção da sistemática de bola de neve, quando requisitei a cada entrevistada a indicação de alguém que ela julgasse pertinente participar no estudo. Foi comum entre o grupo de participantes a dificuldade de estabelecer uma agenda para a entrevista, em razão de suas rotinas com muito trabalho. Por essa razão, algumas não puderam participar, embora tenham demonstrado interesse em fazê-lo em contatos iniciais. Quanto aos contabilistas, tive dificuldade de localizar profissionais especializados no atendimento a CES, razão para esse grupo ter menor representação em relação aos outros.

5.2.2 A análise das evidências

A análise das evidências ocorre à medida que os diálogos com o campo acontecem, de forma interativa e iterativa durante toda a coleta e análise de dados, como preconizado na TF (Charmaz, 2009; Corley & Gioia, 2011), materializada pelo processo de codificação, no qual os códigos e categorias previamente geradas reorientam os caminhos de interação com o campo pesquisado (Charmaz, 2009).

Segui o modelo de codificação proposto por Charmaz (2009), que é realizado em quatro etapas: a codificação inicial, a codificação focada, a codificação axial e, por fim, a codificação teórica. A codificação inicial consiste em atribuir rótulos, ou códigos, a segmentos das entrevistas que buscam resumir e explicar analiticamente o trecho codificado. Na etapa focada, os códigos iniciais são revisitados e a análise se direciona àqueles mais significativos ou frequentes, com o intuito de categorizá-los de forma concisa e completa. Na categorização axial, os dados fragmentados desde a etapa inicial são reagrupados e relacionados às categorias e subcategorias criadas, apoiando a criação de uma estrutura analítica. Por fim, na codificação teórica, códigos teóricos são formulados para explicar relações possíveis entre as categorias criadas na codificação focalizada em direção à construção das proposições fundamentadas nos dados.

As evidências codificadas consistem nas transcrições das entrevistas, que carreguei no software MAXQDA, versão 24.10, no qual realizei as etapas de codificação inicial, focada e axial. Produzi memorandos analíticos e teóricos ao longo de todo o processo, tanto no software

quanto no Microsoft Word. Para a análise das densidades dos códigos e codificação axial, tratei dados do MAXQDA em planilhas do Microsoft Excel.

Na codificação inicial, criei 198 códigos, que receberam 980 segmentos de entrevistas. Durante a codificação focada, comparei intensamente códigos entre si, assim como os segmentos codificados e, então, realizei novas codificações, criei e excluí alguns códigos, resultando em 190 códigos e 973 segmentos codificados, dentre os quais selecionei e categorizei os mais significativos e frequentes para responder à questão desta pesquisa. Durante a codificação axial, adicionei novas categorias e subcategorias analíticas refletidas na Figura 1, a fim de consolidar os padrões e recorrências das evidências em torno da contabilidade percebida pelas entrevistadas.

Figura 1 – Distribuição de segmentos codificados por categorias e subcategorias

Categoria	Quantidade de Segmentos
Códigos	973
ECONOMIA SOLIDÁRIA	101
COLETIVO ECONÔMICO SOLIDÁRIO	304
DIMENSÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA	84
DIMENSÃO CONTÁBIL	0
VISÕES ACERCA DA CONTABILIDADE	24
CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA	16
CONTABILIDADE SOCIETÁRIA	16
CONTABILIDADE para AUTOGESTÃO	108
DEMOCRATIZAÇÃO DA CONTABILIDADE	22
LINGUAGEM & PRESENÇA	62
CONTABILISTA FORMADORA	101
DESAFIOS PARA A CONTABILIDADE/CONTABILISTAS	51
AUSÊNCIA DE SUPORTE/ASSESSORIA ESPECIALIZADA	34
Fronteira e interstício com o capitalismo	50

Fonte: Elaboração própria com recurso ao MAXQDA.

Dentre os 190 códigos, aqueles receberam mais de cinco segmentos codificados estão destacados na nuvem de palavras na Figura 2:

Figura 2 – Nuvem dos códigos com cinco ou mais segmentos associados



Legenda de cores: Específicos sobre contabilidade; Aspectos valorados pelas Agentes da pesquisa; Específicos da economia solidária; Aspectos formais; e Fronteira e interstício com o capitalismo.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao MAXQDA.

Na sequência, retrato as aprendizagens decorrentes da interação com o campo e o resultado do processo de codificação analítica das vivências que comigo foram compartilhadas.

5.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA PELA LENTE DAS ENTREVISTADAS

Às entrevistadas, pedi que se apresentassem e contassem suas próprias histórias com a ES. A principal “porta de entrada” para essa economia foram projetos de extensão universitária, precipuamente, a participação em ITCP durante suas graduações. Metade delas iniciou sua trajetória com a ES dessa forma, e algumas mediadoras seguem envolvidas em projetos desse tipo. As demais entrevistadas começaram pela participação em feiras (3), em políticas públicas específicas (3), por inspiração em outros CES (2), por experiência familiar prévia (2) e via participação em movimentos sociais (2). Também são mencionadas a atuação na saúde mental e o envolvimento com a agroecologia. Realço que oito participantes são de coletivos que passaram ou passam por processos de incubação universitária e três receberam formação em economia solidária por outras fontes.

Participantes e mediadoras comungam da ideia de que a ES representa a proposição de algo diferente ou alternativo ao modelo de organização capitalista e que envolve diversas dimensões da vida humana, inclusive a econômica, enquanto contabilistas se concentram nesta última dimensão, materializada na geração de renda. Apresentada como uma ideologia, uma mudança de princípios e valores que orientam a “proposta de sociedade, um outro modelo de sociedade, de economia, de relações de consumo, de produção, de comercialização, de desenvolvimento econômico e social para o país” (M1), sob “um ideal anticapitalista” (P2).

Essa proposição ideológica encontra materialidade na “vivência aqui e agora de algo que pode ser uma utopia, mas que ela acontece aqui a partir de várias experiências, de vários níveis que praticam aquilo que a gente defende para um mundo diferente” (P10), afinal, como coloca P4, “a gente tem todo esse movimento de falar de construir uma nova sociedade, mas a gente está falando também de trabalho e renda” (P4). Os CES são um dos campos de articulação dessas experiências a que P10 se refere e por meio dos quais ocorre a prática do trabalho e a geração de renda. Assim, em termos mais pragmáticos, participantes e mediadoras comungam entre si de uma visão acerca da ES tal como a sintetizada pela P13 em:

É uma forma de organização das atividades econômicas: consumo, troca, produção, baseada na cooperação, baseada na autogestão, no sentido de quem trabalha, quem gere e toma a decisão de fato, participa do empreendimento, daquela organização em todas as etapas, e que privilegia não só o social, mas privilegia a vida, qualquer forma de vida, pessoas, animais, natureza como um todo. Então, isso é o que eu enxergo como economia solidária. (P13)

Em sua dimensão econômica, as participantes sugerem uma economia subordinada ao ser humano e seu bem-estar, como resume a P9:

É você tirar todo o foco que a gente quer na economia, que é aquela coisa do dinheiro, da performance, da lucratividade, da produção e tal, para um outro lugar, para um lugar do ser humano em primeiro lugar, do bem-estar das pessoas em primeiro lugar, sem esquecer da sustentabilidade. (P9)

A ES é descrita como uma nova maneira de “pensar as relações vinculadas à questão do trabalho, à circulação de produtos de uma forma totalmente diferente do que a gente tem com a perspectiva mais capitalista” (P6), “uma outra forma de produzir, de viver, de comercializar e de consumir” (P10). Noto que a atividade econômica de “produção”, mencionada com recorrência pelas entrevistadas, tem o sentido de emprego de todos esforços e recursos necessários para disponibilizar algo (produto) para intercâmbio. Portanto, são contemplados elementos típicos de uma produção própria, industrial, manufatureira ou artesanal, mas também

se incluem atividades para a prestação de serviços, o comércio e outras. Nessa outra maneira de produzir, o resultado do trabalho, bem como os meios para sua produção, pertence às trabalhadoras, que são responsáveis pela gestão do coletivo, exercendo a autogestão.

Adicionalmente, compreendo, a partir das experiências ouvidas, que a geração de renda pelo trabalho é um dos propósitos prementes dos CES, com o fim de melhorar as condições de vida atuais das trabalhadoras, enquanto a busca pelo bem-viver é um propósito permanente, no qual se inserem questões vinculadas ao meio ambiente e às relações com o território, permeadas pelo senso de coletividade, que é fortalecido pela formação de redes da ES. Essa compreensão está presente na síntese feita pela M9, que combina a perspectiva ideológica com aspectos pragmáticos:

Ela [a ES] é efetivamente um instrumento de geração de renda, mas é mais do que isso. A minha concepção é que a economia solidária é uma perspectiva de vida, uma perspectiva de organizar, de você viver em um espaço, em um território baseado em todas as suas relações de produção, relações com o meio ambiente, relações comunitárias, com base na solidariedade. Então, para mim, é muito mais do que a geração de renda, é muito mais do que o desenvolvimento só econômico de um local, porque ela tem estratégia de desenvolvimento local, com crédito solidário, com todas as outras estratégias ela é isso também, mas ela é também *um laboratório de viver bem no território, de viver uma filosofia de cooperação, de fraternidade e não de competição*. Ela caminha na contra hegemonia mesmo, da gente desconstruir o que foi construído pelo capitalismo. (M9)

O grupo de contabilistas, no geral, enxerga a ES principalmente em seu viés econômico: a geração de renda, especialmente no contexto de pessoas em situação de vulnerabilidade. Outros elementos da ES são retratados pelo grupo a partir dos formatos jurídicos assumidos pelos CES. Por exemplo, a coletividade é mencionada como a união coletiva para ganho de todos ao constituir cooperativas de segundo grau (C1, C2), ao que C1 complementa: “nessa cadeia, você soma para poder dividir um pouco melhor para cada um”. A contabilista de escritório tradicional não tinha uma definição de ES e sua experiência com um CES estava fortemente vinculada aos aspectos jurídico-fiscais de sua constituição. A relação entre contabilista e CES informal foi mencionada em situações em que, solidariamente, as profissionais compartilhavam orientações sobre o processo de formalização, o que reforça esse viés formalista na relação entre contabilistas e coletivos por elas atendidos.

A autogestão ou a gestão democrática é apresentada como uma das principais características de um CES e é o campo no qual a presença da contabilidade ocorre amplamente, seja um coletivo formal ou não. Por essa razão, tornou-se uma categoria analítica. Além dela, as tensões e os desafios enfrentados pelos coletivos, de manter seus princípios socioeconômico-

solidários em meio ao capitalismo, repercutem na autogestão e em sua contabilidade e despontam como uma categoria analítica. Retrato ambas na sequência.

5.3.1 A autogestão

A autogestão é descrita como o envolvimento de todas as trabalhadoras nas decisões sobre a produção, a gestão e os rumos do coletivo de que participam, de forma democrática e sem hierarquização, e é mencionada, ainda que implicitamente, por quase todas as entrevistadas, que a colocam como um elemento constitutivo da ES. A P10, por exemplo, ao explicar sua compreensão de ES, menciona-a como um princípio fundamental, que promove a tomada de consciência das trabalhadoras sobre a relação do coletivo com a sociedade:

[A autogestão] é um valor muito profundo, assim, essa participação ativa de todos os sócios. A democracia é fundamental, senão você também não garante os princípios da Economia Solidária e na democracia também a gente cresce a nível de pessoa e a nível de consciência e eu acho que esse compromisso que tem, tanto com as pessoas que estão articulando, como também com o meio ambiente, desde os produtos que a gente usa para produzir, o descarte que a gente faz de forma correta, e o jeito que a gente consome também, essa busca de consumir de uma forma mais responsável. É muita coisa. (P10)

Tamanha é a relevância da gestão democrática que a sua ausência ou adoção meramente protocolar desqualificaria coletivos como sendo de ES, ainda que se autoproclamassem como tal. Ao relatar sua experiência de autogestão em coletivos sob incubação universitária, a M9 afirma:

Se você pega uma cooperativa e ela tem uma diretoria que só ela decide, os outros simplesmente obedecem, as assembleias são aquelas protocolares, uma vez ao ano, uma vez ao semestre, então ela não é um empreendimento de economia solidária. Agora, se ela tem autogestão, se ela tem essa gestão democrática, aí sim [é]. (M9)

No entanto, a participação de todas nem sempre acontecerá de forma natural, especialmente considerando as vivências anteriores da maioria das trabalhadoras. A C1, por exemplo, conta que em sua atuação com cooperativas que se autodefinem como de ES vê a prática da autogestão ainda incipiente:

A única autogestão que eu conheci foi na [nome do CES], na [nome da Incubadora]. E tinha uma série de problemas. As demais cooperativas não têm autogestão. O Conselho de Administração decide e faz. Leva para todo mundo, explica e toca o barco. E a grande maioria quer é isso mesmo. Então, você tem uma dificuldade enorme para compor o Conselho de Administração. Ninguém quer ser presidente, tesoureiro, secretário, que resolve as buchas. (C1)

Apoderar-se da gestão é um processo que envolve desconstruções pessoais, dado que “não temos a prática, ainda, de trabalharmos juntos, trabalhar autogestionariamente. Ainda é um aprendizado, ou reaprendizado” (M3), no qual o exercício da democracia é um componente crucial, afinal:

Como que eu vou desconstruir essa ideia de competição, de exploração do trabalho um do outro, se eu não tiver democracia? Se eu não olhar o outro como alguém que também tem o direito, que é dono do negócio e também tem o direito de ter as informações, de crescer, de desenvolver profissionalmente, de desenvolver habilidades humanas, técnicas e tal? (M9)

De maneira geral, essa aprendizagem ocorre por sua própria prática, tal como compartilha a P2, destacando o aspecto inclusivo desse aprender fazendo:

Mas, pensando num lugar de experiência, eu sinto muito esse lugar de fortalecimento, de participação, assim porque, eu sinto que é um lugar em que a gente pode crescer, tem espaço para gente crescer. O próprio processo de autogestão é um processo formativo. E considerando esse contexto capitalista mesmo que a gente vive, com muita precarização do trabalho, muita pobreza mesmo, é muito privilégio você ter tempo para parar a sua vida e estudar alguma coisa. Então, esses lugares em que você pode aprender fazendo eles acabam sendo inclusivos para pessoas que por questões de gênero, ou talvez sociais, ou até outras, não tenham tempo para parar e estudar alguma coisa. (P2)

As vivências compartilhadas sugerem que a existência de espaços deliberativos definidos e momentos regulares para as conversas, trocas de ideias e avaliações, em um ambiente no qual se estimule a participação, favorecem a prática da autogestão. Poder ouvir e ser ouvida, participar das decisões e envolver-se na execução do que foi decidido são formas de se apropriar do coletivo como um todo, além de elevar a autoestima das trabalhadoras, especialmente para aquelas que sempre tiveram suas vozes marginalizadas e silenciadas.

E, como todo processo de aprendizagem, a construção da autogestão envolve erros e acertos, como compartilha a P15:

Aqui a gente escorrega também, tem as contradições, tem sempre os “trupicos”, as voltas para trás e a vida para frente. Mas eu acho que, dentro do que a gente foi criado e educado para ser e existir e o que a gente constrói aqui, o quanto a gente já se transformou e a vida que a gente tem é completamente diferente de qualquer outra coisa fora. (P15)

Além disso, conflitos interpessoais surgem e são parte da experiência autogestionária, declara a M3:

É uma troca, por isso que ela tem que ser feita conjuntamente, eu acho que isso é o ponto chave da economia solidária, é conjunto. Então, o começo é muito difícil, cheio de crise, cheio de conflito. Claro que o conflito positivo é bom: “Não, eu penso diferente de você”. Mas tem conflitos que não são fáceis de articular numa roda de quinze pessoas querendo se organizar. Esse é o ponto chave, faz parte a crítica, o conflito, o debate conjunto. (M3)

A transparência contribui para a constituição de um ambiente propício à participação horizontalizada nos processos decisórios do coletivo, promove a confiança entre as trabalhadoras e pode reduzir a incidência ou proporção dos conflitos. Ela envolve a clareza sobre o modo de organização do coletivo e seus espaços deliberativos, dos assuntos a serem tratados e das informações necessárias para que as decisões sobre tais assuntos possam ser debatidas. Esses elementos surgem quando as participantes tratam de características imprescindíveis de um CES, como demonstra a fala da P14:

E a transparência, né? Por exemplo, desse grupo que está executando as coisas, é essa questão da transparência para estar tudo bem alinhado com o que de fato foi deliberado e a confiança, né? Então, as outras pessoas também têm que ter confiança nesse grupo e esse grupo tem que ter transparência. E eu acho que tem um outro fator muito importante que é a questão econômica, né? As contas precisam fechar. Se a conta não fechar, a coisa fica difícil, né? Eu acho que esse é um ponto importante. (P14)

Ademais, sobre “as contas fecharem”, há uma recorrência nas menções à transparência de informações financeiras, a exemplo do que compartilha a P12:

A gente sempre teve tudo que tem a ver com a parte financeira de maneira muito transparente, seja para quem nos contrata, seja para quem está na cooperativa, então, acho que é um outro elemento da autogestão importante, que tem a ver com acessar a informação. (P12)

No entanto, para que a transparência se concretize, não basta ter informações acessíveis. É necessário garantir que elas sejam compreendidas pelas trabalhadoras, como retrata a M7 ao afirmar que “o maior desafio é que o acessível não é só estar transparente pra alguém que vá consultar, é um trabalho de comunicação mesmo, de ser pensado como as pessoas podem entender”.

A confiança é outro elemento necessário para a autogestão, que, embora se estabeleça com o tempo e à medida que as trabalhadoras do coletivo se conhecem, se relacionam e desenvolvem afetos, é promovida pela transparência. O relato da P12 demonstra o desenvolvimento das relações, sob alinhamento político, no processo de construção da confiança. Ela compartilha:

Mas esses aspectos que são da gente conseguir ter confiança um no outro. A gente sempre começa assim, a gente passou dois anos se conhecendo, e esse tempo foi muito importante para que a gente percebesse assim, “ok, nós vamos nos formalizar, nós vamos passar a assumir trabalhos entre nós”. . . . O que a gente está construindo aqui existe um consenso entre nós. Então esse aspecto também que é de um posicionamento político de um alinhamento político também foi bem importante. Então tem a ver tanto com as relações, confiança, cooperação entre nós, e esse alinhamento político mesmo. (P12)

5.3.2 Fronteira e interstício com o capitalismo

As entrevistadas me lembraram que, embora seja uma proposta alternativa ao capitalismo, a ES acontece em meio a ele, disputando seus espaços, “mas que ainda é muito nos interstícios, muito incipiente” (P1). A M11, ao tratar de dificuldades técnicas e legais enfrentadas pelos CES, destaca:

Nós não estamos criando uma economia a partir do zero. Nós estamos criando uma lógica econômica saudável que respeita às diversas dimensões da vida, de produção, distribuição e consumo. Entretanto, a gente está dentro de um modelo socioprodutivo que não cabe nessa lógica. (M11)

Ademais, construir uma realidade socioeconômico-solidária em meio a um mundo guiado hegemonicamente por princípios essencialmente opostos implica tensões e desafios com os quais os coletivos e suas trabalhadoras devem lidar. Refletindo sobre esses desafios, a P7 compartilha:

No meu ver, a principal é entender o que é o bem comum, esse alinhamento, entender o que é o coletivo, que está acima da gente. A gente vem de uma cultura materialista, individualista, capitalista, uma formação profunda, de gerações. E eu acho que a gente sofre muito disso, de entender o trabalho em grupo, inclusive. E a tomada de decisões coletivas, respeitar o que foi deliberado coletivamente. Muitas vezes a gente delibera, passa horas para chegar a uma deliberação, mas até isso ser introjetado, incorporado, é outro processo. No cotidiano você vê que aquilo foi incorporado por uns, por outros não, daí você tem que reavaliar, rediscutir. E é um processo bem longo. Bem longo. É interessante, mas às vezes ele é muito mais demorado do que a necessidade de concretizar certas coisas. É um processo complicado. (P7)

As dificuldades para a geração de renda suficiente para que suas trabalhadoras possam viver do trabalho no coletivo e com dignidade, em meio a um contexto geral que precariza as relações de manutenção da vida, permeiam as preocupações em torno da sustentabilidade financeira dos coletivos.

Outros percalços envolvem questões de ordem burocrática, quando regramentos incongruentes com seus modos de funcionar são impostos aos CES, assunto do qual tratarei

mais à frente. Outros e mais variados temas giram em torno da necessidade de superação de naturalizações de práticas e valores capitalistas introjetados em nós, com destaque para questões sobre a relação das trabalhadoras com a autogestão e sobre o intercâmbio dos produtos da ES em um mercado não solidário

A herança de experiências de relações de trabalho sob a heterogestão, na qual uma gerência decide e as trabalhadoras executam, é apontada como um empecilho para que as trabalhadoras se vejam no lugar de gestoras. Em sua atuação, a C1 afirma ser muito comum a preferência por quadros de delegações hierárquicas. Ela afirma:

Porque, assim, ninguém está preparado para a direção. E a grande maioria delas [das trabalhadoras] não tem esse conceito de autogestão. São poucas que têm. Não sei qual é a sua experiência, mas na minha, quanto mais alguém decidir, melhor. (C1)

Essa percepção é corroborada pelo compartilhamento da P6:

Mas é um desafio. Eu acho que a perspectiva da economia solidária no contexto em que a gente vive, naquilo que a gente traz de bagagem, no que a gente tem acostumado a fazer e até naturalizado, a economia solidária se coloca muito... Eu sinto como desafio para mim, porque eu trabalhei um tempo em uma relação de trabalho totalmente diferente. Enfim, e carrego muita coisa dessa experiência que foi muito maior do que a que eu tive com a economia solidária. Para mim, é um grande desafio, essa questão da autogestão principalmente, desse olhar pra nossa organização. (P6)

A simulação de práticas capitalistas entre parceiros econômico-solidários no intercâmbio com o mercado aparece também como bagagem dessa herança sociocultural-econômica hegemônica. Ao falar de práticas que experienciou, a P13 critica:

Então, tem guerra de preço, tem guerra de compra, um grupo tem uma lista de fornecedores, outro grupo tem outra lista, isso não é compartilhado, uma [entidade A] faz a sua compra, outra [entidade B] faz a sua compra, uma das [entidades] comprou mais, não consegue revender, perde o produto, a outra [entidade] vai lá e força preço do fornecedor, porque consegue negociar. Isso, para mim, não é solidário. Isso, para mim, é capitalista (P13)

A busca por maximizar a vantagem própria, individual, em detrimento à coletiva também aparece como emulações dessas práxis. Ao contar sobre práticas contrárias à cooperação e à reciprocidade de parceiros, a P15 reflete sobre o processo de desconstrução pessoal e aprendizagem que envolve todas envolvidas com a ES e seus tempos diferentes:

. . . . “Se eles [do coletivo] não vão reclamar, eu vou mandar o produto pior para eles.” E é meio isso. A gente vira meio esse... A mesma coisa também com quem vem consumir. Muitas vezes

vem tentar se aproveitar ao máximo no curto prazo e não pensando numa mudança de forma de consumo, de forma de se organizar na sociedade. Então, eu acho que é muito complicado porque as pessoas não aprenderam mesmo. Nem a gente aprendeu. A gente está aqui aprendendo. Mas acho que o nosso processo é mais intenso, então, ele acaba sendo também um pouco mais rápido. E aí você sofre com esse *delay* mesmo social. Acho que o nosso tempo é muito curto. Perto de tantas vontades que a gente tem de viver um outro mundo. (P15)

Esse processo de desconstrução pessoal passa pelas trabalhadoras, mas também deve alcançar as demais envolvidas com a ES, como consumidoras e apoiadoras de modo geral.

A criação e o fortalecimento de redes e cadeias econômico-solidárias despontam como uma possibilidade concreta, embora não necessariamente simples, de enfrentar tais desafios, afinal, como reflexiona a P2:

Porque a gente está falando de um ideal mesmo, anticapitalista, só que uma experiência isolada de autogestão, de cooperação, de solidariedade que tem que se submeter às regras do capitalismo, à sua lógica, à competição do mercado, tudo isso para poder existir financeiramente. Porque aí, do outro lado, no chão, tá todo mundo pagando aluguel, pagando pela comida e tudo mais. A gente não consegue fazer uma superação. E aí, o quê? O que o empreendimento tem de autonomia dentro de uma realidade em que ele tá isolado? É muito pouco, né? (P2)

Esses desafios que relatei foram os mais significativamente referenciados nas experiências compartilhadas. Eles certamente não esgotam as tensões emergentes do encontro desses mundos divergentes, tampouco fazê-lo foi meu objetivo aqui. Porém, ser capaz de percebê-los, inclusive no que se refere à própria experiência pessoal, é uma necessidade para contabilistas ou quaisquer outras assessoras que queiram atuar de maneira determinante na construção da ES.

5.4 AS CONTABILIDADES EXPERIENCIADAS NA AUTOGESTÃO DOS CES

Quando pergunto às participantes o que significa contabilidade para elas, grande parte a associa a números que refletem a situação do coletivo e, portanto, com informações que orientam decisões. Essa percepção é compartilhada tanto por aquelas de coletivos formalizados quanto dos informais. A P3, cuja experiência se fez em diversos coletivos informais, por exemplo, a descreve:

Assim, eu não entendo, não sei se é isso formalmente, mas quando você fala de contabilidade, eu tô entendendo de uma questão de gestão financeira, gestão de bens, gestão de tudo que pode ter um valor ou um gasto envolvido, coisas que estão relacionadas a dinheiro ou a patrimônio também. E eu acho que envolve as ferramentas de gestão dessa questão financeira ou de

patrimônio também, a contabilidade engloba as ferramentas de gestão, não sei se eu estou certa, mas acho que está por aí. (P3)

Tal como a experiência da P14, que, ao ressaltar nunca ter estudado contabilidade, complementa: “Mas para mim é isso: cuidar do dinheiro. Cuidar da parte financeira, tanto de fazer as transações, quanto fazer os registros, é fazer a prestação de contas. É pensar nessas ferramentas que facilitam” (P14).

Aquelas com vivências em coletivos formalizados adicionam questões vinculadas a conformidades estatutárias e fiscais. Como expressa a P10:

Quando a gente fala na contabilidade, é tudo que tem a ver com os números da cooperativa. Então, é pensar as entradas, é pensar as saídas, é pensar e organizar a forma de produção, é a questão dos tributos, é tudo, sabe? Tudo que tem a ver com qualificar numericamente o que a gente está fazendo. É isso que eu entendo da contabilidade. (P10)

Essa ideia de uma contabilidade cuja finalidade, dual, se insere tanto na manutenção da conformidade legal-fiscal do coletivo quanto na sua autogestão é compartilhada pelas mediadoras, as quais destacam a conformidade legal-fiscal para a autogestão. Entre as participantes, prevalece a visão da contabilidade útil para a tomada de decisão entre aquelas que passaram por alguma formação em ES, com prevalência de incubação universitária.

Todavia, há um conjunto expressivo de participantes que associa a contabilidade quase exclusivamente a questões de conformidade fiscal, legal e estatutária, como indicam a fala da P12 em: “assim, para mim, contabilidade tem a ver com a organização das informações financeiras da cooperativa para fins fiscais, porque tem a ver com fiscalização, mas também com tributação” (P12); e a percepção da P7: “Penso em tributos. Impostos que incidem na mercadoria. Para mim, isso é contabilidade. A outra coisa da contabilidade, que para mim também é grego, tem esses balanços que eles fazem, né? Como chamam?” (P7).

Essa contabilidade da conformidade é aquela que conecta os coletivos à figura da contabilista, em uma relação que se estabelece por causa da formalização, mas que pode se iniciar antes dela, em conversas e estudos para fundamentar a decisão de formalizar-se ou não, como expressa a M8, ao relatar sua experiência como assessora em incubadora universitária, e P15, ao compartilhar a dificuldade de se informar sobre custos tributários consequentes da formalização:

Basicamente o que a gente discutiu de contabilidade no meio da economia solidária está muito ligada à regularização dos empreendimentos do ponto de vista jurídico, tributação. Essa foi a preocupação principal, que é uma parte que eu não tive tanta experiência concreta, [porque] a

maioria dos empreendimentos que eu acompanhei não chegaram a dar o passo de se formalizar. (P8)

A gente teve essa demanda do tributário, que é uma coisa que a gente sofreu muito, para poder decidir se a gente ia ou não formalizar a cooperativa. Porque, toda vez que a gente chegava para alguém da contabilidade, perguntava: “mas quanto é que isso vai nos custar?”. (P16)

Além da formalização, decisões sobre como realizá-la também são associadas à contabilidade. Ao apresentar sua visão acerca da contabilidade na autogestão, a P2 indica essa associação e demonstra como essas questões vão além de aspectos burocráticos e impactam o funcionamento dos coletivos:

Acho que um deles está relacionado com gestão financeira e também com a formalização, que a gente poderia ser fortalecida nessa área de captação de recursos, de entender mecanismos de captação de recursos, que seriam possíveis de acordo com diferentes enquadramentos. Isso é algo que a gente se pergunta, se a gente tivesse um enquadramento de associação, como seria; se a gente tivesse um enquadramento de cooperativa, como poderia ser; se a gente fica informal, até onde a gente consegue ir; e isso é um ponto muito central para gente, por sobrevivência do coletivo mesmo. (P2)

5.4.1 A contabilidade para a conformidade: “as coisas corretas a serem feitas”

Uma vez formalizados, os CES passam a lidar com: exigências societárias (ou estatutárias), como a preparação de demonstrações contábeis anuais, as quais devem ser preparadas por contabilista habilitada (uma possível razão para a conexão mencionada anteriormente); cumprimento de procedimentos burocráticos, como registros de seus atos; e atendimento de obrigações fiscais e trabalhistas, tais como recolhimento de tributos e entrega de declarações. Embora apenas as exigências associadas às demonstrações contábeis sejam de responsabilidade exclusiva de contabilistas, o cumprimento do conjunto de exigências listado é vinculado à figura dessa profissional.

Há uma preocupação de que inconformidades gerem multas aos CES, que, no geral, teriam dificuldades para arcar com elas, ou com qualquer outro tipo de dano ao grupo, sobretudo considerando que esses coletivos atuam em um ambiente jurídico-tributário que não acolhe suas especificidades. Por essa razão, as participantes valorizam profissionais que lhes transmitam segurança no cumprimento de exigências legais e fiscais, ainda que não sejam especializados em ES ou no cooperativismo, como revelam as P12 e P15:

A gente tem uma assessoria contábil, que não é do campo do cooperativismo, mas que nos deixa muito seguros de estar lá olhando quais são *as coisas corretas a serem feitas e tal*. Tem isso. Sempre que a gente pede alguma explicação, está ali disponível. (P12)

Então é complexo. Assim, a [nome da empresa] é uma empresa bem grande, mas, ao mesmo tempo, também é isso, na minha opinião, eles se responsabilizam, não que eles saibam fazer perfeitamente a contabilidade nossa, não. É complexo, é muita coisa, muita nota porque a gente prioriza os pequenos produtores. É complexa a nossa contabilidade. (P15)

As práticas da contabilidade para a conformidade contemplam dois grandes campos de atuação da profissão contábil: a contabilidade societária (também chamada de financeira) e a contabilidade tributária (ou fiscal). Embora não tenham sido nomeadas como tais pelas participantes, distingui-las me parece uma estratégia útil para evidenciar como elas se relacionam com a autogestão. Tendo em vista que são atuações estreitamente conectadas a aspectos jurídico-tributários, apresento a seguir a percepção das entrevistadas sobre o ambiente legal da ES.

5.4.1.1 Ambiente jurídico-tributário da economia solidária: “essa sensação de que a gente não se encaixa muito bem”

O ambiente jurídico e tributário brasileiro e o quanto a ES está (ou não) acomodada nele repercutem de forma prática no funcionamento dos CES e na vida de suas trabalhadoras, além de influenciar a relação desses coletivos com a contabilidade, o que ficou evidente enquanto tema que surgiu naturalmente, quando as entrevistadas compartilharam suas percepções e vivências acerca da contabilidade na ES. Assim, considerando a frequência de menções ao assunto nas experiências reportadas (em 102 segmentos de entrevistas) e a relevância dada a ele pelas entrevistadas, a dimensão jurídico-tributária tornou-se uma categoria analítica¹⁸, cuja síntese apresento a seguir.

A cooperativa é apontada como formato jurídico idealmente adequado para acomodar a formalização de CES. Porém, as entrevistadas ressaltam que a legislação do cooperativismo no Brasil, que data de 1971, além de defasada e confusa, até para profissionais experientes, foi pensada para o agronegócio, e não para o cooperativismo solidário, sendo um campo de disputa política entre um modelo de cooperativismo empresarial e o cooperativismo autogestionário.

¹⁸ Destaco que, quando realizei a maioria das entrevistas, a Lei nº 15.068 (2024), conhecida como Lei Paul Singer, de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre empreendimentos de ES, ainda não havia sido promulgada. No entanto, até o momento da redação deste estudo, ela ainda não havia sido regulamentada e, portanto, o contexto jurídico para a ES e suas consequências apontadas pelas entrevistadas representam uma problemática persistente.

Dentre as exigências formais e burocráticas para sua constituição, o número mínimo de pessoas necessárias para a sua formação, vinte cooperadas, é apontado com um primeiro empecilho para que CES se formalizem. Como expressa a M11: “Imagine você, a minha família lá na roça produzindo com quatro, cinco pessoas, não pode ter uma cooperativa. Eu não posso juntar meus irmãos, quatro ou cinco, e criar uma cooperativa com sete, oito, cinco, seis, não posso”.

Essa mesma situação é compartilhada pela P15:

A lei do Brasil de cooperativa é da ditadura, né? Então, ela é feita para as cooperativas não funcionarem. Ela é feita para serem cooperativas uniprofissionais, de no mínimo vinte pessoas. A gente era quatro, então, já não dava de princípio, né? Foi a primeira condição da cooperativa que não [nos] cabia. (P15)

Em adição, aparece a elevada, complexa e instável tributação como desestímulo para os CES se formalizarem como cooperativas. A C3 argumenta que a cooperativa não tem uma tributação diferenciada, como o Simples Nacional. Por conta disso, há uma elevada carga tributária, que inviabiliza a adoção pelos coletivos desse arranjo, levando-os a buscar alternativas precárias de formalização ou a ficar na informalidade. Sobre a tributação elevada, participantes cooperadas destacam o custo do INSS patronal e a incoerência de sua cobrança, tal como demonstra a fala da P10:

As cooperativas têm uma carga tributária muito grande. Eu acho também que nisso a gente tinha que conseguir aprofundar mais. Por exemplo, a contribuição ao INSS que a gente faz. Tu tens o sistema empresarial, ele tem os 11% do trabalhador e 20% é o empresário que coloca e agrega isso nos produtos que ele vende. Agora, as cooperativas, elas têm os 11% e os 20%, que é dos mesmos sócios, você tira dos mesmos! Então, teria que ter, sabe, uma outra forma, uma outra compreensão de tributo, né? Aí ela tem a mesma carga. Não! Eu acho que a gente não tem a mesma, a gente tem mais. (P10)

A P16 confia que a cooperativa de que faz parte tem cogitado voltar à informalidade por causa do impacto da tributação na renda das cooperadas. Além disso, reclama de como foi difícil obter orientação clara sobre a carga tributária com profissionais da contabilidade com quem conversou quando se preparavam para formalizar o coletivo. Ela conta que sempre lhe falavam dos custos do trâmite de constituição, mas não conseguia responder aos questionamentos sobre custo tributário, ao que ouvia que iria depender e, segundo ela, “esse vai depender ninguém nunca falava para a gente. E a gente hoje descobriu que 36% do nosso faturamento é [para] pagar imposto” (P15).

Enquanto contabilistas com experiência em cooperativismo realçam o ambiente de insegurança jurídica que envolve a tributação das cooperativas como desafio para atuação nesse segmento, como evidencia a fala da C1:

Na sociedade cooperativa não existe a segurança tributária que tem nas empresas. Isso é um problema. Por isso que os contadores ou eles tributam tudo ou caem fora. É uma insegurança muito grande mesmo. Nada que você tem lá é claro. É sempre um entendimento. Isso dá dor de cabeça para o gestor desse empreendimento. Se você pega uma microempresa do Simples, está tudo claro. Mesmo quando você é uma empresa grande, o imposto está claro, a condição está clara, tudo está bem discutido. Nas sociedades cooperativas têm essa questão do tratamento adequado que nunca apareceu. (C1)

A C1 exemplifica sua percepção relatando o caso sobre indefinições acerca do recolhimento do PIS e da Cofins, contribuições federais, para as quais há entendimentos contrastantes entre o que orienta a Receita Federal e o que prescreve o marco legal do cooperativismo. A P12 apresenta outro exemplo, dessa vez sobre a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), que acaba sendo retida na fonte por seus clientes, mas que a cooperativa não consegue recuperar, representando um custo para o coletivo.

Apesar das intempéries reportadas, alguns CES bancam o enfrentamento das dificuldades para se constituir como cooperativa e manter essa formalidade como ato político de defesa do cooperativismo autogestionário. De forma geral, o cenário revelado pelas entrevistadas indica que os CES são impelidos a buscar alternativas para suas formalizações para além do modelo da cooperativa, ou até mesmo a manterem-se na informalidade.

Diante das dificuldades de criar e manter-se cooperativa, o formato jurídico da associação tem sido a escolha comum entre CES que precisam se formalizar, a exemplo do coletivo da P15, que reitera: “A gente é uma cooperativa. De fato, a gente é uma cooperativa. Legalmente, no Brasil, a gente é uma associação” (P15).

Dentre os coletivos representados pelas participantes ouvidas, 57% são associações, 21% são cooperativas, 14% são microempresas e 7% seguem informais. A maior representatividade de associações alinha-se aos dados do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), que aponta ser o arranjo jurídico predominante, representando 49% dos CES brasileiros, seguido pelos informais (36%), pelas cooperativas (10%), por sociedades mercantis (1%) e outros (5%) (Ministério do Trabalho e Emprego, 2025).

Além de despontar como opção para coletivos que não conseguiram atender a critérios formais para se constituírem como cooperativas, outras vantagens são relatadas para a adoção

do formato de associação, como trâmites de constituição mais céleres, quando comparados à cooperativa, e as possibilidades de captação de recurso público, como emendas parlamentares ou editais. As associações também são apontadas como opção viável para operacionalizar a parte burocrática de redes de trabalhadoras informais, representando “um guarda-chuva jurídico para esses empreendimentos” (M2).

No entanto, esse modelo de formalização carrega problemas e é visto pela C3 como uma “formalização precária”, em função da impossibilidade de uma associação distribuir resultado (sobras, na linguagem do cooperativismo) às suas associadas, além das suas limitações jurídicas para acomodar atividades econômicas, aspecto que aparece com maior frequência nos relatos das participantes de coletivos sob essa configuração. Esse contexto jurídico e tributário de insegurança é evidenciado na fala da P2:

Tá sempre ali essa coisa, né? De a gente ser uma associação e não poder ter finalidade econômica. . . . a gente fica sempre com essa sensação de que a gente não se encaixa muito bem, mas aí a gente vai fazendo o que dá. (P2)

Alguns coletivos recorrem ao formato de sociedade empresária como alternativa, a exemplo do coletivo da P4, que socializa:

O meu empreendimento é uma microempresa autogestionária, porque a gente tem uma questão aí de que, para o marco da economia solidária, não existe ainda uma forma legal que tenha a nossa cara. Então, a gente legaliza no que o mercado oferece, mas a gente tenta adaptar. (P4)

Para a C3, essa opção pode significar viabilidade econômica tributária, porém, tal molde, embora possível, é mais difícil de operacionalizar quando o coletivo tem muitas “cooperadas”. A P15 conta que seu coletivo não cogitou essa hipótese, porque acredita ser um modelo no qual está incutida a busca pelo lucro, o que conflita com os princípios do grupo de que faz parte. A P3 compartilha a experiência infrutífera de um grupo com pretensão econômico-solidária que se constituiu como empresa:

. . . e disso surgiu a [nome do empreendimento], que era uma empresa, mas baseada muito nas experiências que a gente tinha tido [de ES]. E eu acho que uma das coisas fez com que a [nome do empreendimento] não...ela ficou aberta acho que [número] anos, se eu não me engano. . . . Acho que um dos dificultadores foi que ela tentou virar um comércio formal. Ela tinha um formato mesmo de uma empresa, todo o sistema de gestão financeira, contábil, relação hierárquica, tudo normalzinho de uma empresa dentro de uma proposta solidária de fortalecimento das agricultoras. Ela veio de um discurso e a forma dela foi completamente diferente. (P3)

Embora seja possível um CES constituir-se como uma sociedade empresarial e seguir princípios da ES, como demonstram as experiências das P4 e P5, e que esse arranjo possa representar vantagens econômico-tributárias, como arguiu a C3, o relato da P3 realça o debate sobre como arranjos jurídicos incompatíveis com a ES podem conflitar com os princípios perseguidos pelos CES e, de maneira prática, inviabilizar a aplicação destes.

Outra realidade que permeia os CES é a informalidade, cujo impacto mais problemático na visão das entrevistadas é a falta de cobertura previdenciária para as trabalhadoras, questão que geralmente pesa na decisão de se formalizar, como experienciado pela P16, ao relatar que o coletivo de que participa atuava na informalidade, com algumas trabalhadoras formalizadas individualmente como Microempreendedor Individual (MEI):

Mas tinha esse empecilho da gente não ter a seguridade social para todo mundo. . . . E que uma das formas da gente se proteger, de se cuidar melhor, era ir no cooperativismo, porque a gente teria essa seguridade social para todo mundo que estivesse na Cooperativa. (P16)

A formalização individual como MEI de trabalhadoras de um coletivo aparece como alternativa simples e barata para essas trabalhadoras garantirem acesso à cobertura de seguridade social. Porém, como informou a P16, e como problematiza a C4, essa alternativa pode precarizar o senso de coletividade das iniciativas, por se tratar de uma solução individual. De toda maneira, ela destaca que, para grupos atuarem coletivamente, eles criam uma associação de MEIs. Apesar da crítica feita pela C4, esse arranjo criado pelas trabalhadoras, também mencionado nas experiências da C3, pode ser visto como uma inovação jurídica, ou seja, uma maneira que as trabalhadoras encontraram de atuar, com garantias mínimas de direito previdenciário, nas frestas de um sistema que não incorpora a realidade da ES.

Além da preocupação previdenciária, são razões para a formalização: a crença na possibilidade de vender em maior volume, acessando clientes que impõem tal exigência; a participação em certos editais; e o acesso a políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como lembra a M3 ao contextualizar a necessidade da contabilidade nos CES formalizados:

A contabilidade é fundamental, porque cooperativas, por exemplo, participam, e nós tivemos muito isso em governos anteriores, participam, por exemplo, da merenda escolar. Nós tínhamos uma lei municipal que 40% da merenda escolar tinha que vir da agricultura familiar, e para vir da agricultura familiar, eles tinham que estar formalizados, e se tem que estar formalizados tem que ter uma contabilidade. (M3)

Enquanto contabilistas falam da informalidade como algo estritamente negativo, as M5 e M6 convidam as assessoras dos CES a uma postura crítica frente à formalização. Para elas, a informalidade pode ser uma alternativa de sobrevivência. Porém, para conseguir enxergar dessa forma, M5 compartilha que precisou se desvencilhar da cultura que trazia de sua formação na área de gestão e de trabalhos anteriores sobre a necessidade de formalizar “para fazer certo”, e conta que, ao trabalhar com setores populares, se deparou com:

um discurso muito mais crítico desse campo da sustentabilidade desses grupos, que perpassa muito mais estratégias alternativas [como] disputa de poder, e que não está dado que o grupo vai se formalizar, vai cumprir a cadernetinha, e aquilo vai dar certo, vamos dizer assim. (M5)

Essa desconstrução pessoal foi mencionada também pela M10, que é contabilista. E, complementando essa perspectiva crítica, a M6 argumenta que a formalização pode:

. . . colocar as pessoas numa situação [em] que, lá pelas tantas, elas não teriam condições de bancar isso [a formalização]. Enfim, incentivamos a formação de grupos informais, até para que haja uma certa maturação desse próprio grupo, uma maturação também da atividade econômica e da gestão democrática. (M6)

Dentre os empecilhos apresentados para a formalização, destacam-se: a falta de clareza sobre os custos e exigências consecutivos, o pagamento de impostos elevados, que reduziriam uma renda já pequena, as dificuldades para lidar com burocracias complexas e a percepção de que não há vantagens em se formalizar, somada à ausência de formatos jurídico-tributários compatíveis com a ES.

Sem marco regulatório para a ES, os CES fazem uma “ginástica criativa” (P2) para se encaixar em arranjos jurídicos que não lhes cabem (M11) quando da formalização. Segundo a M11, é necessário criar “um marco regulatório para a ES que considere suas características, práticas, seus princípios como associativismo, cooperativismo, trabalho associado e educação popular”. Para ela, o que há hoje, em termos legislativos, não é adequado para os CES e, inclusive, fomenta a informalidade, afinal:

E que tipo de formalidade eu vou fazer? Eu vou ser o quê? Aí dá algumas opções. Você pode ser uma associação, mas não pode comercializar. Você pode ser uma cooperativa, mas precisa ter vinte. Você pode ser uma sociedade simples, mas não entra no Simples, não faz isso, não faz aquilo, não tem financiamento e tal. Aí ela vai dizer assim, “poxa, então não tem nada pra gente”. (M11)

A C4 conta que, ao se formalizarem, os CES “querem que esteja ali um código que diga empreendimento econômico solidário”, ao que a P10 complementa apontando a necessidade de uma discussão séria sobre a tributação na ES. A essas reivindicações, a P16 inclui a regulamentação da Lei Paul Singer, promulgada em dezembro de 2024, e a P2 demanda:

Partindo já dessa realidade, dessa leitura de que a gente já tem um monte de empreendimentos que tão organizados como associação. E na minha cabeça, a minha vontade, meu desejo, a minha pira, é que o Estado nos reconheça e se amolde ao que agora está e que ele [compreenda que] é parte da constituição disso, né? Porque ter uma legislação cooperativista horrorosa desse jeito é também uma responsabilidade do Estado. Então, agora, a gente está tudo amoldado desse jeito. . . . É sempre a gente que tem que fazer o esforço de correr atrás, de se organizar para encaixar, para caber e tal. E aí, eu fico pensando, e se a gente continuar sendo associação, mas pudesse ser reconhecido no que a gente faz? Para nós seria muito mais simples do que: “ah, não, agora tem que migrar para outro formato, que tem outras obrigações, que tem outras coisas que agora, você vai ter que aprender mais coisas, que você vai ter que correr atrás de cartório, que você vai ter que não sei o que lá, e precisa de advogado, precisa desse, daquele outro.” É muito mais complicado. (P2)

Diante desse cenário de insegurança jurídico-tributária, compreendo a atuação da profissional contábil orientada à conformidade estatutária e, particularmente, fiscal dos CES como complexa e desafiadora.

5.4.1.2 A contabilidade tributária: “descobrimo o que significa tributação na marra”

O relato da P7 sobre suas necessidades contábeis revela um sentido para a prática contábil relacionado à tributação, algo particularmente sensível no coletivo de que faz parte:

Eu, por exemplo, fui *descobrimo o que significa tributação na marra*. Para mim [a contabilidade] ainda tem a ver com tributos, o que incide sobre os produtos. Você lê uma nota fiscal e entende o que está acontecendo e conversar com o nosso sistema e conversar com os frequentadores para falar o que incide sobre o valor dos produtos. (P7)

Em busca de um rigor e de reduzir riscos dentro de um cenário de controvérsias tributárias, os escritórios contábeis tendem a assumir posturas conservadoras, como apontado anteriormente pela C1, ao dizer que “os contadores ou eles tributam tudo ou caem fora”, o que é reforçado pelo relato da P16:

Eu vejo que existe um rigor da nossa assessoria contábil. Que é: “olha a lei fala isso, a gente vai fazer isso”. Para a gente chegar para eles e falar: “Não, existe uma outra forma”. A gente tem que chegar lá munido de exemplos e da forma. E aí a gente ainda pode correr um risco deles

virarem para a gente e falarem assim: “Então, se vocês quiserem fazer desse jeito, não seremos nós que vamos atender vocês”. Seria um pouco isso. (P16)

Outro aspecto valorizado pelos CES na atuação contábil para a conformidade fiscal é a disponibilidade para oferecer explicações e sanar dúvidas, de preferência, presencialmente:

A gente tinha uma grande empresa [fornecedora de serviços contábeis] que não tinha nem contato com a gente, nenhuma aproximação, a gente tinha um monte de dúvidas e não respondia. E a gente mudou para [nome da empresa], porque a gente queria alguém que estivesse aqui dentro, formando a gente, conversando diretamente. A promessa era essa. Ela veio uma vez, veio duas vezes, fez uma rápida, super ligeira introdução a toda a questão tributária e a gente pegou algumas coisinhas e depois não aparecia mais. Tem WhatsApp, tem e-mail, mas até a linguagem do e-mail, eu preciso ler algumas vezes para entender o que ela está falando. “Já falei isso, já expliquei isso” [responde a contadora], mas até a gente entender tudo o que acontece na maior distância, tem uma dificuldade de linguagem enorme. E é um serviço terceirizado, que dá uma pena. P7

O relato da P7 indica que, além de estar disponível para dirimir dúvidas, a linguagem usada para tal também importa, tendo a contabilista que atuar como uma espécie de tradutora da linguagem técnica e da complexidade da área fiscal para as trabalhadoras dos CES.

5.4.1.3 A contabilidade societária¹⁹: “não tem como fugir”

Independentemente do formato jurídico assumido em sua constituição, como cooperativa, associação ou sociedade empresarial, em geral o CES deverá ter demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa e notas explicativas são alguns exemplos) elaboradas por uma contabilista e sob diretrizes do CFC (ou de outro órgão regulador, com poderes para ditar as normas e práticas da contabilidade), que serão aprovadas, ao menos anualmente, por suas cooperadas, associadas ou sócias. Portanto, trata-se de uma contabilidade obrigatória para coletivos formalizados, embora tais relatórios possam ser preparados e utilizados por coletivos informais.

Além da exigência que deriva da formalização, essas demonstrações, ou relatórios similares, podem ser requeridos como prestação de contas de recursos captados por editais, emendas parlamentares ou outras fontes, ou ainda para avaliação de crédito. No entanto, as

¹⁹ Desde que o Brasil convergiu sua normatização contábil para o padrão internacional das IFRS, a contabilidade societária passou a ser referenciada pelo nome de contabilidade financeira. Opto por não usar esse termo por entender que não se trata apenas de um ajuste de nomenclatura, mas sim de uma mudança que evidencia, ainda que implicitamente, uma subordinação dessa contabilidade aos/às usuários/as do mercado financeiro. Que é explicitada na estrutura conceitual desse conjunto de normas ao declarar como objetivo das demonstrações elaboradas sob a égide das IFRS, atender as demandas informacionais de investidores/as e credores/as.

experiências reportadas de relacionamento desse campo contábil com os CES formalizados informam principalmente um uso pró-forma, ora por incompreensão do conteúdo desses relatórios, ora pela intempestividade da disponibilização dessas informações para fins decisórios.

Contabilistas e mediadoras apontam a linguagem desses relatórios como uma barreira para sua compreensão. Para a M8, a linguagem estritamente técnica e descolada da realidade econômico-solidária dos coletivos distancia as pessoas das demonstrações contábeis, que acabam enxergando a contabilidade quase que exclusivamente como “um instrumento apenas técnico, repetitivo e formal para apresentar à Receita Federal, para não pagar as multas” (M8). Para aproximar as trabalhadoras das informações contidas nas demonstrações, contabilistas destacam a necessidade de adaptações como expõem a C1: “Os relatórios têm que ser adaptados. Não dá para usar material tradicional e jogar lá. Senão, não entendem nada. Eu jogo isso para uma planilha de Excel e deixo mais claro. Principalmente a demonstração de resultado”.

Essas adaptações seriam uma espécie de tradução das informações geradas pela contabilidade societária para uma linguagem compatível com a ES e o CES, considerando as características das trabalhadoras envolvidas. Gráficos e estrutura de “quadro de bordo” são mencionados como facilitadores desse processo. E, com exceção da C5, cujo único cliente da ES usa relatórios autorais para a autogestão, a preocupação com a adaptação para facilitar a compreensão das trabalhadoras apareceu nas falas de todas as contabilistas, com prática sintetizada na fala da C4:

Eu faço à parte, que é para as pessoas entenderem, sabe? Porque eu tenho pessoas que mal sabem ler. Eu quero que elas entendam. Então, eu faço uma prestação de contas à parte. Agora, no final do ano, não! Você tem que fazer tudo bonitinho. Porque, inclusive, eu tenho projetos com a prefeitura, e aí tem que ser dentro das normas legais mesmo, não tem como fugir. (C4)

Porém, a potência de atuação contábil nesse caso está além da tradução das demonstrações formais e passa por aproveitar essas informações adaptadas na autogestão.

Nós, técnicos, a gente tem que olhar e falar assim: “Bom, uma coisa eu tenho que ter, eu tenho que seguir a norma contábil para atender uma coisa [conformidade legal]. Mas como é que aquilo que é formal [demonstrações contábeis] eu trabalho internamente, aquela informação [de forma] gerencial?” (C3)

Todavia, para que as demonstrações contábeis, ajustadas ou não, possam ser utilizadas na autogestão, elas precisam ser geradas com maior recorrência e tempestividade, mas a falta

de rotina de registros das operações do coletivo, registros deficitários ou atrasos no envio de documentos/informação ao escritório contábil são dificuldades enfrentadas por contabilistas no preparo dessas demonstrações, especialmente em uma relação de trabalho terceirizada. Essa dificuldade está representada no relato da C2:

Por exemplo, do ponto de vista da documentação. Eles têm muita dificuldade. Eu estou falando mais especificamente dos catadores de materiais. A gente tem mais cooperativas, tem nove cooperativas. Mas isso vale para todos. Fazer as pessoas entenderem que a qualidade da contabilidade, o resultado dessa contabilidade, no balancete, no balanço, na demonstração contábil, vai ser boa ou não, depende da qualidade da documentação que eles enviarem para nós. Que ela chegue tudo certinho. (C2)

Porém, mesmo não conseguindo oferecer demonstrações mensais, a C2 percebe a relevância das informações anuais para a tomada de decisão na assembleia anual, quando as contas são analisadas e aprovadas. Ela conta:

Ali, eu acredito que aquela prestação, sim, ela ajuda muito nesse sentido das pessoas verificarem o ano, como foi o ano delas, todos os faturamentos que elas tiveram, as despesas, a situação que elas chegaram ali, de possibilidade de divisão de sobras ou não. Enfim, e ali a gente discute também, sempre naquela assembleia, um projeto do ano, o que eles projetam para o ano [seguinte], para o futuro. Então, eu acho muito importante aquela assembleia. Acho que, nesse sentido, eu acredito que seja assim para tomar a decisão.

Os coletivos, nos quais se nota um maior amadurecimento no uso de informações contábeis-financeiras na autogestão, criam seus próprios instrumentos e mantêm a informação gerada pelo escritório contábil apenas para conformidade, como os relatos a seguir demonstram:

É mais pró-forma, a gente usa muito as informações que a gente tem, sabe, para poder tomar decisões, assim, porque a gente tem elas o tempo todo com a gente, né, não precisa ficar pedindo para emitir, assim, inclusive o balanço a gente acaba fazendo antes dela emitir, porque a gente tem todas as informações, e para a gente isso é muito importante. (P10)

Olha, a forma que ela serve para a gente, na prática, é essa parte de prestar contas ao Estado e a gente poder pagar os nossos impostos e seguir tudo certinho. Porque toda essa outra parte financeira de balanço, balancete, demonstrativo de resultado, administrativa, a gente não usa para nada porque ela é, tipo sei lá... Para mim, dentro do nosso sistema a gente tem informações muito mais reais e confiáveis e eu sei muito melhor o que está acontecendo do que eles. (P15)

No caso dos coletivos em que informações contábeis e financeiras não são usadas para a autogestão, a M9 convida profissionais da contabilidade a refletir: “Se a gente entende que a contabilidade tem que servir esse usuário pequeno, a gente tem que extrapolar as normatizações contábeis”. A M4, por sua vez, nos desafia a democratizar a contabilidade:

A contabilidade ela, por lei, traz vários outros elementos, considerando que ela não é neutra, ela vai centralizar a informação porque ela é direcionada para os gestores e diretores. Então, se precisa democratizar a contabilidade. Você pode até não mudar a forma de fazer um balanço, a entrega do produto final, o balanço. Pode não mudar o formato da DRE [demonstração do resultado do exercício], de entrega, mas a maneira de construir você pode. A metodologia, a construção e a forma de se apropriar desse conhecimento talvez seja uma das saídas para o olhar da contabilidade [na ES]. (M4)

Assim, concluo que encontrar formas de viabilizar o uso de tais demonstrações contábeis na autogestão é uma necessidade, especialmente considerando que seu preparo, obrigatório por força de lei, representa um ônus para esses coletivos. Então, que o benefício de ter essa informação supere o custo de sua elaboração. Adicionalmente, compreendo que a maior potência para incidência da contabilidade na autogestão dos CES ocorreria no campo da contabilidade para gestão²⁰, ou melhor, de uma contabilidade para a autogestão.

5.4.2 Contabilidade para a autogestão: “todo mundo tem que saber o que está acontecendo para poder decidir”

A partir das vivências compartilhadas pelas entrevistadas, sobretudo pelas participantes, observo que a contabilidade está presente na autogestão, ainda que de forma implícita e inconsciente, em todos os CES representados pelo conjunto de pessoas ouvidas nesta pesquisa, formalizados ou não, e de distintas formas, porém, com duas finalidades comuns: a de prestação de contas, como instrumento de transparência, e a de geração de informações que apoiam as decisões das trabalhadoras.

A maneira como as trabalhadoras percebem a contabilidade na autogestão parece estar mais associada a processos de formação em ES ou de incubação prévios do que a níveis de escolaridade formal. As trabalhadoras com bagagem de processos formativos ou de incubação enxergam a contabilidade como ferramenta de gestão e tendem a perceber suas próprias práticas como contabilidade. Por sua vez, trabalhadoras sem essa vivência parecem mais inclinadas a associá-la a aspectos de conformidade e, portanto, vinculada a uma contabilista, além de dificilmente nomearem suas próprias práticas como contábeis.

²⁰ Opto por não usar neste texto a nomenclatura “contabilidade gerencial” para me referir ao campo de atuação contábil voltado a usuárias internas, as gestoras, e a suas decisões de curto, médio e longo prazo, em função do termo remeter implicitamente a hierarquizações da gestão, sugerindo-as como exclusividade de uma gerência, o que é incompatível com os princípios da ES e com a autogestão.

As práticas contábeis realizadas internamente pelas trabalhadoras envolvem controles que ajudam o coletivo a acompanhar suas ações e o efeito delas, principalmente no caixa, e sua suficiência ou não para remunerar o trabalho e pagar pelos insumos necessários para que esse trabalho seja realizado. Também são utilizados, ainda que em menor número, levantamentos ou mapeamentos de custos para a formação de preço justo, controles de estoque e estudos de viabilidade econômica, estes últimos mencionados apenas pelas trabalhadoras cujos coletivos foram ou são incubados por ITCP. Essas ferramentas contábeis-financeiras podem receber nomes próprios e diversos em cada coletivo, os quais nem sempre se relacionam com os nomes utilizados por profissionais ou acadêmicas da contabilidade. Embora reconheçam valor nos seus controles próprios, as trabalhadoras também reportam necessidades de aprimoramentos, como sugere a P2 ao falar dos controles de seu coletivo: “A própria gestão financeira é a mais básica, a partir de documentação mesmo, o coletivo tem uma considerável complexidade de produtos, de entradas, de saídas, e entender formas melhores de fazer os registros disso tudo também é algo interessante”. Nesse sentido, mediadoras e contabilistas apontam o aperfeiçoamento da apuração de custos e da formação de preço como demandas latentes dos CES.

O controle do fluxo de caixa é a ferramenta amplamente utilizada e, assim com as demais ferramentas mencionadas, ganha níveis de complexidade a depender do grau de amadurecimento do grupo em termos de gestão. Quanto mais amadurecida a relação das trabalhadoras com a gestão, mais necessidades informacionais são postas pelo grupo. Porém, atendê-las dependerá de sua capacidade técnica e disponibilidade de recursos. Os relatos a seguir demonstram essas diferentes formas e contextos de uso do fluxo de caixa:

E aí a gente decidiu fazer um sistema que, então, é por onde todo mundo coloca suas horas trabalhadas, com isso consegue vincular o projeto que trabalhou e, com isso, perceber como estão os orçamentos e tal. E é esse sistema que gera, então, hoje, esse livro caixa que a gente começou a usar lá em 2014; clica num botão, ele gera. Claro, tem que ficar alimentando as informações, mas essa informação é fundamental. Toda assembleia [anual] a gente olha para essas informações, . . . como é que está esse equilíbrio, se está rolando ou não está rolando. (P12)

E, por exemplo, na [nome do coletivo informal] a gente passa os instrumentos da contabilidade é, tem o fluxo de caixa pra cada uma, toda [nome do evento de comercialização] dá um fluxo de caixa a gente considera que é um instrumento pessoal. Então, tem uma ferramenta que é pra cada produtora e tem uma outra tabelinha, que elas entregam no fim, que autodeclara [informações financeiras] . . . E aí, essa planilha de fluxo de caixa, tem [participante do evento] que anota tudo, tem [participante do evento] que não anota, e a gente nem tem perna pra fazer esse acompanhamento e nem tem formação pra fazer também. (P1)

A transparência da situação financeira do coletivo é apontada como função mais evidente da contabilidade na autogestão. Ao responder sobre como percebia a contabilidade no coletivo de que fazia parte, que era informal à época, a P2 compartilha:

A primeira delas que me ocorre mais de imediato é a transparência, a gente tem total transparência financeira, com alguma regularidade temporal a gente presta conta para todo coletivo, apresenta tudo que foi feito. Mas também a todo momento, todos os nossos documentos financeiros, a gente faz um esforço para que eles permaneçam atualizados e eles estão disponíveis. . . . Algumas mulheres que estão mais próximas da gestão têm livre acesso e outras basta solicitar a qualquer momento, a gente acredita muito na transparência. (P2)

Na perspectiva das contabilistas, o cumprimento dessa função ocorre pela apresentação, análise efetiva e aprovação das demonstrações contábeis anuais, o que por si também representaria um uso de tais informações para a tomada de decisões. A C2 enxerga essa ocorrência entre os CES que acompanha, como evidenciado no relato que apresentei na seção de contabilidade societária. Porém, a C1 reporta uma experiência diferente em algumas cooperativas, nas quais: “Por exemplo, o Balanço das Assembleias, aprova[-se] as contas e não dá atenção, a meu ver” (C1). No entanto, não foi possível captar a partir de seus relatos o quanto esses coletivos faziam autogestão a partir de instrumentos próprios e internos.

A transparência promove a apropriação do conhecimento sobre o coletivo pelas trabalhadoras, fortalecendo a gestão democrática. A M8, refletindo sobre esse aspecto e a contabilidade, argumenta:

Quanto mais o nível econômico, financeiro é apropriado pelos trabalhadores, de fato, e a partir daqueles números possam adentrar em estratégias econômicas mesmo, de vendas, de produtos a serem produzidos, ou se vai se criar um fundo para determinada ação. Então, quanto mais se democratiza ou deixa claro, transparente, o nível econômico e financeiro do empreendimento, mais os elementos da economia solidária, mais as características fluem. (M8)

Essa apropriação do conhecimento contábil está refletida na discussão da P11 com sua contadora sobre a formação do preço justo de seu produto, que evidencia também o despreparo daquela profissional para lidar com lógicas econômicas não capitalistas. Ela resgata:

A gente faz a polpa, a polpa nossa custa R\$3,50 a unidade e três por R\$10. Como que a gente consegue chegar? Não, aí a gente soma centavos para fechar R\$3,50, então, quem cata a fruta ganha R\$0,60 por polpa, quem faz ganha também R\$0,60 por polpa e assim eu vou colando energia, embalagem, sabe? Vou colocando as despesas tudín, tudo em centavos e aí embaixo fecha a conta com R\$3,50. Aí o contador pergunta: “Mas cadê o lucro de vocês?” “Que lucro? Nós não temos lucro, nós já estamos ganhando R\$0,60 centavos.” E de R\$0,60 centavos, dependendo, nós chegamos a produzir 100 polpa por dia, aí você pega 100 polpa, por dia nada, por período, tipo assim, 4 horas, 5 horas de serviço, a gente produz 100 polpas. Você pega

R\$0,60 x 100 polpas, a gente tirou aquele dinheiro. Aí um trabalhador rural aqui, pra ele trabalhar o dia inteirinho no cabo da foíce ou enxada, das 7h da manhã às 16h30, ele ganha R\$50, tem mulher que começa a trabalhar com a gente aqui 7h, 10h30 termina e ganha R\$50, você entendeu? Aí eu quero dizer, não tem lucro? Temos R\$0,60 do nosso trabalho. “Não, mas vocês têm que ter o lucro, além da mão de obra que vocês estão recebendo. E o lucro?” Eu falei: “A gente aqui não tem lucro e a gente nem quer ter lucro! A gente quer sobreviver, a gente quer é qualidade de vida. Então, isso pra mim é viver economia solidária”. (P11)

A essa reflexão, a M9 acrescenta: “A contabilidade é fundamental para mensurar, para trazer esses resultados, para criar um clima de confiança na gestão, nos empreendimentos, nas pessoas que participam desses empreendimentos”. Além disso, quando as informações contábeis-financeiras são transparentes, podem reduzir conflitos, que são comuns no processo autogestionário, e facilitar a gestão, como relata a P3:

E daí quando eu falo que pode ajudar muito é que quando a gente está num coletivo, numa iniciativa auto-organizada que busca muita transparência e o quanto mais o possível das decisões coletivas, isso já é bastante trabalhoso. Então, ter a parte de contabilidade bem-organizada, automatizada, esses processos mais fluidos, facilita na gestão, facilita os entendimentos, então, muitas vezes, conflitos que poderiam surgir, podem ser amainados, você consegue ter uma gestão que não seja tão desgastante. (P3)

Nos CES, a transparência não se materializa apenas garantindo que todas tenham acesso à informação. É preciso que as trabalhadoras compreendam o que aqueles números dizem, que história eles contam do coletivo e como aquela história as ajuda a direcionar as ações do cotidiano e a planejar os rumos do grupo. Ao contar das dificuldades das trabalhadoras para compreender as informações contábeis, a P7 desabafa:

E quem é mais aguerrido no assunto se agarra, o [nome de uma pessoa] se agarrou bastante, estava quase [número] anos olhando para isso, eu fui por insistência, porque acho importante, até para tomada de decisão. A gente tem esse princípio de que *todo mundo tem que saber o que está acontecendo para poder decidir* as coisas, mas a maioria não consegue, é bem difícil. Talvez seja fácil, não sei, quando você começa a aprender, você vê que não é tão complexo assim. (P7)

A compreensão passaria, em um primeiro momento, pelo uso de informações contábeis adaptadas por uma contabilista ou outra assessora, seguida e concomitantemente pela apropriação do conhecimento contábil pelas trabalhadoras, em um processo que pode ser catalisado por formações adequadas voltadas para a autonomia daquelas.

Sobre a adaptação das informações, assim como tratado na subseção sobre contabilidade societária, deve-se utilizar formatos e linguagem que as pessoas possam alcançar e que respondam às suas necessidades. Como retrata a experiência da P14:

Acho que o que eu sempre entendi desse rolê da economia solidária, a ideia que sempre foi me apresentada e que depois eu também sempre fui tentando trazer isso, é de como a gente faz essa contabilidade bem-feita, mas de uma maneira simples, a mais simples possível, vamos dizer assim. Mas que dê conta do que precisa dar, né? Que é para todo mundo entender, sabe? Para todo mundo! Porque aí quando você apresenta isso numa reunião, todo mundo pode pensar junto nas estratégias, nos planejamentos, não pode ser nada fora, entendeu? E também você pode transacionar a pessoa que é responsável por isso, sem precisar ser um especialista em contabilidade, né? (P14)

Portanto, essa adaptação é uma prática situada, que aproxima as trabalhadoras da contabilidade, à medida que elas constroem vivências de uso desses instrumentos na autogestão. Desse modo, a transparência das informações contábeis na autogestão cria espaços para uma outra função da contabilidade nesse contexto: a de gerar informações que subsidiem o processo decisório das trabalhadoras. Retomando o relato da P2 sobre sua percepção da contabilidade, ela diz:

Outra parte da economia solidária que vai ser essa mais ligada à própria decisão de como o recurso é usado. Por exemplo, às vezes, a gente tem o recurso. . . . E aí, a gente faz todo um processo e é desafiador esse processo, mas ele acontece, às vezes demora 1 mês, 2, 3, para gente conseguir decidir coletivamente o que que a gente vai fazer com aquele dinheiro, então o uso do recurso financeiro não é uma atividade que a coordenação faça, não é algo que aconteça numa hierarquia superior, como, imagino que seria na maior parte das organizações, então é um ponto bastante sensível, né, “como o dinheiro vai ser usado?”, “em que que a gente vai investir?”, e na [nome do coletivo] a gente faz tudo juntas, todas são convidadas para as reuniões, algumas mulheres participam e outras faltam, todo mundo tem o direito de participar desse espaço e decidir como esse recurso vai ser usado. (P2)

Destaco que, no segundo momento em que entrevistei a P2, com a distância de um ano e a inclusão da experiência em um coletivo formalizado em sua vivência, a esses sentidos para a contabilidade na autogestão, ela acrescentou aspectos da contabilidade para a conformidade.

Coletivos mais estruturados, tanto em termos de acesso a recursos quanto em termos de organização da gestão, criam seus próprios instrumentos contábeis para uso na autogestão, sendo autossuficientes nessa questão. Ao passo que grupos em situação oposta, especialmente em fases iniciais, demandam maior apoio de suas contabilistas ou outras assessoras para adoção de rotinas de controles. Ao falar do atendimento que realiza a CES nascentes e incubados, a M9 socializa sua prática:

O que eu faço na prática? Eu vou criando formulários bem simples. Ah, eu tenho controle de estoque? Ah, esse controle aqui eles não vão dar conta. Então, eu vou fazer um modelo que eles deem conta de acompanhar. E é isso que eu faço. Ah, eles não dão conta desse livro caixa aí,

então eu vou fazer um modelinho de livro caixa que eles deem conta de fazer. Eu vou adaptando. (M9)

À demanda por adaptações da contabilidade, tanto de suas ferramentas quanto da linguagem, se une a necessidade de formações direcionadas para a autonomia, de modo que essas trabalhadoras dependam cada vez menos de uma assessoria para gerar e compreender os números que contam a história do coletivo de que participam e para o qual tomarão decisões. A busca por orientações e ferramentas que permitam independência aparece na fala da P9:

Eu lembro que, quando a gente acabou escolhendo a nossa contadora atual, foi muito no processo dela conseguir passar para a gente alguns conhecimentos, para que a gente conseguisse algumas, pelo menos algumas ferramentas, e dar algumas ferramentas para que a gente já não precisasse tanto dessa assessoria da contabilidade, já nos dar algumas ferramentas para a gente poder caminhar com as próprias pernas.

Essa postura de orientar para a autonomia aparece no relato da C2 quando compartilha práticas de apoio às suas clientes da ES. Ela conta:

A gente forma mesmo as pessoas para que elas possam não ter medo da gestão, caminhar sozinha, não ter medo de fazer uma nota fiscal, não ter medo de conversar com os clientes deles na hora da venda, ter capacidade de fazer pesquisa na hora de fazer a venda. Enfim, tem toda essa situação. E o dia a dia nosso é praticamente isso. (C2)

E, à medida que a apropriação dos saberes contábeis se efetiva no coletivo, a contabilidade para a autogestão passa a ser mais das trabalhadoras do que de suas contabilistas, como explicita o relato da P12:

O debate ontem na reunião era um pouco isso. O que é a contabilidade e o quanto a contabilidade poderia nos ajudar a olhar para os nossos direitos que a gente definiu. Tem os direitos obrigatórios pela lei de cooperativas de trabalho, mas é isso, nós tomamos decisões que o direito de férias vai ser assim. O contador poderia nos orientar sobre como a gente faz as nossas férias? E aí um pouco esse entendimento de alguns de que, não, o campo da contabilidade é um, o campo da autogestão é outro. Essa é uma decisão nossa. Se a gente quiser que ele opine, tudo bem. Mas, assim, há pessoas que não consideram que esse é o campo que o contador tem que entrar. Cabe ao contador fazer outra coisa na relação com a cooperativa. (P12)

Em suma, a presença da contabilidade na autogestão se manifesta nas práticas adotadas pelas trabalhadoras de controles e registros que produzem informações sobre o CES, desde as mais simples até as mais elaboradas, independentemente de contarem ou não com o serviço de uma profissional contábil. No entanto, essas práticas internas encontram limites no nível de conhecimento sobre essas ferramentas a que as trabalhadoras tiveram acesso, cenário em que

contabilistas podem colaborar, desde que em uma postura orientada à autonomia. Há uma demanda pela apropriação de ferramentas e saberes contábeis que instrumentalizem os CES na busca por sustentabilidade financeira e no cumprimento de seus propósitos de transformação social.

Embora a contabilidade esteja inserida na autogestão, essa inserção ainda é incipiente, tanto nas práticas contábeis das trabalhadoras quanto no alcance efetivo das informações produzidas por contabilistas no escopo da conformidade, se comparado aos níveis de incidência da contabilidade na gestão de empresas capitalistas. A ampliação dessa inserção encontra alguns obstáculos, como indicam as vivências das entrevistadas, dos quais trato a seguir.

5.5 DESAFIOS PARA A PRÁTICA DA CONTABILIDADE NA ES

Dos relatos das entrevistadas emergem desafios para a ampliação da incidência de ferramentas e saberes contábeis que potencializam os CES. De certa forma, esses desafios são de ordem estrutural e estão expressos nas questões apontadas anteriormente nas subseções “Fronteira e interstício com o capitalismo” e “Ambiente jurídico-tributário da economia solidária”. No entanto, destaco aqui aqueles mais evidentes na autogestão e em sua relação com a contabilidade e que ainda carecem ser mencionados.

Mediadoras e contabilistas apontam a dificuldade de as trabalhadoras manterem registros contínuos de informações e dos momentos de reuniões, de assembleias para dedicarem-se à autogestão em um contexto de muito trabalho para gerar a renda mínima necessária para remunerá-las. O tempo dedicado à gestão acaba sendo visto como um concorrente do tempo a se dedicar à produção, que gera a renda. A C3 sintetiza a questão:

. . . quando eu paro pra fazer planejamento ou quando eu paro para fazer avaliação, esse tempo não é considerado trabalho pro pessoal da ES porque eu preciso trabalhar – como a gente tá num nível de subsistência muito grande, qualquer parada pode afetar minha renda –, então, essa ideia de parar para fazer planejamento e para fazer avaliação, ela encontra essa barreira da renda imediata. E isso é um problema porque aí a gente nunca para, nunca para. A gente encontra muito empreendimento de economia solidária que o pessoal não para mais, não se encontra mais, só trabalha junto e aí não toma as decisões coletivas. (C3)

A esse cenário, algumas entrevistadas adicionam a falta de uma cultura para gestão, que pode estar relacionada às experiências prévias em heterogestão, como já sinalizado anteriormente. Porém, o desabafo da P2, a seguir, que reflete a fala de muitas outras

participantes ouvidas, reforça a percepção da C3, de que um intenso volume de trabalho concorre por tempo para a gestão:

Mas quando que você vai fazer isso, se a gente não para de carregar batata e a gente não consegue subir nota e a gente fica: “mas como é que a gente vai mapear fornecedor se a gente não está conseguindo nem fazer as atividades da operação, né?” (P2).

Ela menciona momentos em que decisões foram adiadas por falta de informação completa e organizada:

Quanto mais organizado fica, mais seguro a gente se sente para tomar as decisões e para poder seguir. Faz as pautas ficarem mais redondas. A gente atrasa, é muito comum, eu já vi vários momentos em que a gente tem importantes decisões e elas são adiadas porque “ah não, pra decidir isso, a gente primeiro precisa botar os números no lugar”. “Tá bagunçado financeiro, a gente não vai conseguir decidir isso agora.” Aí toca fazer mutirão, toca correr pra subir nota, pra ver se a gente vai ter dinheiro ou não vai ter dinheiro. (P2)

Afinal, as participantes atuam em diversas frentes, como lembra a P4:

Então, a gente usa planilha, a gente tá falando de números mesmo de usar planilha com entradas, com saídas e saldo. Nem sempre ela tá bonitinha, né, atualizada, porque, por exemplo, a gente faz a feira, as vendas da feira que a gente fez no domingo, por exemplo, até agora não foram pra planilha. Porque a gente tem uma grande questão que é assim, quando tá num empreendimento autogestionário a gente não é só produtora, a gente é produtora, é gestora, é vendedora, é divulgadora, a gente é tudo! Então tem coisa que demora um pouco. (P4)

Os relatos evidenciam que dificuldades para manter registros e preparar informações que suportem as decisões estão menos associadas à falta de consciência da importância dessas informações ou de processos de avaliação e de planejamento, e mais à dinâmica de operação das atividades do coletivo, que é tocado por menos braços do que o necessário, segundo expõe a P2.

Muitos coletivos não contam com assessorias que os orientem em processos de gestão e contabilidade. A M1 aponta: “Muitos empreendimentos não fazem a contabilidade. Muitos não têm acesso a uma assessoria, uma incubadora pública. Não têm acesso. Às vezes, fica anos com uma contabilidade lá jogada, irregular”. No caso da assessoria oferecida pelas ITCP universitárias, participantes e mediadoras relatam a ausência de docentes e discentes de cursos de gestão, inclusive contábeis, nos projetos de assessoramento.

A atuação de contabilistas na ES, que geralmente se inicia para os trabalhos de conformidade para os CES formalizados, também envolve desafios. A P10 observa:

E deve ser difícil para os contadores também, porque eles têm que falar com o público, que não entende disso, porque nas empresas, geralmente tem alguém quase no mesmo nível que toca a questão contábil, né? Aí você vem para a Economia Solidária, sem dinheiro, cheio de dificuldade, com pouco estudo também, e aí você tem que se encaixar no mesmo sistema. Então, acho que é desafiador mesmo, né? (P10)

O ambiente de incertezas jurídico-tributárias reduziria o interesse de contabilistas em atuarem no setor, dada a impossibilidade de repassar os custos dessas dificuldades para os honorários a serem cobrados dos CES, considerando as dificuldades financeiras geralmente presentes nesses coletivos. A maioria não teria condição de arcar com os custos de manter uma profissional da contabilidade. Como lembra a C1: “E tem a questão da remuneração também que é baixa, tanto deles, como a do contador”. (C1) Essa situação é retratada na fala da C4 ao relembrar a tentativa de uma prefeitura de contratar profissionais contábeis para atender um CES:

E ele [o responsável] chegou a fazer uma licitação para contratar um escritório de contabilidade para dar assessoria para os empreendimentos. Ninguém quis. Porque vai precisar se cobrar muito. E aí não dá para cobrar muito. E aí não teve interesse. (C4)

Muitos trabalhos são oferecidos por contabilistas e outras assessoras aos CES de forma “pró-bono”, sem cobrança de honorários, especialmente nos momentos iniciais de sua formalização e em momentos de regularizar pendências. A P16, por exemplo, contou que a elaboração do estatuto do coletivo de que participa foi feita dessa maneira e que demorou porque o grupo de assessoras com quem contaram não encontrava especialista no assunto. No entanto, a C4, que é aposentada, destaca a dificuldade dos escritórios contábeis de manter assessoramento a CES que não tem condição de pagar. Ela compartilha:

Como a gente acredita na política, você não está preocupada com o honorário. Você está preocupada com o empreendimento que dê certo, que esteja dentro da legalidade. Eu não tenho empregado para estar pagando, mas e um escritório que tem toda a sua despesa, ele tem que contar com... Ele não pode trabalhar de graça, né? Aliás, nem ninguém está querendo trabalhar como voluntário mais, nem mesmo as pessoas que estão dentro da economia solidária. (C4)

Para conseguir “fechar as contas”, contabilistas que atuam com os CES acabam complementando sua carteira de clientes com empresas tradicionais, dificultando assim a possibilidade de uma atuação especializada. Porém, ao mesmo tempo que essas profissionais sinalizam as dificuldades financeiras dessa atuação, elas também a associam a um senso de realização. A C1, ao descrever a situação geral de vulnerabilidade das cooperadas com quem

trabalha, expõe: “Mas as cooperativas dão um prazer grande de ser contador”. (C1) A esse sentimento soma-se a construção de uma relação afetiva com esses clientes, como indica a fala da C2:

Na contabilidade, o número é muito frio, o número é muito frio, tem uma frieza impressionante, não sei como a gente usaria ele para isso [lidar com as subjetividades importantes na ES], mas eu acredito assim, o contabilista que tem uma relação da forma que nós temos, não estou aqui a falar da gente mesmo, é complicado. Mas, assim, é uma relação de amor mesmo, é uma relação de carinho por esse pessoal bem próximo deles. Eu acredito que, nesse sentido, sim. (C2)

Superar a frieza dos números e o tecnicismo que envolve a prática contábil tradicional parece ser o desafio sobre o qual as pessoas a quem se vincula o privilégio do saber e da prática contábil – contabilistas, consultoras e acadêmicas – têm o maior poder de agência. A linguagem contábil aparece como uma barreira para o acesso aos saberes e usos da contabilidade pelas trabalhadoras. A P7 manifesta isso:

E o saber é público, né? Na nossa cabeça. E daí a gente vê que a área aqui mais fechada, mais difícil é a contabilidade. Para a gente tomar pedra, o que é, já é difícil pela linguagem, né? Temos uma dificuldade enorme de manter uma comunicação com a contadora. (P7)

Para a M4, é imprescindível desmistificar a técnica e desassociar a contabilidade de algo exclusivo da pessoa técnica, a contabilista. Ela argumenta:

Então são elementos cruciais dentro da economia solidária, que é você desmistificar a técnica, fazer com que as pessoas se apropriem da técnica, inclusive dos termos técnicos que são utilizados, e de difundir a informação seja pra quem for, do não alfabetizado ao nível superior bam-bam-bam, todo mundo tem que compreender aquela informação (M4)

No entanto, mesmo contabilistas engajadas com o compartilhar conhecimento contábil para a autonomia das trabalhadoras parecem ter dificuldades de fazê-lo, sugere a vivência compartilhada pela P9:

. . . aparece essa contadora que nos fala: “não, pode deixar, eu gosto dessa ideia de passar conhecimento para vocês, para que vocês possam, uma boa parte, pelo menos, caminhar por conta própria” e aí, esse processo se inicia, mas o que eu senti na conversa, foi uma dificuldade muito grande dela de conseguir traduzir muito dos conceitos e de como agir mesmo dentro desse universo para gente que não entende nada de contabilidade. Então, eu acho que uma dificuldade que eu senti foi essa decodificação desses códigos todos, porque, eu até consigo entender um pouco mais, me esforço, mas eu percebo que tem gente aqui que realmente não consegue entender a conversa, e isso é uma coisa muito complicada. Porque, se a gente parte do pressuposto de que todos nós temos que ter um mínimo de conhecimento, para que cada um de nós consiga caminhar por si só, vamos dizer assim, ou, com a ajuda de outro, mas, caminhar

sozinho, a gente muitas vezes não consegue, a gente acaba travando alguma coisa, por conta dessa falta de ferramentas aí. Então, nesse sentido, a nossa relação com a contabilidade, ela tem essa dificuldade aí, que eu acho que é o que mais pega para a gente aqui. (P9)

A percepção compartilhada pela P9, que, de certa maneira, representa muitas outras vivências ouvidas, me leva a refletir sobre o quanto nós, contabilistas, formadas em cursos orientados sobretudo para capacitar-nos para instrumentalizar entidades sob uma lógica da competição e da maximização do resultado individual, e formatadas por experiências sob essa mesma lógica, somos capazes de incorporar uma outra forma de pensar e fazer contabilidade, na qual, inclusive, deixamos de ser protagonistas, haja vista que a ES exige de nós a construção de um outro “praticar contábil”, que é coletivo. Assim, considerando o resultado analítico das vivências compartilhadas, a contabilidade popular fundamentada na educação popular freiriana representaria um caminho para essa construção, com vistas a incidências contábeis potencializadoras dos CES.

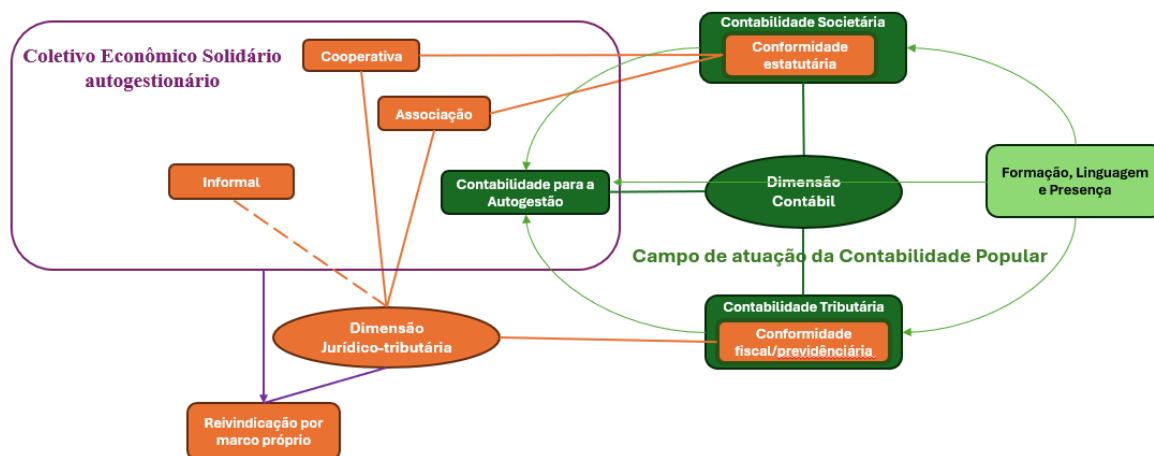
5.6 CONTABILIDADE POPULAR: CATALISADORA DA APROPRIAÇÃO CONTÁBIL PELOS CES

A apropriação dos saberes e práticas contábeis exigidos das trabalhadoras para que se apoderem da autogestão do CES apresenta as demandas e desafios indicados anteriormente aqui e na literatura sobre o assunto (Almeida, 2006; Morgado, 2008; Nascimento, 2016; Santos, 2021). No entanto, há um elemento implícito às dificuldades e necessidades retratadas que ainda precisa ser discutido: o triplo esforço que essas trabalhadoras têm que fazer nesse processo de apropriação. Resgatando a ideia de uma contabilidade que conta uma história com um idioma próprio, apoderar-se desse idioma para uso na ES implicaria, primeiro, aprender um idioma estranho à sua realidade; segundo, uma vez aprendido esse idioma, identificar o que desse idioma pode ser útil se transformado e adaptado para as realidades da ES; e, por fim, criar um idioma próprio capaz de narrar adequadamente as histórias dos CES e em voz própria. Assim, para que a contabilidade possa potencializar os CES e a própria ES, um grupo de pessoas que já lida com tantas vulnerabilidades precisa exercer um trabalho hercúleo de se empoderar dela, em contraponto à histórica instrumentalização contábil das práticas de empresas capitalistas. Considerando essa desvantagem, é preciso pensar maneiras de impulsionar o apoderamento contábil nos CES. A prática da contabilidade popular apresenta-se, assim, como uma alternativa potente.

A contabilidade popular proposta por Gallón Vargas et al. (2020) e Gómez-Zapata et al. (2021) é uma prática político-pedagógica que repensa e ressignifica as práticas contábeis de forma situada e contextual, em um processo dialógico e participativo, a fim de produzir novas práticas e dar visibilidade aos múltiplos sentidos que os(as) sujeitos dão à contabilidade. Como prática pedagógica, destacam as autoras, se desenvolve dentro da educação popular, que é por si mesma política, dada a intencionalidade de formar sujeitos protagonistas da prática educativa e pedagógica, capazes de refletir criticamente sobre ela (Gallón Vargas et al., 2020).

Assim, conectando as vivências do campo e a base conceitual proposta Gallón Vargas et al. (2020) e Gómez-Zapata et al. (2021), a prática contábil popular poderia assumir um papel de conciliação entre as demais contabilidades (societária, tributária e para a autogestão) e o CES, catalisando a apropriação contábil por suas trabalhadoras. A Figura 3 ilustra as interconexões entre as categorias analíticas construídas a partir da análise das vivências e a inserção da contabilidade popular nesse contexto:

Figura 3 – Modelo teórico-empírico do papel conciliatório da atuação da contabilidade popular



Fonte: Elaboração própria.

Esse modelo teórico-empírico detalha que se trata, portanto, de uma prática não bancária da contabilidade (Gómez-Zapata et al., 2021) – em referência à educação bancária, mencionada por Paulo Freire (2019) –, que respeita e valoriza os saberes e práticas contábeis prévias das trabalhadoras. Na direção do que propõem as autoras, à contabilista popular caberia o papel de facilitadora da aproximação das trabalhadoras com: (1) os materiais produzidos no âmbito da contabilidade societária, traduzindo-os para uma linguagem aderente ao funcionamento do CES e adaptando seus formatos de maneira situada, a fim de que sejam compreendidos e, portanto,

assumam suas funções na transparência e no apoio às decisões de autogestão; e (2) os mecanismos e regramentos tributários por meio de uma tradução formativa, ou seja, oferecer formação e dirimir dúvidas em linguagem simplificada. Além disso, a prática da contabilidade incluiria a promoção de processos formativos em contabilidade baseados na educação popular e a curadoria de instrumentos da contabilidade para a gestão – instrumentos que foram e são tão úteis às empresas capitalistas e que possam ser também aos CES –, criticando-os e adaptando-os à ES junto com as trabalhadoras, e, por fim, cocriando com elas novos instrumentos e epistemologias contábeis.

A pessoa atuante na contabilidade popular precisaria ter conhecimentos sobre a ES, a realidade socioeconômica das trabalhadoras e do território onde o CES se insere, a educação popular e a contabilidade, sobretudo pensada por lentes críticas, podendo ser a própria contabilista formal do coletivo ou alguém que fizesse a ponte entre essa contabilista e a autogestão. No entanto, considerando as dificuldades financeiras comuns entre os CES e a falta de profissionais com a bagagem necessária para assumir tal função, a inserção da contabilidade popular catalisadora da apropriação contábil pelas trabalhadoras só se viabilizaria no contexto de ações e políticas públicas de fomento à ES, tanto para capacitar profissionais contábeis populares quanto para garantir que esse assessoramento possa alcançar os CES.

5.7. DIÁLOGOS ENTRE AS APRENDIZAGENS COM O CAMPO E A LITERATURA

Nesta seção, sintetizo a compreensão sobre as temáticas que envolvem a relação entre a ES, os CES e a contabilidade que construí a partir das vivências das pessoas ouvidas nesta pesquisa, e sinalizo suas conexões, alinhamentos e contrapontos com a literatura, quando observadas.

A ES é compreendida como uma filosofia de vida que abrange suas diversas dimensões, com princípios fundamentados na cooperação, na democracia, na solidariedade e na coletividade, assim como um modo de viver e produzir os elementos necessários à vida, em respeito ao meio ambiente. De forma mais pragmática, ela é apresentada como um modo de produzir, consumir e trocar baseado nos princípios mencionados, na autogestão e na divisão do resultado do trabalho entre as trabalhadoras a quem pertencem os meios de produção. Trata-se de uma alternativa ao capitalismo, mas que é construída em meio a ele e imersa nas tensões que essa convivência acarreta (Gaiger, 2021b; Singer, 2022). No entanto, profissionais da contabilidade tendem a compreender a ES pelo seu viés econômico, no âmbito da geração de renda pelo trabalho oportunizado a pessoas em algum nível de vulnerabilidade.

Os CES representam um importante campo de articulação dessa economia e é neles que as trabalhadoras organizadas voluntariamente realizam o trabalho que gera a renda, organizado autogestionariamente (Gaiger, 2011). Esses coletivos têm fundamentalmente dois propósitos gerais, um mais imediato – a geração de renda para melhorar a condição de vida das trabalhadoras – e outro mais perene – a busca pelo bem-viver coletivo. A informalidade está presente (Gaiger, 2021a) e exige de contabilistas sensibilidade e crítica ao tratar de coletivos informais, sem fazer recomendações de “feijoadada a recém-nascido” (Silva & Casa Nova, 2025). Uma vez formalizados, esses coletivos constituem-se como associações, majoritariamente, além de cooperativas e de sociedades empresariais, neste último caso em menor número, cenário alinhado aos dados recentes da ES (Ministério do Trabalho e Emprego, 2025).

Na autogestão, todas as trabalhadoras decidem sobre a produção e os rumos do coletivo de que participam de forma democrática e sem hierarquização, em um processo cuja prática é pedagógica por si (Singer, 2005) e que envolve a desconstrução de repertórios heterogestionários de vivências anteriores (Gadotti, 2009; Tiriba & Fischer, 2013). A transparência é um elemento essencial que diz respeito à clareza sobre o modo de organização do coletivo e de seus espaços deliberativos e ao acesso e compreensão dos assuntos a serem tratados e das informações necessárias para que decisões possam ser debatidas e tomadas por todas (Singer, 2022). A transparência fortalece o ambiente propício à participação e promove a confiança das trabalhadoras entre si (Almeida, 2006; Nascimento, 2016; Santos, 2021) e da comunidade em relação ao coletivo.

O acesso e a compreensão das informações contábeis e financeiras são componentes da transparência (Almeida, 2006; Morgado, 2008; Nascimento, 2016; Santos, 2021) e são a conexão mais relevante do CES com a contabilidade, que se manifesta principalmente nas práticas de registros, controles e acompanhamentos próprias das trabalhadoras, que são implementadas com ou sem apoio de assessorias de gestão, inclusive de contabilistas. Trata-se de práticas contábeis muitas vezes não compreendidas ou nomeadas como tal, tanto pelas trabalhadoras quanto por suas contabilistas, as quais são inclinadas a tratar a contabilidade por um viés formalista e vinculado a conformidades. Além das práticas próprias, as demonstrações contábeis produzidas por contabilistas para aprovação em assembleias e a apuração de tributos e cumprimento de obrigações fiscais e previdenciárias são inserções da contabilidade nos coletivos formalizados. Esse cenário de não associação das práticas internas de controles à contabilidade, assim como a percepção da relação com uma contabilista direcionada a conformidades fiscais e estatutárias, identificado no contexto estudado de coletivos de até vinte

peessoas, se assemelha à realidade de pequenas empresas da economia hegemônica (De Bruyckere et al., 2017; Silva & Casa Nova, 2025).

Considerando o perfil das participantes, majoritariamente com instrução formal e de nível superior, as dificuldades reportadas para decodificar a informação contábil e se apropriar desse conhecimento, reportados nesta pesquisa, se contrapõem ao proposto nos trabalhos de Almeida (2006), Nascimento (2016) e Santos et al. (2024), que associavam essas dificuldades à baixa escolaridade das trabalhadoras e à falta de familiaridade com a gestão. Ademais, a percepção das trabalhadoras sobre a contabilidade na autogestão estaria mais associada a processos de formação em ES ou de incubação prévios do que a níveis de escolaridade formal ou a formalização do coletivo, complementando, assim, aqueles estudos prévios. De um lado, as trabalhadoras que experienciaram o acompanhamento por ITCP ou formações em ES compreendem a contabilidade como instrumento de gestão e tendem a perceber suas próprias práticas como contabilidade, o que reforça a importância dos projetos de extensão universitária, sobretudo das incubadoras, nos CES (Pereira & Silva, 2024). De outro lado, aquelas sem esse tipo de vivência parecem mais inclinadas a associá-la a aspectos de conformidade e, portanto, vinculadas a uma contabilista, além de dificilmente nomearem suas próprias práticas como contábeis.

O trabalho de uma profissional da contabilidade é requisitado para estudos prévios sobre formalização e, principalmente, para as questões de conformidades societária/estatutária e fiscal após constituição formal, tal como ocorre em pequenos negócios tradicionais (De Bruyckere et al., 2017; Silva & Casa Nova, 2025; Weigel & Hiebl, 2022), especialmente quando os coletivos acessam políticas públicas (Carneiro, 2013). Contabilistas especializados em ES são raros e escritórios contábeis terceirizados não distinguem empreendimentos heterogestionários daqueles com autogestão (Morgado, 2008), porém, para os coletivos, ter ao lado uma profissional que transmita segurança no cumprimento das exigências legais e tributárias e que esteja disponível para ofertar esclarecimentos e dirimir dúvidas é mais importante do que ser do campo econômico-solidário, sobretudo considerando que o ambiente jurídico-tributário no qual CES atuam não acolhe os modos de funcionamento da ES (Gaiger, 2019; Pita, 2020).

De forma geral, a contabilidade enquanto conjunto de saberes e ferramentas orientado à produção de informações que sirvam para apoiar a tomada de decisões se insere nos CES para atender duas grandes demandas: o cumprimento de conformidades societária/estatutária e fiscal e a instrumentalização de práticas da autogestão. Em ambos os casos, as funções de prestação de contas e de provimento de informações se interseccionam entre si. A primeira demanda tem

ficado a cargo de contabilista, enquanto a segunda tem pouca incidência desta, sendo apoiada principalmente por assessoria de incubadoras universitárias.

O uso do material produzido para conformidade pelas trabalhadoras na prática da autogestão dependerá do quanto elas se apropriaram da linguagem técnica contábil e da tempestividade com que são gerados. Formação em contabilidade para as trabalhadoras com didáticas adequadas (Morgado, 2008; Nascimento, 2016; Santos et al., 2024) e adaptações desses relatórios para formatos simplificados e linguagem acessível (Almeida, 2006; Michel, 1995, Santos, 2021), sem uso de jargões técnicos (Morgado, 2008), aumentam a chance de utilização dessas informações na autogestão. Do contrário, o produto dessa contabilidade tende a ser pró-forma.

Por sua vez, a contabilidade para a autogestão está em todos os coletivos, formalizados ou não, manifestada nas práticas de controles das próprias trabalhadoras que as ajudam a acompanhar as ações do coletivo e o efeito delas (Carneiro et al., 2014; Gómez-Zapata et al., 2021; Jesus, 2012; Nascimento, 2016). O fluxo de caixa é o instrumento mais utilizado (Carneiro, 2013; Nascimento, 2016), seguido por controles de estoques e custos. No entanto, o nível de uso e a complexidade dessas e de outras ferramentas dependerá da estrutura do coletivo, do amadurecimento de práticas de gestão e do acesso a formações ou a assessorias para temas contábeis.

À medida que as trabalhadoras utilizam informações contábeis e financeiras geradas por elas e/ou por sua contabilista para a prestação de contas e para tomarem decisões embasadas em dados, a contabilidade reforça o estado de apropriação pelas trabalhadoras do próprio coletivo e, conseqüentemente, promove o sentimento de pertencimento (Almeida, 2006; Maragni et al., 2021; Nascimento, 2016; Santos, 2021). Adicionalmente, como instrumento de promoção da transparência, fomenta a confiança (Almeida, 2006; Morgado, 2008), tanto no nível interno, entre as trabalhadoras do coletivo, quanto no nível externo, entre o coletivo e a sociedade.

No entanto, trabalhadoras e contabilistas enfrentam alguns desafios na prática da contabilidade dos CES, como a dificuldade de as primeiras manterem reuniões de autogestão frequentes e uma rotina de registros contábeis e financeiros contínua e organizada, dado que elas estão tomadas pela parte do trabalho que garante a renda imediata (Nascimento, 2016). Além disso, o tecnicismo da linguagem e das formas assumidas pela contabilidade representa uma barreira para que as trabalhadoras se apropriem tanto do conhecimento contábil quanto de suas ferramentas, similarmente ao caso de pequenas empresas tradicionais (Vaz & Espejo,

2015). Assim, desmistificar a contabilidade e desassociá-la de algo técnico e exclusivo da contabilista, de modo a promover a autonomia das trabalhadoras, é uma necessidade para que a contabilidade cumpra o papel de potencializadora dos CES. E um primeiro passo nessa direção é o reconhecimento das práticas de controle de gestão próprias dos CES como contabilidade, tanto pelas trabalhadoras quanto por contabilistas e outras assessoras dos coletivos. Uma vez que tais práticas são (auto)reconhecidas e nomeadas como tal, as trabalhadoras são vistas como produtoras de contabilidade, permitindo diálogos horizontalizados com suas assessoras contábeis.

As trabalhadoras dos CES enfrentam um triplo desafio na apropriação da contabilidade: aprender uma linguagem contábil distante de sua realidade, adaptá-la às necessidades do coletivo e às premissas da ES e, ainda, criar uma forma própria de narrar suas histórias. Esse processo exige um esforço hercúleo, especialmente diante da histórica instrumentalização capitalista da contabilidade. A contabilidade popular, como proposta conceitual e prática (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021), pode assumir o papel de catalisadora do processo de apropriação contábil. À contabilista popular caberia o papel de intermediar as outras práticas contábeis com o coletivo, traduzindo relatórios societários e tributários para linguagem e formato acessíveis às trabalhadoras, adaptando ferramentas e relatórios para a realidade da ES; promovendo formações em contabilidade com vistas à autonomia e cocriando relatórios alinhados às premissas dessa economia. Para isso, exige-se dessa profissional conhecimentos em ES, educação popular e contabilidade crítica. Porém, dada a escassez de profissionais contábeis especializados em cooperativismo solidário e de recursos nos CES, a implementação dessa prática contábil na ES requisitaria sua inserção em políticas públicas.

Por fim, e voltando às incubadoras universitárias, elas têm sido a principal porta de entrada das pessoas para a ES e a principal fonte de assessoramento para a autogestão dos CES, por meio das formações e acompanhamentos oferecidos aos coletivos incubados (Gadotti, 2009; Pereira & Silva, 2024), inclusive alcançando temas contábeis, ainda que com a baixa, ou quase nenhuma, participação de docentes e estudantes de ciências contábeis. Além disso, têm sido laboratórios práticos estimuladores da pesquisa contábil para a ES, como demonstrado no artigo apresentado no Capítulo 4. Assim, o enlace entre a presença das incubadoras nos CES e a prática da contabilidade popular é uma oportunidade fecunda para fortalecimento da ES.

5.8 REFLEXÕES FINAIS

Meu objetivo com este estudo foi compreender como a contabilidade está inserida na autogestão dos CES a partir das vivências das pessoas que atuam na ES e levantar demandas latentes para a área. Para isso, ouvi 34 pessoas, sendo dezoito participantes, que são trabalhadoras dos coletivos, cinco contabilistas e onze mediadoras. Coletei e analisei as experiências compartilhadas seguindo as diretrizes da TF proposta por Charmaz (2009). Como resultado, identifiquei as formas de inserção da contabilidade nos CES, em suas várias vertentes de atuação, sobretudo para a autogestão, os desafios e as possibilidades atuais para a ampliação dessa inserção e refleti sobre algumas questões que envolvem a prática contábil nesse contexto.

De forma geral, emergiram das experiências compartilhadas as demandas por: formação em contabilidade para as trabalhadoras, desde que orientada à autonomia destas; adaptações de relatórios produzidos pela contabilidade para conformidade para formatos simplificados e com linguagem que tenha sentido para as trabalhadoras, que tende a se reduzir à medida que a primeira demanda é atendida; aprimoramento de ferramentas e práticas já estabelecidas nos coletivos, assim como o aporte de outros instrumentos contábeis que atendam às necessidades situadas dos coletivos e adaptadas às premissas da ES, destacando-se aquelas que apoiem a apuração dos custos, a formação do preço justo e a análise da viabilidade econômica ou da sustentabilidade financeira do coletivo. Essas demandas se alinham e complementam aquelas identificadas em trabalhos anteriores (Almeida, 2006; Maragni et al., 2021; Gómez-Zapata et al., 2021; Michels, 1995; Morgado, 2008; Nascimento, 2016; Santos et al., 2024), assim como permanece a antiga reivindicação de reconhecimento jurídico e tratamento tributário adequado (Almeida, 2006; Gaiger, 2019; Pita, 2020), atualmente refletida na espera pela regulamentação da Lei Paul Singer (Lei nº 15.068, 2024).

Para apoiar o aprimoramento das ferramentas contábeis presentes nas práxis das trabalhadoras, precisamos também as reconhecer como contabilidade, ainda que assumam formas e nomes distintos daqueles comumente utilizados por nós. Abrir-se para esse reconhecimento é um campo fértil para que nós, contabilistas, possamos, inclusive, aprender com elas e aprimorar as nossas próprias práticas. A imersão nas práxis contábeis dos CES, assim como a sua valorização, nos ajudaria a perceber que ferramentas comumente usadas em empresas capitalistas teriam utilidade na autogestão e as adaptações pelas quais deveriam passar para que seu emprego ganhe sentido na ES.

Sobre as adaptações, tanto dos relatórios produzidos no campo da conformidade quanto de instrumentos de gestão e controle, para que sejam compreendidos e usados pelas trabalhadoras, precisamos refletir criticamente sobre suas potencialidades e limites. Embora

sejam essenciais nas primeiras aproximações das trabalhadoras com esse aspecto da autogestão, sem a concomitante apropriação do conhecimento contábil por elas, as adaptações levariam a uma dependência da contabilista ou outra assessora. Logo, formações em contabilidade precisam ter espaço. Mas seríamos capazes de oferecer formações contábeis como educadoras populares? Que aprendizagens precisamos construir e quais precisaríamos abandonar para sermos capazes de atuar em processos formativos das trabalhadoras, numa relação de paridade e orientada à emancipação das trabalhadoras, inclusive em relação a nós mesmas, contabilistas?

Somos capazes de adotar posturas de alteridade em relação à ES, em vez de mimetizar práticas contábeis de orientação capitalista? Por exemplo, para atender à demanda por apuração dos custos do CES, nosso papel é encontrar o método de custeio que parece mais compatível com as atividades produtivas do coletivo, dentre as elaboradas técnicas que conhecemos e aplicamos largamente em empresas capitalistas ou, em vez disso, pensar técnicas de custeio capazes de acomodar a divisão do trabalho e dos processos produtivos ancorados na autogestão? Como construir métodos que consigam incorporar os sentidos que o trabalho e a produção assumem na ES e que sejam verdadeiramente úteis para apoiar a formação do preço justo, considerando as valorações subjetivas envolvidas nele?

Não desconsidero, com essas provocações, o fato de que esses CES atuam e transacionam dentro do capitalismo, portanto lidando com questões inerentes a esse choque de realidades, e que, nesse cenário, muitas das ferramentas úteis às empresas capitalistas podem também oferecer utilidade aos CES, com algum nível de ajuste. Além disso, refletir sobre quais seriam essas ferramentas e quais seriam esses ajustes é uma demanda sobre a qual devemos nos debruçar. No entanto, compreender os limites desses ajustes e detectar as incompatibilidades centrais dos saberes e instrumentos da contabilidade dominante para a ES parece ser o campo fértil de onde novas práticas e saberes contábeis podem aflorar.

A contabilidade para autogestão dos CES praticada por suas trabalhadoras, com ou sem apoio de profissionais contábeis, resgata uma essência original da contabilidade enquanto saber e técnica voltados à gestão dos recursos, que, com o emprego do trabalho, permitem que a vida aconteça, e como tal, é colocada no campo do comum, praticada e construída por todas as pessoas envolvidas nos CES, resgatando seu caráter social, que transcende a técnica e incorpora a consciência do seu papel político enquanto instrumento de poder e emancipação (Gallón et al., 2020). Porém, será que interessa a nós, contabilistas, uma contabilidade que deixe de ser uma exclusividade nossa e passe a ser de todas as pessoas? Interessa-nos o fim do privilégio de detentoras, quase que exclusivas, desse saber?

Observo que muitos elementos aqui tratados não são exóticos ao que costumamos discutir em contabilidade, como seu caráter de prestação de contas com foco na transparência e conseqüente aumento da confiança. No entanto, enquanto na abordagem dominante, voltada ao mercado, essa transparência tem por objetivo, especialmente considerando o que preconizam as normas contábeis internacionais, aumentar a confiança de agentes financeiros em relação a empresas e assim facilitar o fluxo de capital, na ES, o elemento da transparência das informações contábeis tem um sentido de contribuir para o fortalecimento da cooperação, do senso de coletividade e de pertencimento.

No contexto autogestionário, a transparência se enlaça ao empoderar-se das informações prestadas, visto que não basta conhecer os números, ter acesso a eles; é necessário também compreendê-los, apropriar-se dessas informações e dos saberes que as geraram. A contabilidade popular, baseada na educação popular freiriana, proposta por Gallón Vargas et al. (2020) e Gómez-Zapata et al. (2021), oferece-nos uma possibilidade de prática catalisadora dos processos de empoderamento contábil nos CES. Porém, sua efetivação como tal depende de sua inclusão em ações ou políticas públicas de fomento à ES.

Por fim, e resgatando os primeiros parágrafos desta pesquisa, a contabilidade conta a história do CES, mas não tem contado qualquer história. A contabilidade que fazemos enquanto contabilistas hoje, sobretudo no campo da contabilidade societária, conta a história do patrimônio do coletivo no âmbito do que pode ser medido em cifras monetárias. Conta a história de como aquele patrimônio foi formado e como ele tem se alterado ao longo do tempo. Porém, considerando os princípios da ES e as características dos CES apontadas pelo conjunto de entrevistadas, que apresenta alinhamento com as perspectivas teóricas da literatura latino-americana sobre essa economia e, considerando também a contabilidade enquanto campo social de aplicação prática, essa outra maneira de pensar e organizar a vida requer um reposicionamento do objetivo da contabilidade, que passaria de “prover informações úteis para a tomada de decisões econômicas” (Iudícibus, 2009) para “prover informações úteis para tomada de decisões socioeconômica-solidárias orientadas ao bem-viver coletivo”. Trata-se, então, de uma contabilidade para o bem-viver. O desafio para a construção dessa contabilidade passaria por redefinir “patrimônio” e ampliar a fronteira do que será reconhecido como constitutivo dele em um sentido de inclusão de elementos não monetários. Como seria essa contabilidade? Não sabemos (ainda), mas penso ser um caminho farto em oportunidades epistêmicas contábeis, inclusive capazes de oferecer caminhos para a contabilidade socioambiental que se insiram em uma visão pós-desenvolvimentista.

Como limitações deste trabalho, aponto a concentração de participantes e contabilistas do estado de São Paulo. O primeiro grupo tem majoritariamente instrução formal de nível superior e representa, principalmente, coletivos de meio urbano e de coletivos de pequeno porte. A fim de minimizar o efeito dessa limitação, busquei conversar com mediadoras que colecionavam experiências em coletivos de diversos tamanhos e complexidades, de diferentes contextos geográficos e de variados ramos de atuação. Pesquisas futuras podem ser direcionadas às demandas apresentadas, bem como a responder às reflexões propostas aqui.

Por fim, ou como (re)começo, este trabalho pertence a um legado de pesquisas ainda incipientes, no Brasil e na América Latina, que se dedica à compreensão da potencialidade de outras formas de contar na ES. Por atuarmos na contra-hegemonia, e propormos um olhar da contabilidade para o bem-viver, também nos unimos ao legado ancestral, ainda por descobrir, dos povos presentes na América antes da chegada do colonizador. Esse tempo ancestral, que não é o tempo do capital, mas o tempo da plenitude, nos faz guardiãs de um saber contábil que está ainda preservado nos saberes orais, passado de geração em geração, saberes em que o tempo da formação é central para a contação da história de um povo e a preservação da memória.

É assim que termino este registro, agradecendo imensamente a quem compartilhou comigo a sua história e que me fez devedora de um repassar dessa contação. Espero que tenha sido tradutora fiel, e que outras se juntem a nós, registrando o saber contábil solidário feito da práxis da ES, atuando nas frestas do sistema capitalista como parte de uma possibilidade coletiva.

6 CONCLUSÕES

A ES é um modo de produção, comercialização, consumo, crédito e trocas pautado pela cooperação e pela solidariedade, no qual trabalhadores(as) associados(as) livremente são detentores(as) dos meios de produção e do resultado do trabalho, organizados(as) autogestionariamente (Singer, 2022). Em uma abordagem pós-desenvolvimentista, incorpora a filosofia de povos originários: o bem-viver (Acosta, 2016), e, do ponto de vista sociológico-econômico, fundamenta-se na perspectiva da pluralidade econômica, em oposição à centralidade do princípio de intercâmbio (mercado) sob a qual se alicerça o capitalismo (Gaiger, 2021b; Polanyi, 2000; Santana E., 2014;), ao qual se apresenta como alternativa (Ahmed, 2015; Santos & Rodríguez, 2005).

A contabilidade tem um papel relevante para a consolidação da autogestão e dos CES (Santos et al., 2024), seja por oferecer instrumentos de prestação de contas que promovem a transparência, um dos princípios da autogestão, seja por prover informações úteis para orientar as decisões dos CES (Almeida, 2006). No entanto, para que esse papel seja cumprido, trabalhadores(as) precisam compreender as informações contábeis e, para isso, se apropriar dos saberes e práticas contábeis (Almeida, 2006, Morgado, 2008, Nascimento, 2016, Santos, 2021).

Considerando que a contabilidade tem sido instrumento histórico de potencialização e legitimação das práticas capitalistas (Bryer, 2006), que sua história recente está emaranhada no desenvolvimento do capitalismo (Chiapello, 2007), que seu desenvolvimento técnico e científico tem se dado em função das demandas e sob lógicas capitalistas (Cooper, 2015), há que se questionar se – e espera(ança)r que – seus saberes e instrumentos poderiam (podem) instrumentalizar e potencializar experiências sob lógicas distintas da maximização do capital individual.

Desse modo, e considerando adicionalmente que a ES atua nos interstícios do capitalismo, com o qual disputa espaço (Gaiger, 2023; Singer, 2001), a ciência contábil também precisa ser disputada por ela, a fim de que conhecimento e ferramentas contábeis alinhadas às suas premissas sejam desenvolvidas e estejam disponíveis aos CES, potencializando-os em direção à sustentabilidade econômica e à construção do bem-viver coletivo, seus principais objetivos.

Nesse contexto, a conexão entre a educação popular freireana e a contabilidade tem despontado como uma estratégia adequada para promover a apropriação da contabilidade por trabalhadores(as) dos CES (Nascimento, 2016; Santos et al., 2024, Silva, 2024), com destaque

para a potente proposição prática e conceitual de contabilidade popular (Gallón Vargas et al., 2020). Essas abordagens abrem espaço para que novos saberes e práticas contábeis possam emergir das experiências nos coletivos em cocriações coletivas, envolvendo trabalhadores(as), contabilistas e pesquisadores(as) contábeis.

Para a ciência contábil, ampliar a atenção às incidências da contabilidade em outras realidades socioeconômicas, com a ES, representa uma oportunidade fecunda para o desenvolvimento coletivo de novas epistemologias contábeis que contribuam para o desenvolvimento da área de forma geral. Além disso, é um convite para que seus(suas) agentes assumam uma posição ativa no debate e na construção de novos mundos possíveis, mais justos e equilibrados.

Assim, o objetivo desta tese foi aprofundar a reflexão sobre possibilidades e desafios na direção da construção coletiva de uma contabilidade na e para a ES, portanto aderente às suas premissas e de caráter emancipatório, mas aproveitando conhecimentos e instrumentos da contabilidade convencional que possam ser úteis aos CES para a efetivação de seus propósitos. Guiando-se pela questão “Quais as possibilidades e desafios emergem da construção coletiva de uma contabilidade na e para a economia solidária?”, esta pesquisa foi desenvolvida em três etapas. Na primeira, apurou-se o conhecimento sobre a temática já desenvolvido pela academia contábil brasileira em uma RCL, o que resultou na genealogia dos estudos nacionais, destacando as necessidades contábeis de CES já mapeadas. Na segunda, levantou-se o estado da arte da produção científica internacional, por meio de uma revisão integrativa da literatura, na qual se destaca a produção latino-americana. Como resultado, duas grandes abordagens sobre a temática foram identificadas, uma mimética e outra de alteridade. Além disso, apurou-se uma fecunda lista de lacunas e potenciais temáticas para pesquisas futuras.

Continuando o processo de pesquisa, tendo em vista o que afirma Paul Singer (2005), segundo o qual a “Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a” (p. 19), e a necessária abordagem de alteridade ao tratar do tema, recorreu-se à estratégia metodológica da Teoria Fundamentada para coleccionar e analisar o compartilhamento das vivências de 34 pessoas envolvidas na ES, entre trabalhadores(as), contabilistas e pessoas mediadoras, ouvidas em entrevistas semiestruturadas.

As conclusões conjuntas e finais do processo de pesquisa como um todo informam que, ao conectar a contabilidade enquanto conhecimento e práticas à ES, sobretudo no âmbito das contabilidades para conformidade e da contabilidade para gestão (gerencial), contabilistas e pessoas pesquisadoras, de forma geral, adotam uma abordagem mimética, que consiste em

transladar práticas dos empreendimentos tradicionais capitalistas, de forma normativa, sem (ou com pouca) discussão sobre a aderência ou pertinência dessas práticas aos princípios da ES. Nessa postura de mimese, assume-se por premissa, por vezes implícita, que, se tais práticas atendem às demandas das empresas do mercado, logo, serão úteis aos coletivos solidários.

A abordagem estritamente mimética reduz a potencial incidência da contabilidade como potencializadora dos CES. No âmbito da conformidade, embora seja importante aos coletivos e profissionais da contabilidade seguir normas regulatórias, a postura exclusivamente mimética pode impedir (ou retardar) uma discussão profissional e acadêmica que culmine na proposição de normas aderentes a esses coletivos e afins e na cobrança por mudança aos órgãos reguladores contábeis. No âmbito da contabilidade para gestão (gerencial), isso impede que a flexibilidade dessa atuação culmine em adaptações de ferramentas convencionais a formatos com verdadeiro sentido para a ES e que floresçam novas proposições que satisfaçam demandas autogestionárias dos CES em suas especificidades.

Quando essa conexão acontece em espaços ou por meio de lentes que incorporam a educação popular e a contabilidade crítica, adota-se (ou busca-se adotar) uma abordagem de alteridade, na qual as características dos CES e os fundamentos da ES são reconhecidos como constitutivos de uma outra realidade cuja (in)compatibilidade das práticas de contabilidade dominantes se deve questionar. Essa postura é subdividida em dois grupos: um mais reformista, que prescreve ajustes à contabilidade tradicional a fim de adequá-la às demandas dos CES; e outro, mais disruptivo, que propõe a concepção de uma contabilidade popular, enquanto prática político-pedagógica, alicerçada na educação popular, e advoga a cocriação de possibilidades contábeis com as pessoas dos CES (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021). Essa abordagem inclui autorreflexão sobre formas de ver a contabilidade e o impacto de bagagens epistemológica e profissional prévias, muitas vezes orientadas às práticas contábeis dominantes. No entanto, não se trata de descartar as práticas da contabilidade convencional, visto que elas estão incluídas nos sentidos que as pessoas participantes da ES dão à contabilidade, mas de reconhecer suas limitações no âmbito da ES e ressignificar essas práticas de forma coletiva (Gómez-Zapata et al., 2021).

As demandas e os desafios da contabilidade na incidência em CES apurados em pesquisas nacionais nos últimos trinta anos seguem pertinentes, tais como a necessidade de adaptações e ajustes de conteúdo e linguagem para que relatórios contábeis sejam compreensíveis às pessoas trabalhadoras, para quem se deve ofertar formações contábeis com metodologias adequadas; a criação de relatórios específicos; e a ausência de marcos jurídicos-

tributários para a ES. Além delas, incluem-se a necessidade de reconhecimento por contabilistas, assessores(as) e trabalhadores(as) dos CES das práticas internas e próprias desses(as) como contabilidade (ainda que assumam nomenclaturas e formatos distintos dos usuais na prática profissional), como parte do processo de apropriação contábil; a desmistificação do tecnicismo contábil; as adaptações associadas a processos formativos emancipatórios, sem os quais, trabalhadoras(es) manteriam a dependência de contabilista ou assessorias; e a cocriação, com trabalhadores(as) de novos saberes e práticas contábeis sob a premissa da ES.

A contabilidade está presente nos CES para atender a duas grandes demandas: o cumprimento de conformidades societária/estatutária e fiscal e a instrumentalização de práticas da autogestão. Em ambos os casos, as funções de prestação de contas e de provimento de informações se interseccionam. A primeira demanda tem ficado a cargo de profissional contabilista, enquanto a segunda tem pouca incidência deste(a), sendo apoiada principalmente por incubadoras universitárias. O uso dos materiais produzidos para conformidade na autogestão dependerá do quanto trabalhadores(as) se apropriaram da linguagem contábil e da tempestividade com que são gerados; do contrário, ganham sentido pró-forma. Por sua vez, a contabilidade para a autogestão está presente em todos os coletivos, formalizados ou não, nas práxis de controles de trabalhadores(as) que servem para acompanhar as ações do coletivo e o efeito delas. O nível de uso e a complexidade dessas e de outras ferramentas dependerá da estrutura do coletivo, do amadurecimento de práticas de gestão e do acesso a formações ou a assessorias para temas contábeis. Como instrumento de promoção da transparência, a contabilidade fomenta a confiança e reforça o sentimento de pertencimento e coletividade. No entanto, embora tenham consciência da importância da contabilidade, trabalhadores(as) têm dificuldades para manterem reuniões de autogestão frequentes e rotinas de registros contínuas e organizadas, dado que estão imersos(as) no trabalho que garante a renda imediata, que, somadas ao tecnicismo da linguagem e das formas contábeis, representam uma barreira para que essas pessoas se apropriem da contabilidade, mais do que aspectos vinculados à baixa escolaridade e à pouca familiaridade com gestão, como apontado por estudos anteriores.

As pessoas trabalhadoras dos CES enfrentam um triplo desafio na apropriação da contabilidade: aprender uma linguagem contábil distante de sua realidade, adaptá-la às necessidades do coletivo e às premissas da ES e, ainda, criar uma forma própria de narrar suas histórias. Esse processo exige um esforço hercúleo, especialmente diante da histórica instrumentalização capitalista da contabilidade. A contabilidade popular, como proposta conceitual e prática (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021), pode assumir o

papel de catalisadora do processo de apropriação contábil. À contabilista popular caberia o papel de intermediar as outras práticas contábeis com o coletivo, traduzindo relatórios societários e tributários para linguagem e formato acessíveis às trabalhadoras, adaptando ferramentas e relatórios para a realidade da ES; promovendo formações em contabilidade com vistas à autonomia e cocriando relatórios alinhados às premissas dessa economia. Para isso, exige-se dessa profissional conhecimentos em ES, educação popular e contabilidade crítica. Porém, dada a escassez de profissionais contábeis especializados em cooperativismo solidário e de recursos nos CES, a implementação dessa prática contábil na ES requisitaria sua inserção em políticas públicas.

As incubadoras universitárias têm sido a principal porta de entrada das pessoas para a ES e a principal fonte de assessoramento para a autogestão dos CES, por meio das formações e acompanhamentos oferecidos aos coletivos incubados, inclusive alcançando temas contábeis, ainda que com a baixa, ou quase nenhuma, participação de docentes e estudantes de ciências contábeis. Adicionalmente, têm sido laboratórios práticos e estimuladoras da pesquisa contábil para a ES. Assim, o enlace entre a presença das incubadoras nos CES e a prática da contabilidade popular é uma oportunidade fecunda para fortalecimento da ES.

Adicionalmente, se faz a proposição embrionária do reposicionamento do objetivo da contabilidade, que na ES passaria de “prover informações úteis para a tomada de decisões econômicas” (Iudícibus, 2009) para ‘prover informações úteis para tomada de decisões socioeconômica-solidárias orientadas ao bem-viver coletivo’, tratando-se, assim, de uma contabilidade para o bem-viver, cujo desafio para sua construção coletiva passaria pela redefinição do patrimônio e pela ampliação da fronteira do que o constitui. Esse embrião teórico parece farto em oportunidades para novas construções epistêmicas contábeis, sobretudo se gestado sob uma visão pós-desenvolvimentista (Acosta, 2016).

Por fim, e considerando a incipiência da pesquisa contábil para a ES, um conjunto de lacunas é percebido, com potencial de conversão em pesquisas futuras, a saber: (1) o efeito do ambiente jurídico-regulatório para a economia solidária nas práticas da contabilidade dos CES, tanto em contextos como o brasileiro, de lacunas jurídicas e tributárias para o setor, quanto em contextos como o colombiano, de regulação para o setor solidário consolidada – aqui se soma a possibilidade de estudos que contrastem essas realidades, em termos de lições aprendidas, desafios e conquistas; (2) a compreensão da práxis de autogestão de trabalhadores(as) da ES e o desenvolvimento de novas tecnologias sociais contábeis por eles(as) nos CES; (3) o levantamento das demandas contábeis específicas dos CES em sua diversidade (atividades,

tamanho, ciclo de vida, níveis de amadurecimento na autogestão, perfil de trabalhadores(as) etc.) e a reflexão sobre quais demandas seriam passíveis de serem atendidas pelo instrumental contábil tradicional, o que necessitaria de adaptação e o que demandaria novas construções; (4) a linguagem contábil na relação entre trabalhadores(as) da ES, a contabilidade como agente de aproximação ou distanciamento da área contábil com a autogestão; (5) o mapeamento de outras práticas da contabilidade popular e comparações com a experiência e proposições colombianas (Gallón Vargas et al., 2020; Gómez-Zapata et al., 2021); (6) a busca por novas ontoepistemologias contábeis capazes de reconhecer, mensurar e evidenciar as transações socioeconômicas-solidárias oriundas das práticas solidárias, comunitárias e coletivas, e de outros elementos subjetivos importantes para a ES e seus participantes, e os enlaces com a educação popular nesse processo, em uma contabilidade do bem-viver; (7) a adaptação ou proposição de novos métodos de custeio, cujos componentes formadores de custo considerem os princípios fundantes da ES, bem como a modelagem de métodos capazes de apoiar a formação do preço justo de venda, dado seu elemento subjetivo; (8) a formação e educação em ciências contábeis e suas implicações na aproximação ou distanciamento entre contabilidade, contabilistas, participantes da economia solidária e de setores populares; (9) o rastreamento de trabalhos produzidos sobre contabilidade e ES que não repercutem em publicações em periódicos acadêmicos e investigação dos motivos e significados dessa ausência; e, por fim, (10) a realização de estudos empíricos sobre os efeitos das abordagens mimética e de alteridade propostas nesta tese na atuação contábil orientada à ES. A possibilidade de alianças de pesquisas entre grupos de diferentes contextos históricos, sociais e geográficos também se mostra grávida de possibilidades para os estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2016). *O bem viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Autonomia Literária.
- Ahmed, P. O. (2015). What does “solidarity economy” mean? Contours and feasibility of a theoretical and political project. *Business Ethics*, 24(4), 425-435. <https://doi.org/10.1111/beer.12063>
- Almeida, E. A. (2006). *Contabilidade e autogestão um estudo sobre a dimensão contábil* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório institucional da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29052007-151624/pt-br.php>
- Arnold, P. J. (2012). The political economy of financial harmonization: The East Asian financial crisis and the rise of international accounting standards. *Accounting, Organizations and Society*, 37(6), 361-381. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2012.05.001>
- Brandão, C. R., & Assumpção, R. (2009). *Cultura rebelde: Escritos sobre a educação popular ontem e agora*. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Bryer, R. (2006). Capitalist accountability and the British Industrial Revolution: The Carron Company, 1759-circa. 1850. *Accounting, Organizations and Society*, 31(8), 687-734. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.05.002>
- Carneiro, L. M. (2013). *A institucionalização de práticas de controle em empreendimentos de economia social e solidária* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Repositório institucional da UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/30084>
- Carneiro, L. M., Panhoca, L., Sampaio, C. A. C., & Pacheco, V. (2014). Práticas de controle em empreendimentos solidários: Estudo de caso a partir da perspectiva institucional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 10(4), 3-25.
- Castaño-Rios, C. E., Zamarrá-Londoño, J. E., & Correa-García, J. A. (2014). Efectos financieros en una cooperativa colombiana por la implementación de estándares internacionales de información financiera para las pyme en su balance de apertura. *Cuadernos de Contabilidad*, 15(38), 427-458. <https://doi.org/10.11144/javeriana.cc15-38.efcc>
- Charmaz, K. (Org.). (2009). *A construção da teoria fundamentada: Guia prático para análise qualitativa*. Artmed.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2015). *ITG 2002 (R1): Entidade sem Finalidade de Lucros*. CFC.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016). *NBC TG 1000 (R1): Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*. CFC.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2017). *ITG 2004: Entidade Cooperativa*. CFC.

Conselho Federal de Contabilidade. (2021a). *NBC TG 1001: Contabilidade para Pequenas Empresas*. CFC.

Conselho Federal de Contabilidade. (2021b). *NBC TG 1002: Contabilidade para Microentidades*. CFC.

Conselho Federal de Contabilidade. (n.d.). *Normas brasileiras de contabilidade: Conjunto completo*. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>

Chiapello, E. (2007). Accounting and the birth of the notion of capitalism. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(3), 263-296. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2005.11.012>

Chiapello, E. (2017). Critical accounting research and neoliberalism. *Critical Perspectives on Accounting*, 43, 47-64. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.09.002>

Cooper, C. (2015). Accounting for the fictitious: A marxist contribution to understanding accounting's roles in the financial crisis. *Critical Perspectives on Accounting*, 30, 63-82. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.08.002>

Coraggio, J. L. (2011). *Economía social y solidaria: El trabajo antes que el capital*. Abya-Yala.

Coraggio, J. L. (2013). Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 15(2), 11-24. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p11>

Corley, K. G., & Gioia, D. A. (2011). Building theory about theory building: What constitutes a theoretical contribution? *Academy of Management Review*, 36(1), 12-32. <https://doi.org/10.5465/AMR.2011.55662499>

De Bruyckere, S., Frederik, V., Everaert, P., Sarens, G., & Coppens, C. (2017). The role of external accountants as service providers for Smes: A literature review. *Accountancy & Bedrijfskunde*, 4, 49-62.

Decreto-Lei n° 9.295. (1946, 27 de maio). Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm

Duque, P., Meza, O. E., Giraldo, D., & Barreto, K. (2021). Social economy and solidarity economy: A bibliometric analysis and literature review. *Revista de Estudos Cooperativos*, 138(138), 1-25. <https://doi.org/10.5209/REVE.75566>

Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. Paz & Terra.

Gadotti, M. (2009). *Economia solidária como práxis pedagógica*. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.

Gadotti, M. (2012). *Educação popular, educação social, educação comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum* [Apresentação de trabalho]. 4º Congresso Internacional de Pedagogia Social, Campinas, SP, Brasil.

Gaiger, L. I. (2008). A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katál*, 11(1), 11-19.

Gaiger, L. I. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 81-99. <https://doi.org/10.4000/rccs.401>

Gaiger, L. I. (2011). Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. *Lua Nova*, 83, 79-109. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000200004>

Gaiger, L. I. (2015). A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 79, 43-63. <https://doi.org/10.7458/SPP2015793556>

Gaiger, L. I. (2017). The Solidarity Economy in South and North America: Converging Experiences. *Brazilian Political Science Review*, 11(3), 1–27. <https://doi.org/10.1590/1981-3821201700030002>

Gaiger, L. I. (2019). La lucha por el marco legal de la economía solidaria en Brasil: Déficit republicano y ethos movimentalista. *Revista Cultura Económica*, 37(97), 65-88.

Gaiger, L. I. (2021a). Informalidade, trabalho e economia solidária. *Boletim Mercado de Trabalho*, 71, 1-16. <https://doi.org/10.38116/bmt71/economiasolidaria1>

Gaiger, L. I. (2021b). A reciprocidade e a instituição plural de mercados: Um prisma para entender o papel histórico da economia social e solidária. *Nova Economia*, 31(1), 157-183. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5787>

Gaiger, L. I. (2023). A função basilar da reciprocidade na economia solidária. *Cadernos do Ceas: Revista Crítica de Humanidades*, 48(258), 28-49. <https://doi.org/10.25247/2447-861x.2023.n258.p28-49>

Gallón Vargas, N., Gómez Zapata, Y., & Rodríguez Triana, M. A. (2020). Contabilidad popular: Una alternativa socio-práctica para resignificar las prácticas contables en las organizaciones de economía solidaria de Colombia. *Contaduría Universidad de Antioquia*, (77), 37-79. <https://doi.org/10.17533/udea.rc.n77a02>

García, M. C., Velasco Burgos, B. M., & Cañizares Arévalo, J. J. (2016). Regulación contable en el sector solidario de Ocaña. *Ingenio UFPSO*, 10, 27-36.

Gephart, R. (1999). Paradigms and research methods. *Academy of Management Research Methods Forum*, 4, 1-12.

Gilio, L., & Costa, S. A. (2016). Contabilidade gerencial e contabilidade financeira: Uma abordagem sob a ótica do processo da convergência internacional. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 4(12), 78-93.

Goddard, A. (2017). Grounded theory approach to accounting studies: Overview of principles, assumptions and methods. In Z. Houque, L. D. Parker, M. A. Covaleski, & K. Haynes (Eds.), *The Routledge companion to qualitative accounting research methods*. Routledge.

Gómez Sánchez, J. A. (2018). La contabilidad de gestión y la generación de valor en el sector de la economía solidaria: Caso Fondo de empleados de Manizales (Colombia). *Revista Espacios*, 39(44).

Gómez-Zapata, Y., Gallón Vargas, N., Rodríguez Triana, M. A., & Usma Zuleta, L. J. (2021). Contabilidad popular: Sentidos y experiencias en organizaciones sociales y comunitarias de la vereda Granizal (Bello, Antioquia, Colombia). *Innovar*, 31(82). <https://doi.org/10.15446/innovar.v31n82.98426>

Gonzales-Torres, X. B., Cruz-Cabrera, B. C., Méndez-Prada, M. C., & Acevedo-Martínez, J. A. (2023). Revisión bibliométrica de la literatura sobre economía social y solidaria en las áreas de economía, econometría, finanzas, negocios, gestión y contabilidad. *Inquietud Empresarial*, 23(1), 1-20. <https://doi.org/10.19053/01211048.15523>

Goyes García, J., Alemida Blacio, J. H., Arias Collaguazo, W. M., & Barona López, N. E. (2022). Identificación de debilidades que afectan a organizaciones del sector de la economía popular y solidaria. *Revista Conrado*, 18(S1), 31-42.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. E. (2010). *Teoria da contabilidade*. Atlas.

Hesse-Biber, S. N., & P. Leavy. (2010). *The practice of qualitative research*. Sage.

Homero Junior, P. F. (2017a). O complexo de vira-lata no discurso acadêmico brasileiro sobre as IFRS. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(2). https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i2.13403

Homero Junior, P. F. (2017b). Paradigma e ordem do discurso da pesquisa contábil brasileira. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 10(1), 39-53. <https://doi.org/10.14392/asaa.2017100103>

Homero Junior, P. F. (2019). Construção de uma narrativa hegemônica sobre a adoção das IFRS no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(2), 338-350. <https://doi.org/10.1590/1679-395171820>

International Accounting Standards Board. (2018). *Conceptual framework for financial reporting*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards/english/2021/issued/part-a/conceptual-framework-for-financial-reporting.pdf>

Iudícibus, S. (2009). *Teoria da contabilidade*. Atlas.

Iudícibus, S., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: Aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. *Revista de Contabilidade e Finanças USP*, 38, 7-19.

Jesus, M. C. (2012). *A mensuração do resultado econômico e a economia solidária: A demonstração de resultado frente às novas realidades econômicas e sociais* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal do Paraná.

Kuckartz, U., & Rädiker, S. (2019). *Analyzing qualitative data with MAXQDA: Text, audio, and video*. Springer.

Laville, J.-L. (2023). *Uma economia para a sociedade: Terceiro setor, economia social, economia solidária*. Ateliê de Humanidades Editorial.

Leal, D. T. B., & Casa Nova, S. P. C. (2009). Métodos dramáticos aplicados a intervenções socioeducativas de autogestão e contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(3), 1-17. <https://doi.org/10.17524/repec.v3i3.98>

Lei nº 10.406. (2002, 10 de janeiro). Instituo o Código Civil. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm

Lei nº 11.638. (2007, 28 de dezembro). Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm

Lei nº 15.068. (2024, 23 de dezembro). Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15068.htm

Lemaître, A., & Helmsing, A. H. J. B. (2012). Solidarity economy in Brazil: Movement, discourse and practice analysis through a polanyian understanding of the economy. *Journal of International Development*, 24(6), 745-762. <https://doi.org/10.1002/jid.2865>

Loh, P., & Shear, B. (2015). Solidarity economy and community development: Emerging cases in three Massachusetts cities. *Community Development*, 46(3), 244-260. <https://doi.org/10.1080/15575330.2015.1021362>

Macêdo, J. M. M. (2019). *Interações sociais e ambientais evidenciadas no balanço social da Coopercuc – Bahia* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Macedo, J. M. M., Araújo, E. P., & Araújo, J. L. P. (2020). Propositura de balanço social direcionado à sustentabilidade em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 22(2). <https://doi.org/10.48142/2220201549>

Maragni, F. T., Hsiao, J., Casa Nova, S. P. C., Brito, N. D. D. C., & Silva, A. L. A. (2021). Healthily crazy business! Solidarity economy and financial education as emancipation tools for the mentally ill. *Innovar*, 31(82), 203-222. <https://doi.org/10.15446/innovar.v31n82.98422>

Martins, P. L., Sandim, D. A., & Santos Neta, M. D. C. (2018). Empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de uma instituição de ensino superior em Minas Gerais. *Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional*, 15(2), 1-24. <https://doi.org/10.26767/coloquio.v16i2.796>

Michels, V. (1995). *Contabilidade e gestão em cooperativas de produção agrícola: Uma contribuição a análise das funções da contabilidade como sistema de informações no auxílio da autogestão e formação de capital* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].

Repositório institucional da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09052024-090248/pt-br.php>

Ministério do Trabalho e Emprego (2025). *Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL*. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/cadastro-nacional-de-empreendimentos-economicos-solidarios-cadsol>

Morgado, F. (2008). *Confiança na comunicação de informações econômico-financeiras: o caso das empresas de autogestão* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório institucional da PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/5123/1/FlavioMorgado.pdf>

Nascimento, L. M. F. (2016). *O ensino contábil para empreendimentos econômicos solidários: um estudo na Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório institucional da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-12072016-105451/pt-br.php>

Nascimento, R. N. O., Rêgo, T. F., & Dias, T. F. (2016). Metodologias de custeio e preço de venda: Um estudo sobre as práticas dos empreendimentos econômicos solidários. *Revista Ambiente Contábil*, 8(1), 76-92.

Pereira, C. A., & Silva, S. P. (2024). *Economia solidária como vetor de extensão universitária: Uma análise bibliográfica sobre a prática de incubação de cooperativas populares entre 2001 e 2021*. Ipea. <https://doi.org/10.38116/td2968-port>

Pita, F. A. (2020). *Com que roupa eu vou pro samba que você (não) me convidou?: Entre desventuras da personificação jurídica e insurgências das lutas pelo trabalho associado popular* [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal Fluminense.

Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: As origens do nosso tempo*. Campus.

Rendón Alvarez, B., Montaña Orozco, E., & Gaitán León, G. (2013). Las NIIF y su impacto en las cooperativas en Colombia a diciembre 31 de 2011. *Cuadernos de Administración*, 29(50), 176-185. <https://doi.org/10.25100/cdea.v29i50.53>

Rocha, S. R. S. O. (2022). *A contribuição da contabilidade para gestão de pequenos empreendimentos solidários: Pesquisa-Ação com os trabalhadores do Fórum de Economia Solidária do estado do Rio de Janeiro* [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Repositório institucional da Uerj. <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/19521>

Rodríguez Triana, M. A., Gallón Vargas, N., & Gómez Zapata, Y. (2016). La contabilidad en propuestas de economía solidaria y alternativa. *En-Contexto: Revista de Investigación en Administración, Contabilidad, Economía y Sociedad*, 4(5), 2014-2016.

Rosselló, P. H., & Salvà, A. S. (2011). La actitud de las empresas de economía solidaria frente a la divulgación de información sobre sostenibilidad desde el prisma de la Teoría de los Stakeholders o Grupos de Interés. *Revista de Contabilidad*, 14(Suppl 1), 267-297. [https://doi.org/10.1016/S1138-4891\(11\)70035-8](https://doi.org/10.1016/S1138-4891(11)70035-8)

Salvà, A. S., & Rosselló, P. H. (2010). La normativa contable aplicable a las entidades de comercio justo: Una propuesta de mejora. *CIRIEC-España: Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, (67), 213-242.

Santana E., M. E. (2014). Reciprocidad y redistribución en una economía solidaria. *Ars & Humanitas*, 8(1), 79-98. <https://doi.org/10.4312/ars.8.1.79-98>

Santos, B. S., & Rodríguez, C. (2005). Introdução: Para ampliar o cânone da produção. In B. S. Santos, *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Civilização Brasileira.

Santos, E. O. C. (2021). *Educação popular: A contabilidade como ferramenta de autogestão na Cooperativa de Produção de Material Reciclável em Tangará da Serra – Coopertan* [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado de Mato Grosso]. Repositório institucional da UEMG. https://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/Disserta%C3%A7%C3%A3o_VERSAO_FINAL_3.pdf

Santos, E. O. C., Sguarezi, S. B., Castrillon Jr., D. A. C., & Melo, S. A. B. X. (2024). A contribuição da educação popular na consolidação de empreendimentos solidários. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 6(2), 1-22. <https://doi.org/10.56579/rei.v6i2.1507>

Schmidt, P., & Gass, J. M. (2018). Estudo comparativo entre a história da contabilidade tradicional e a sua nova história. *Ciência & Trópico*, 42(2), 71-98.

Severo, P. S., Tinoco, J. E. P., & Ott, E. (2017). Contabilidade de pequeno produtor rural de alimentos: Utilização da metodologia balanço perguntado. *Custos e @gronegocio*, 13(2).

Silva, A. C. F., Souza, B. L. F., Pita, F. A., Barbosa, M. L. D. A., & Korting, M. S. (Orgs.). (2023). *Contabilidade popular: Diálogos insurgentes de uma construção em rede*. Capina.

Silva, C. N. (2024). A Contabilidade como Instrumento da Autogestão de Empreendimentos Econômicos Solidários: em busca da Sustentabilidade [Apresentação de trabalho]. IV CONPES Congresso de Pesquisadores da Economia Solidária, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, C. N., & Casa Nova, S. P. C. (2025). Count on me! Accounting consultancy for small businesses. *Revista de Gestão*, 32(1), 38-50. <https://doi.org/10.1108/REG-05-2024-0075>

Silva, C. N., Lopes, M. A. S., Silva, J. A. S., & Soares, S. V. (2024). Uma análise do perfil da produção científica brasileira sobre regulação contábil de Pequenas e Médias Empresas (PME) [Apresentação de trabalho]. 48º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Florianópolis, SC, Brasil.

Silva, R. (2018). Outras educações possíveis. In M. Gadotti & M. Carnoy (Orgs.), *Reinventando Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire* (pp. 305-316). IPF.

Silva, S. P. (2018). *O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas*. Ipea.

Silva, S. P. (2025). *Da economia social europeia à economia solidária latino-americana: Trajetórias conceituais, práticas coletivas e diretrizes de políticas públicas*. Ipea. <https://doi.org/10.38116/td3092-port>

Silva, S. P., & Carneiro, L. M. (2016). *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Ipea.

Singer, P. (2001). Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e Estado*, 16(1-2). <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>

Singer, P. (2002a). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In A. R. Souza (Ed.), *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego* (pp. 11-29). Contexto.

Singer, P. (2002b). *Introdução à economia solidária*. Editora Fundação Perseu Abramo.

Singer, P. (2005). A economia solidária como ato pedagógico. In S. M. P. Kruppa (Org.), *Economia solidária e educação de jovens e adultos* (pp. 13-20). Brasília: Inep.

Singer, P. (2022). *Economia solidária: Introdução, história e experiência brasileira*. Editora Unesp.

Tiriba, L., & Fischer, M. C. B. (2013). Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. *Perspectiva*, 31(2), 527-551. <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2013v31n2p527>

Torraco, R. J. (2005). Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, 4(3), 356-367. <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>

Vaz, P. V. C., & Espejo, M. M. S. B. (2015). Do texto ao contexto: O uso da contabilidade gerencial pelas pequenas empresas sob a perspectiva teórica de Bakhtin. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(24). <https://doi.org/10.11606/rco.v9i24.69215>

Weigel, C., & Hiebl, M. R. W. (2022). Accountants and small businesses: Toward a resource-based view. *Journal of Accounting and Organizational Change*, 19(5), 642-666. <https://doi.org/10.1108/JAOC-03-2022-0044>

APÊNDICE

Roteiro semiestruturado para entrevistas iniciais

Bloco	Questão	Intencionalidade	Agentes*		
			P	M	C
Relação com a contabilidade de	O CES conta com algum serviço de contabilidade (escritório ou contabilista)? Se sim, questionava sobre quais eram os serviços prestados, com que frequência e se as informações geradas pela contabilidade eram utilizadas na gestão.	Compreender, quando de uma relação do CES com um apoio formal contábil, como se dava e como era percebido por agentes da ES.	x		
	Você tem/ atende clientes de ES? Poderia falar um pouco do perfil desses clientes, por favor?	Confirmar a presença de CES entre clientes atendidos, conhecer características desses coletivos (cooperativas, associações, empresas etc.) e verificar se se trata de serviços especializados em ES.			x
	Para esses clientes de ES, que serviços são oferecidos? Quais os relatórios que são enviados a esses clientes?	Conhecer os serviços ofertados a eles (Conformidade, relatórios enviados, frequência, rotinas etc.).			x
	Na sua visão, quais são as características necessárias para que um empreendimento se denomine com um CES?	Validar entendimento sobre ES e CES.			x
	Você recebe ou já recebeu demandas específicas, se sim, quais?	Captar e compilar adaptações já praticadas.			x
	Já teve que adaptar algum relatório ou ferramenta contábil para atender esses empreendimentos? Se sim, poderia contar como foi?				x
	Eles entendem esses relatórios? Na sua percepção, eles usam essas informações na gestão?	Captar a percepção da/do Contabilista acerca do uso e compreensão das informações gerados pela contabilidade.			x
	Como a autogestão impacta a contabilidade ou a relação com a(o) contabilista?	Mapear demandas por ajustes/adequações.			x

Você oferece ou já ofereceu algum trabalho de consultoria a esses clientes? Se sim, como foi?				x
Você tem alguma dificuldade para atender esses clientes? Se sim, qual?				x
Você ajusta alguma prática contábil ou a sua maneira de falar quando atende clientes da ES?				x
Que indicadores você apresenta ou vê como possíveis de se aplicar para medir o “sucesso”, ou seja, para saber se esses empreendimentos estão indo bem? São os mesmos usados nos negócios tradicionais?	Capturar as mensurações possíveis, realizadas ou sugeridas, na ótica das(os) contabilistas.			x

* Agentes: P (Participante), M (Mediadora) e C (Contabilista)

Fonte: Elaboração Própria

